

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TESE

**À Direita da Juventude: o processo de renovação neoliberal no Brasil visto a partir
da atuação política do MBL - Movimento Brasil Livre.**

Leandro Machado dos Santos

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

**À DIREITA DA JUVENTUDE: O PROCESSO DE RENOVAÇÃO
NEOLIBERAL NO BRASIL VISTO A PARTIR DA ATUAÇÃO
POLÍTICA DO MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE.**

LEANDRO MACHADO DOS SANTOS

Sob a orientação do Professor

Aristóteles de Paula Berino

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica / Nova Iguaçu, RJ

Novembro de 2019.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 Santos, Leandro Machado dos, 1979-
À Direita da Juventude: o processo de renovação
neoliberal no Brasil visto a partir da atuação política
do MBL - Movimento Brasil Livre. / Leandro Machado
dos Santos. - Seropédica / Nova Iguaçu, 2019.
161 f.: il.

Orientador: Aristóteles de Paula Berino.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares, 2019.

1. renovação liberal. 2. reformas neoliberais. 3.
movimentos juvenis. 4. presidencialismo de coalizão.
5. democracia no Brasil. I. Berino, Aristóteles de
Paula, 1965-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

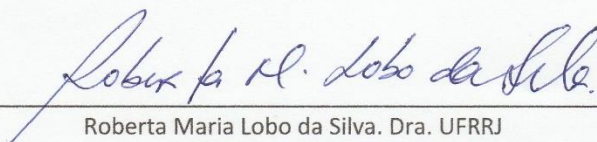
LEANDRO MACHADO DOS SANTOS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 28/11/2019.



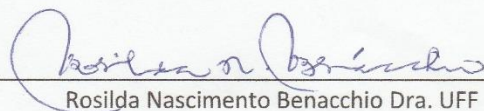
Aristoteles de Paula Berino. Dr. UFRRJ
(Orientador)



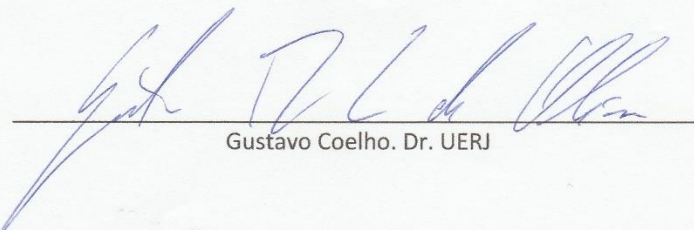
Roberta Maria Lobo da Silva. Dra. UFRRJ



Marília Lopes de Campos. Dra. UFRRJ



Rosilda Nascimento Benacchio Dra. UFF



Gustavo Coelho. Dr. UERJ

AGRADECIMENTO

Nesse momento, que talvez seja um dos mais importantes da minha vida acadêmica, ter que decidir a quem agradecer não é uma tarefa das mais fáceis. Do mesmo modo, o fato de não aparecer personificado nessas breves linhas não tiram a importância das pessoas que cruzaram meu caminho durante esse percurso e, sem saber podem ter deixado a sua marca, afinal na fluidez e na efemeridade da vida humana, cruzamos, entrelaçamos, vinculamos e desvinculamos, por mais ou menos tempo, mas de fato ninguém passa por aqui sem deixar seus rastros, suas marcas e, ao mesmo tempo sem ser marcado. Assim, agradecer é também dedicar aqueles e aquelas que, durante o período de construção deste trabalho ou durante uma fração de tempo maior, foram importantes. Cabe destacar que o grau de importância aqui não se mede pela régua da ciência, levando em consideração apenas as contribuições acadêmicas. O grau de importância, que justifica a citação aqui se mede pela capacidade que os indivíduos, que eu encontrei pelo caminho, tem de marcar, fazendo com que eu seja quem sou hoje, que sirva de lente pela qual eu posso observar o mundo sem medo, deixando alguma contribuição para que outras pessoas possam fazer uso do modo que lhe couber. Nesses termos, eu não poderia esquecer de citar Marcia Moreira dos Santos, a minha companheira de luta e da vida, que me escolheu e que foi escolhida com muito amor para significar o motivo de toda nossa existência juntos, que deu e dá sentido à minha vida todo dia, que marca o meu caminhar com a alegria e a espontaneidade que carrega no olhar e no sorriso fácil. Sem ela as nossas maiores criações jamais existiriam, as nossas filhas Samella e Hannah, que nos momentos em que as energias ameaçam acabar, elas servem de combustível que nos ajuda a continuar caminhando. Agradeço à minha família: mãe, irmã, irmão, cunhados, cunhada, sobrinhas, sobrinhos, sogro e sogra, que foram e são importantes para que eu possa respirar nos momentos de asfixia produzida por essa vida nervosa. Se os laços de sangue são importantes e formam a família biológica em que nascemos, os laços de amizade constituem relações ainda mais duradouras, por cito a grande amiga e uma das melhores professoras que já tive em minha vida Marília Campos. Essa pessoa me vem à memória quando eu lembro de tudo que esse mundo pode produzir de bom, pois ela preenche a nossa vida de uma energia leve, mas suficiente para dar sentido a todas as lutas diárias que temos que travar. Nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica ela sempre teve junto, por isso eu agradeço toda disposição que ela teve para me educar e ensinar uma parte significativa de todas as teorias que eu conheço, mas sem exigir nada em troca, afinal entre nós nunca existiu uma relação formal de professor e mestre, mas uma relação espontânea de amizade que me fez aprender sem sofrer. A mesma medida de agradecimento eu deixo registrada à Roberta Lobo, grande amiga, professora e companheira de luta, com quem compartilho os anseios e angústia que exigem pensar essa realidade com a profundidade que ela merece. Foi ela quem me permitiu, ainda nos anos em que cursava o mestrado sob sua orientação, formular um pensamento próprio, livre e que tivesse sentido para explicar o mundo, mas também, para explicar o sentido da minha vida nesse mundo. A professora e amiga Rosilda Benacchio, que, mesmo conhecendo a pouco tempo, parece que compartilhamos uma vida inteira, nossas histórias, nossas lutas sempre acabam se entrelaçando. Ao professor Gustavo Coelho por aceitar prontamente o convite para travar conosco um debate fraterno. Ao companheiro, amigo e professor Fernando Pena, que sempre se colocou disponível para ajudar naquilo que fosse necessário, que durante a minha gestão à frente da coordenação do Curso de Pedagogia se deslocou várias vezes para nos auxiliar no percurso extremamente difícil de

entender o Brasil e as contradições que marcam a nossa formação na contemporaneidade. Ao professor e orientador Aristóteles Berino que me permitiu caminhar de forma autônoma, e me tratou de modo extremamente humano durante a construção desse trabalho, e que, mesmo tendo uma perspectiva analítica diferente, abraçou as minhas ideias. Essa característica se faz presente em poucos seres humanos no mundo. Ao companheiro de discussão e colega de doutorado Júlio Roitberg. A todos os colegas de turma do curso de Doutorado. Aos grupos de pesquisa: Estudos Culturais e Educação e Filosofia e Educação Popular e a todas e todos os estudantes, professoras e professores que fazem parte deles, pois certamente cada um de vocês tem uma parcela de contribuição nesse trabalho. Aos companheiros e companheiras de Departamento. Aos professores e professoras Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

RESUMO

SANTOS, Leandro Machado. **À Direita da Juventude: o processo de renovação neoliberal no Brasil visto a partir da atuação política do MBL - Movimento Brasil Livre**. 2019. 161 p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / Nova Iguaçu, RJ, 2019.

Buscamos neste trabalho entender, a partir de uma configuração sócio-histórica específica, a forma como o Movimento Brasil Livre se articula com outras organizações políticas de corte liberal, refletindo principalmente sobre os efeitos que as imagens produzidas pelo movimento tem na sua proposta de difusão de uma narrativa ancorada nos princípios e valores do liberalismo formulado principalmente pelos teóricos da Escola Austríaca de Economia, com ênfase principalmente para as contribuições de Friedrich Hayek. A ideia foi apresentar as conexões existentes, sem a preocupação de provar os vínculos institucionais, entre o movimento e seus aliados políticos, entendendo que não se trata de uma articulação que emerge apenas a partir das mobilizações do segundo semestre de 2013, com o intuito de mostrar que o surgimento dessa organização política naquela configuração específica revelava que o bloco liberal, organizado de modos mais orgânico no país, a partir de 1977, encontrava naquele contexto as condições favoráveis para vir a público e defender seus princípios e valores sem nenhum pudor. Cabe destacar que esse processo não foi observado de modo isolado, mas considerou que as articulações nacionais se entrelaçavam com os projetos políticos, econômicos e sociais que o capitalismo colocara em prática após o fim da Era de Ouro do capitalismo mundial, já que partiram dos países centrais, especialmente dos Estados Unidos da América, o modelo que deveria ser colocado em prática a partir de então. Nossa análise concentrou atenção nas reflexões macroeconômicas produzidas pelo campo da teoria crítica para pensar que as transformações sistêmicas adotadas no final da década de 1960 imprimiram uma nova realidade política que inibia a ação o efeito das ações políticas de massa sobre as decisões dos estados nacionais desequilibrando substancialmente a relação de conflito distributivo entre os interesses do mercado e a garantia do Estado democrático de direito, corroborando a ideia de que a baixa produtividade do sistema impossibilitava dali por diante a manutenção de qualquer conjunto de direitos, imprimindo, desta forma, uma série de limites para a realização da própria democracia enquanto forma de governo possível. Esse processo de reforma se inicia, no Brasil, com Fernando Collor de Mello, em 1990, e permanece sem interrupção até Jair Bolsonaro, revelando que o liberalismo colocado em prática no país vai combinar momentos de maior ou menor ortodoxia, aparentando, em alguns momentos, principalmente durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores, ter se tornado algo diferente. Assim, percebemos que o Movimento Brasil Livre, enquanto representante de uma fração da juventude, não emerge do nada, mas representa uma importante renovação dos quadros políticos liberais no Brasil.

Palavras-chave: Renovação Liberal; Reformas neoliberais; Movimentos Juvenis; Presidencialismo de Coalisção; Democracia no Brasil.

ABSTRACT

SANTOS, Leandro Machado. **To the Right of Youth: the neoliberal renewal process in Brazil seen from the political action of the MBL - Free Brazil Movement.** 2019. 161 p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica / Nova Iguaçu, RJ, 2019.

We seek in this paper to understand, from a specific socio-historical configuration, the way the Free Brazil Movement articulates with other political organizations of liberal cut, reflecting mainly on the effects that the images produced by the movement has in its proposal of diffusion of a narrative anchored in the principles and values of liberalism formulated primarily by theorists of the Austrian School of Economics, with an emphasis primarily on Friedrich Hayek's contributions. The idea was to present the existing connections, without the concern of proving the institutional links between the movement and its political allies, understanding that this is not an articulation that emerges only from the mobilization of the second half of 2013, with the intention of to show that the emergence of this political organization in that particular configuration revealed that the more organically organized liberal bloc in the country, from 1977, found in that context the favorable conditions for publicizing and defending its principles and values without any shame. It is noteworthy that this process was not observed in isolation, but considered that the national articulations were intertwined with the political, economic and social projects that capitalism had put in place after the end of the Golden Age of world capitalism, since they came from the countries. especially the United States, the model that should be put into practice from then on. Our analysis focused attention on the macroeconomic reflections produced by the field of critical theory to think that the systemic transformations adopted in the late 1960s imprinted a new political reality that inhibited the effect of mass political actions on the decisions of national states by substantially unbalancing. the relationship of distributive conflict between market interests and the guarantee of the democratic rule of law, corroborating the idea that the low productivity of the system henceforth prevented the maintenance of any set of rights, thus imposing a series of limits for the realization of democracy itself as a possible form of government. This reform process begins in Brasil with Fernando Collor de Mello in 1990 and remains uninterrupted until Jair Bolsonaro, revealing that the liberalism put in place in the country will combine moments of greater or lesser orthodoxy, appearing in some moments, especially during the years of ruling the Workers Party, have become something different. Thus, we realize that the Free Brazil Movement, as a representative of a fraction of youth, does not emerge from nowhere, but represents an important renewal of liberal political frameworks in Brasil.

Keywords: Liberal Renewal; Neoliberal reforms; Youth movements; Coalition Presidentialism; Democracy in Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – MODERNIDADE, CRISE E OUTRAS POSSIBILIDADES: a análise social a partir da interpretação da imagem como documento histórico	7
1.1- Modernidade e dissolução: quando a supremacia da razão dissolve todas as demais formas de explicação.....	8
1.2- Modernidade: crítica da razão e novas narrativas.....	13
1.3- As novas narrativas: imagem e discurso político.....	16
1.4- Paradigma indiciário.....	24
CAPÍTULO II - JUVENTUDE OU JUVENTUDES? O geral, o particular e o fetiche	28
2.1- Relação Tempo-Espaço e Identidade Cultural na Modernidade.....	28
2.2 - A ideia de geração: uma conceituação bio-psicológica.....	32
2.3 - Juventude enquanto conceito geral: disciplina e moratória social na formação dos jovens modernos.....	36
2.4 - Juventude brasileira: o geral como fetiche e as mobilizações contemporâneas.....	45
CAPÍTULO III – MOVIMENTO BRASIL LIVRE: imagens da atuação política da juventude liberal	55
3.1- O Movimento Brasil Livre é um movimento social?.....	55
3.2- Antecedentes históricos e sociais da chegada do pensamento neoliberal no Brasil: o contexto da abertura política.....	61
3.3- Think Tank: a forma MBL de ser.....	65
3.4- As frentes de Atuação do MBL.....	68
3.4.1- Educação.....	69
3.4.2- Saúde.....	72
3.4.3- Sustentabilidade.....	75

3.4.4- Reforma Política.....	77
3.4.5- Economia.....	80
3.4.6- Justiça.....	82
3.4.7- Transporte e Urbanismo.....	84
3.5- Movimento Brasil Livre e sua atuação política eleitoral.....	87
CAPÍTULO IV - IMAGENS DE UM NOVO TEMPO: os limites democráticos e a renovação liberal no Brasil.....	94
4.1- Crise da democracia liberal: financeirização da política.....	95
4.2- Crise da democracia liberal: representatividade política.....	102
4.3- Crise da democracia liberal: indeterminação política e colapso das ideologias.....	110
4.4- Reformas do Estado e o protagonismo da Juventude Liberal do MBL.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
ANEXO 1- SITES LIBERAIS CONSULTADOS.....	149

INTRODUÇÃO.

O segundo semestre de 2013 se apresenta como um marco temporal importante para pensar os processos de organização política no Brasil. As potencialidades de mudança na estrutura social estavam colocadas e o fluxo das mobilizações apontava aparentemente para um ciclo de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que tornariam o país substancialmente melhor do que se via até então. A disposição da população para tomar as ruas de assalto e colocar na ordem do dia as suas reivindicações transformou a atmosfera das cidades. Essa rebeldia, que não constituía um traço da nossa formação cultural, denunciava que um novo tempo começava a se apresentar no horizonte (ARANTES, 2014). E como tudo que é novo é também o desconhecido, esse novo tempo ainda não havia deixado claro ao que veio. A única coisa que parecia se apresentar com algum critério de certeza é que daquele momento em diante a sociedade brasileira nunca mais seria a mesma.

Ela não seria mais a mesma apenas por conta dos efeitos que as mobilizações de massa haviam produzido, mas porque essas mobilizações que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras revelavam contradições profundas que marcam a nossa sociedade a muito tempo, evidenciando que o que conhecemos como nacional, como povo, não passa de uma conceituação geral que esvazia a realidade de sentido. Assim, a potencialidade de mudança, de fato, se revelava como possibilidade, mas não na direção da conciliação como aparentemente apontava. A medida em que as ruas foram sendo tomadas, os interesses de cada grupo seriam convertidos em bandeira de luta e palavras de ordem, e a coerência naquela ocasião já tinha ido para o espaço. Ao levantar a bandeira comum de combate à corrupção, ainda incomodados com o resultado das eleições presidenciais de 2010, os setores mais conservadores e liberais mobilizados dos estados das regiões sul e sudeste acusam as populações das regiões norte e nordeste pela crise econômica e pelos escândalos de corrupção que marcam o Estado brasileiro, simplesmente por discordarem de suas posições políticas nas últimas eleições presidenciais. Agredir o diferente se transformou em uma constante, revelando que a sociedade brasileira hoje pode se posicionar de forma conservadora sem arcar com o ônus da crítica social pública. (BRINGEL, 2013).

Nesses termos, além dos nordestinos e pobres de todo país que haviam optado por manter o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, de acordo com Marcos Nobre (2013), os setores mais atacados nesse processo seriam aqueles em que se encontram as chamadas minorias políticas ou os segmentos ligados às forças políticas ou aos movimentos sociais que se aglutinavam em torno de um projeto de sociedade com um caráter mais social. Distorcendo o sentido da realidade, os setores dominantes, incluindo nesse pacote a mídia oficial nacional, passaram a associar projetos defendidos pela esquerda institucional, partidária ou vinculada aos movimentos sociais, à forma de governar colocada em prática pelo Partido dos Trabalhadores, transformando tudo que se organizava naquele campo em uma coisa só.

Assim, a falência do governo e a crise que marcaria o próprio partido, marcado por um número enorme de denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, veiculados pela mídia oficial várias vezes por dia, seria a expressão de que qualquer alternativa a este cenário só seria possível com a afirmação de valores como moral e ética, que, nessa compreensão, seriam incompatíveis com aquilo que a esquerda defendia em seu projeto de realidade. O que ficava evidente que existia uma limitação dos

setores da esquerda em se comunicar com as frações da sociedade brasileira que ela esperava representar.

Na mesma direção, se as instituições ou grupos pautados pelos ideais de esquerda foram atacados durante as mobilizações de 2013, as próprias ideias que compõem esse campo vão ser alvo de um fogo cruzado interminável. A teoria crítica vira alvo uma crítica conservadora que decreta e exige sua extinção. Personalidades históricas como Karl Marx e Paulo Freire seriam eschachados em atos públicos e nas produções teóricas, como pode ser visto no texto de Luiz Lopes Diniz Filho (2015) e Odiobar Rodrigues (2015), intelectuais orgânicos da frente liberal conservadora que começava a ganhar espaço e perder o pudor de defender seus valores e princípios na praça pública

Paralelamente, percebemos um crescimento e fortalecimento dos centros de estudo e institutos liberais-conservadores, os denominados Think Tank, em todos países organizados em torno de uma Organização Não-Governamental estadunidense denominada Atlas Network. Segundo Mariana Amaral (2015), desse poderoso think tank irradia uma estrutura que concentra uma rede que atua em mais de 80 países, que articula, ao redor do mundo, aproximadamente 400 instituições de natureza política e institucional liberal ou liberal-conservadora. Estado direta e indiretamente ligada a uma rede de organizações liberais organizada, no Brasil, denominada Rede Liberdade¹.

Se por um lado as contribuições produzidas por Mariana Amaral (2015), são relevantes por revelam uma articulação com tentáculos dentro e fora do contexto nacional, evidenciando uma rede que se articula hierarquicamente, definindo o lugar da instituição de acordo com as atribuições que ela tem em relação ao grupo. Por outro, tanto ela, quanto Antônio Carlos (2015), parecem negligenciar o fato de que a articulação liberal, no Brasil, não tem início nas décadas que marcam esse início deste século, pois de acordo com Gabriel Onofre (2014), esse processo é retomado no final dos anos de 1970, quando são fundadas as primeiras organizações liberais que vão jogar peso na formação dos atuais quadros atuante no Brasil.

Cabe destacar que, a Atlas Network surge em 1981, apenas 3 anos depois às primeiras visitas de Friedrich Hayek ao Brasil, segundo Gabriel Onofre (2014), mostrando que a articulação dos liberais por aqui sempre foi negligenciada pelas demais correntes de pensamento e orientação política que disputam o projeto político institucional no país. Nesses termos, mesmo considerando o segundo semestre de 2013 como um importante marco temporal para pensar a organização política e institucional no país, é importante considerar que, de certa forma, o que alguns setores ligados à esquerda consideravam como uma onda liberal-conservadora que acabara de surgir era na verdade o resultado de mais ou menos 3 décadas de articulação política do bloco liberal, que vinha à tona naquele momento por encontrar as condições necessárias para a sua consolidação. Afinal, o

¹ Disponível em: <https://www.redeliberdade.org/>. Organizações que fazem parte da Rede Liberdade: 1) Acorda Brasil; 2) Centro de Liberdade Econômica; 3) Clube Farrroupilha; 4) Instituto Ajuricaba; 5) Instituto Atlantos; 6) Instituto Carl Menger; 7) Instituto de Estudos Empresariais; 8) Instituto de Formação de Líderes – BH; 9) Instituto de Formação de Líderes - SC;; 10) Instituto de Formação de Líderes – SP; 11) Instituto Democracia e Liberdade; 13) Instituto Liberal; 14) Instituto Liberal da Paraíba; 15) Instituto Liberal de Alagoas; 16) Instituto Liberal de São Paulo; 17) Instituto Liberal do Nordeste; 18) Instituto Liberal do Triângulo Mineiro; 19) Instituto Liberal Minas Gerais; 20) Instituto Liberdade; 21) Instituto Millenium; 22) Instituto Mises Brasil; 23) Instituto Pro-liber; 24) Líderes do Amanhã; 25) Livres; 26) Movimento Endireita Brasil; 27) Instituto Liberdade e Justiça; 28) Liderança nas Escolas; 29) Students for Liberty Brasil; 30) Vox Brasilis.

liberalismo já era a orientação que dava sentido às ações do estado brasileiro desde o governo de Fernando Collor de Mello.

Dentre as condições apontadas, percebemos uma continuidade no neoliberalismo reformando o Estado, primeiro com Fernando Collor de Mello (1990- 1992), passando por Itamar Franco (1992- 1994), Fernando Henrique Cardoso (1994- 2002), por Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016), desaguando em Michel Temer e em Jair Bolsonaro. É importante deixar claro que, embora a perspectiva liberal tenha orientado a atuação do Estado durante todo esse período de tempo, a sua forma de aplicação não foi homogênea, tendo momentos de maior ou menor ortodoxia.

Essa continuidade encontraria respaldo na ideia de que a perspectiva liberal seria a única alternativa científica e socialmente reconhecida e por isso deveria ser seguida independente do projeto que se pretendia colocar em prática, garantindo sempre uma política de responsabilidade no controle do gasto público e a credibilidade do país diante dos investidores internacionais (PAULANI, 2008). Soma-se a esse cenário, que foi preparado para que as organizações liberais pudessem surgir com a força que surgiram a partir de 2013, a nossa forma de organizar a política institucional abrindo mão da relação entre interesses, classes sociais e representação política, que faria com que as alianças estabelecidas para governar e a própria ideia de representatividade política encontrasse na sua realização alguma coerência e solidez (OLIVEIRA, 2007).

As condições estavam dadas, e as potencialidade de mudança que se apresentavam nas mobilizações do segundo semestre de 2013 não foram suficientes para inibir que a sociedade brasileira optasse dialeticamente por saídas políticas mais conservadoras e que apontariam para um ciclo radical de reformas que mudariam profundamente a forma de atuação do estado brasileiro, principalmente o seu regime de assistência. Das manifestações contra a corrupção surgiram uma série de novas organizações, ligadas direta ou indiretamente, às instituições mais antigas como o Instituto Liberal (1983) e que em maio² de 2015 fundaria, junto com outras organizações da mesma orientação, a Rede Liberdade.

Nas mobilizações de massa as organizações tradicionais de caráter liberal não se revelam, mas para isso são criadas três frentes de atuação que serviriam para articular as ações da frente liberal, tanto nas ruas quanto nas redes sociais. Essas organizações não teriam a função de produzir teoria, mas de difundir o discurso carregado de princípios e valores. Nesse conjunto estariam os movimentos que materializariam a teoria produzida, pelos institutos que tinham essa função, na forma de ação política concreta, são elas: a) Movimento Acorda Brasil; b) Movimento Brasil Livre e; c) Movimento Escola Sem Partido.

Por entender demasiadamente complexa a tarefa de entender o funcionamento das três frentes, nossa intenção nesse trabalho foi focar atenção na forma de atuação apenas do Movimento Brasil Livre, por entender que sua tarefa consistia não apenas em reproduzir as teorias produzidas pelos institutos que tinham uma formação mais consolidada, também pela sua força na formação e renovação dos novos quadros políticos que ocupariam destaque na atuação da frente liberal no âmbito da política institucional. O surgimento institucional do movimento acontece em novembro de 2015,

² Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10207153962911884&set=a.1793639885231&type=3&theater>

com a realização do seu Primeiro Congresso Nacional, na cidade de São Paulo. Na ocasião, o movimento, mostrava-se com uma articulação que concentrava, tanto em seus quadros quanto na sua base, um público majoritariamente jovem, que não se sentia representado pelo que a política institucional havia produzido até aquele momento, e viam na ação do movimento uma espécie de representação.

Por se tratar de algo relativamente novo, a nossa busca por material que definisse a forma de ação do movimento, bem como seu funcionamento era escassa. Assim, na tentativa de entender a forma como a organização se movia, pensamos que a estratégia metodológica deveria nos permitir pensar que os rastros que ele deixa pelo caminho, se reunidos da forma correta, poderiam revelar quem ele de fato era. Nesse sentido, nossa primeira decisão foi descartar a busca por vínculos institucionais entre o movimento e outras organizações que supostamente lhe daria sentido político e teórico. Assim, objetivamos em pensar o movimento por ele mesmo, tentando encontrar as conexões entre ele e outras organizações a partir daquilo que ele veiculava na forma de imagem, mas também das imagens que outras organizações veiculam sobre ele.

Nesse sentido, nosso primeiro capítulo teve como finalidade pensar uma metodologia que nos possibilitasse analisar essas imagens como documentos potentes que, ao longo do trabalho, teriam tanto peso quanto as citações teóricas de obras de outra natureza. Assim, destacamos que a partir da contribuição de Jean-Jacques Courtine (2006) e Peter Burke (2017) isso se justificava sobretudo por se tratar de uma forma peculiar de se comunicar, testemunhar e documentar as impressões que os indivíduos ou grupo de indivíduos tem de um determinado tempo. A diferença é que, a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, a imagem é capaz de comunicar de forma menos dura, produzindo sentidos e sensações com efeitos particulares e gerais.

Assim sendo, na tentativa de complementar e qualificar nossa perspectiva metodológica, lançamos mão das contribuições de Carlo Guinzburg (1989), acerca do paradigma indiciário, considerando que as imagens que o movimento produz sobre esse tempo nos serviriam como pistas reunidas que indicam tanto a sua forma de pensar com a sua forma de agir. Nesses termos, a partir de uma visão mais global os dois instrumentos nos mostram que existe uma potência sendo aproveitada pelo Movimento Brasil Livre, que ataca de frente o público alvo que ele pretende atingir, estando esse público perto ou longe, já que a distância pouco importa nesse momento da história em que há uma separação quase que total da relação entre espaço e tempo. O que faz com que aquele discurso desprezioso produzido no parlamento, na escola, na rua, ou mesmo na solidão dos nossos espaços privados assumam uma capilaridade sem controle.

Entendendo que o movimento ataca sempre o mesmo público prioritário, que se desloca pelos ambientes virtuais ou concretos como nativos desse tempo, nosso segundo capítulo, priorizou entender o que é possível identificar como juventude hoje. Para tanto, fizemos um mergulho teórico para buscar o sentido que o conceito assume ao longo do tempo histórico. A ideia foi mostrar que embora a modernidade tem produzida uma ideia de estabilidade das identidades, na realidade os indivíduos e os grupos não se movem desta forma. Fazendo com que tenhamos que pensar o conceito de juventude levando em conta todos os fatores que sobre ele acabam tendo peso determinante, tendo que observar a juventude na sua multiplicidade.

Sendo assim, pensamos a ideia de geração para problematizar sobre a função que cada uma delas pode ter à medida que vivencia suas experiências, mostrando que o conceito de geração assume uma perspectiva biologizantes ratificada ou criticada

dependendo da abordagem que se pretende fazer. A partir daí buscamos apresentar as variáveis que podem incidir de modo determinantes naquilo que identifica o grupo social, mostrando que as relações entre classe social, a raça e gênero servem para segmentar e reconhecer que dependendo da sua natureza social, racial ou de gênero as suas experiências enquanto jovem podem ser alteradas, ou mesmo nem existir da forma como os teóricos da modernidade afirmam.

Nessa perspectiva, o conceito moderno de juventude enquanto moratória social, enquanto fração de tempo que o indivíduo goza para se preparar para a vida adulta e produtiva não era compartilhada por todos os indivíduos da mesma forma, mesmo quando eles se encontravam na condição de estudantes, fazendo com que o olhar que eles têm do mundo tivesse uma relação orgânica com o lugar social em que ocupam e com os interesses do grupo que fazem parte. Essa problematização nos possibilitou analisar a forma como se moveram os movimentos de ocupações urbanas e o Movimento Brasil Livre, mostrando que o lugar social que ocupam altera também a visam que eles têm da formação e na defesa dos seus interesses enquanto grupo. O que tornou possível afirmar que a juventude não carrega em si uma natureza inclinada à mudança e mesmo que o sentido da mudança pode ser diferente dependendo de onde você vem. Permitindo pensar que é possível que em um determinada tempo, uma fração da juventude, assumam a defesa de ideias que não apontam para o sentido da mudança que os setores da esquerda costumam defender.

O terceiro capítulo teve uma função mais objetiva de mostrar que o discurso do movimento encontrava coerência naquilo que ele tinha definido no seu Primeiro Congresso Nacional, em novembro de 2015. Nos detemos a analisar o Documento que surge das discussões realizadas durante o congresso e que definia as frentes de atuação prioritárias para a organização. Simultaneamente tentamos mostrar que a relação aparentemente contraditória, feitas pelo movimento no espaço público, que articulava liberalismo com perspectivas mais conservadoras, encontravam respaldo nas contribuições teóricas de Friedrich Hayek. Para tanto, buscamos destacar que para o economista da Escola Austríaca a ideia de liberdade de mercado se justificava por uma defesa de natureza religiosa, o individualismo cristão, já que ao se lançar no mercado o indivíduo deveria assumir o risco sozinho, não podendo intervir para salvar nem mesmo aqueles parentes mais próximos. Isso mostra que na verdade existe uma janela aberta para estabelecer, entre economia e religião, todo tipo de relação.

Por fim, no quarto e último capítulo nós concentramos nossa energia para mostrar que o Movimento Brasil Livre não nasce em 2015 por acaso, mas que ele é fruto de uma articulação liberal que começa com as visitas de Friedrich Hayek ao Brasil, a partir de 1977, com a associação do empresário Henry Maksoud à Sociedade de Mont Pélerin e com a fundação das primeiras organizações liberais mais organizadas nos anos de 1980. Além disso, nossa preocupação foi destacar que o longo período de liberalismo por aqui se sustentou por uma estratégia articulada pautada na ideia de que o liberalismo é a única teoria econômica comprovada e realmente viável, no controle radical dos gastos públicos e das taxas de inflação e juros, refletida na preocupação de que o mercado precisa perceber no ambiente nacional as condições satisfatórias que lhe inspire credibilidade.

Essa continuidade do liberalismo, que desagua no seu ciclo mais agressivo de reformas pós governo de Michel Temer, seria resultado de uma reconfiguração do mercado mundial após o fim da era de ouro do sistema, as reformas produzidas da década de 1970, reduzindo o tamanho do Estado, principalmente o seu sistema de assistência,

somada a extração de direitos e a perda da capacidade de regular o mercado pelos recursos produzidos pela ação política nos colocam em um contexto de extrema fragilidade, considerando que, esse mover autônomo do mercado, impossibilita a realização da democracia enquanto forma de governo possível.

CAPÍTULO I

MODERNIDADE, CRISE E OUTRAS POSSIBILIDADES: a análise social a partir da interpretação da imagem como documento histórico.

Ao nos habilitarmos a estudar um movimento juvenil que nasce no Brasil na primeira metade da segunda década do século XXI no deparamos com alguns problemas metodológicos e teóricos. O primeiro deles é como estudar um movimento que se move na maior parte do tempo no ambiente virtual? Como identificar as suas orientações políticas e teóricas sem que ele mesmo tenha produzido muito material escrito ou que algum membro do movimento se predisponha a fornecer as informações mais precisas? O que tem de novo nos seus atos, na sua forma de difusão do discurso?

Essas questões nos levaram a pensar que antes mesmo de tratar do Movimento Brasil Livre, propriamente dito, precisamos mostrar que percurso nós faremos para conseguir entender o modo como ele se move. Assim, inicialmente buscamos entender sua dinâmica a partir dos elementos fornecidos por Jean-Jacques Courtine (2006) no que se refere à análise dos discursos políticos e suas metamorfoses pós década de 1960, especificamente após o maio de 1968, que é o limite de tempo estabelecido pelo autor.

A partir da sua leitura percebemos que os elementos apontados por ele (COURTINE, 2006) como sendo fundamentais para pensar esse horizonte de mudança não se restringiam aquele tempo específico. Considerando que as transformações provocadas pelos meios de comunicação de massa, com ênfase nos aparelhos midiáticos de difusão do discurso, como a publicidade, por exemplo, estavam ligadas a processos históricos e sociais anteriores.

Nesses termos, identificamos alguns elementos trabalhados por Theodor W. Adorno (2002) na Indústria Cultural, mas também algumas aproximações com as teses defendidas por Guy Debord, na Sociedade do Espetáculo (1997). Em outros termos, se a publicidade assume tamanha importância na difusão do discurso político isso se dá necessariamente por se tratar de um instrumento que prioriza a construção de uma narrativa de massa, interpretando a realidade por outros instrumentos que não se reduzem a uma interpretação e representação verbal dessa mesma realidade.

Em adição, cabe considerar que os fenômenos trabalhados tanto por Theodor W. Adorno (2002), quanto por Guy Debord (1997), embora só se materializem a partir de meados do século XX, possuem antecedentes históricos e sociológico que remetem aos fundamentos da sociedade e ciência moderna dos séculos XVIII e XIX. Considerando que, segundo o próprio Max Weber (1982; 2004), ao desencantar a realidade a ciência moderna imprimiu outro padrão de racionalidade que se materializava na verbalização da realidade, impedindo que outras formas de pensar, interpretar e representar os fenômenos de natureza social, pudessem coexistir, sem critérios de hierarquia, com o pensamento racional moderno.

Percebemos então que as mudanças identificadas por Jean-Jacques Courtine (2006) apontavam para uma outra visão paradigmática que, ao estabelecer relação com Carlo Ginzburg (1989), mostram-nos que os movimentos humanos deixam marcas, rastros a medida em que se movem. Nessa direção, essas marcas e rastros são tratados por ambos (COURTINE, 2006; GINZBURG, 1989) como documentos históricos e sociais

capazes de revelar a identidade de quem os deixou. Se essas marcas podem revelar a verdadeira face do seu autor, que tipo de rastro o Movimento Brasil Livre, nosso objeto de reflexão, tem produzido e de que modo nós podemos identificá-los?

Nessa direção, é importante pensar que o Movimento Brasil Livre surge e se move no tempo e espaço em que somos contemporâneos. Essa contemporaneidade representa uma série de riscos no que se referem a objetividade do conhecimento, mesmo que nós não tenhamos a pretensão e a intenção de parecer neutros, mas ao mesmo tempo nos coloca em um lugar de vantagem, considerando que, deste modo, nós podemos ser as testemunhas oculares, bem aos termos trabalhados por Peter Burke (2017) da história do nosso próprio tempo.

Portanto, neste capítulo nós desenharemos o percurso metodológicos que será percorrido na pesquisa. Lembrando que esse percurso tem uma íntima relação com uma profunda análise crítica da Modernidade, enfatizando seu padrão de racionalidade, e apresentando os elementos necessários para pensar os movimentos de natureza política e social que deixam suas marcas e rastros expressos na forma de imagem, que ganham vida e dão sentido para o mundo virtual como uma dimensão factível e que compõe a integralidade da realidade, expandindo significativamente o no sentido de ser e estar no mundo (HARVEY, 1996).

1.1- **Modernidade e dissolução:** quando a supremacia da razão dissolve todas as demais formas de explicação.

O pensamento iluminista (...) abraçou a ideia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos dos seus grilhões. Ele levou a injunção de Alexander Pope de que “o estudo próprio da humanidade é homem” muito a sério. Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia se realizar. Abundavam doutrinas de igualdade, liberdade, fé na inteligência humana (uma vez permitidos os benefícios da educação) e razão universal. (HARVEY, 1996; p.23)

Quando pensamos na Modernidade enquanto fenômeno histórico, social e cultural nos deparamos com uma realidade que parece ter existido sempre. É como se a forma moderna de ver o mundo fosse a única forma possível, como se as marcas e características desse tempo histórico originassem tudo o que temos, o que somos e como conhecemos, ou seja, seria quase como considerar que antes dela não pudesse existir de fato e como ela se apresentasse como o marco zero da história da humanidade.

De fato, é muito difícil analisar a modernidade criticamente, na condição de cientista, e ter que enfrentar a lógica de que a razão pura pode produzir discursos que distorcem a percepção dos indivíduos e grupos de indivíduos sobre os fenômenos sociais, históricos e culturais que compartilham. Essa preocupação é coerente, já que qualquer

deslize em uma direção contrária pode condenar a nossa reflexão ao campo de uma teoria sem racionalidade científica. Desse modo, não nos parece um movimento fácil ter que pensar que a modernidade pode ter produzido uma lógica de observação da realidade que ao invés de ampliar as percepções humanas para pensar a realidade, parece ter reduzido o seu horizonte de observação e reflexão.

Nós não seríamos os primeiros a pensar nessa direção. Os autores frankfurtianos Theodor Adorno e Max Horkheimer (1983), quando formularam seu conceito de Iluminismo nos mostraram que sua perspectiva era livrar a humanidade dos feitiços, anulando as explicações míticas e a imaginação fantasiosa por meio do conhecimento científico puro. Tratava-se, portanto, de vencer progressivamente a superstição e produzir um conhecimento cada vez mais racional, utilizando como elemento para suas reflexões exclusivamente as capacidades humanas racionais.

Adorno e Horkheimer (1983) mostrariam que existia uma relação de poder por trás dessa perspectiva que prometia a emancipação a qualquer custo. Segundo eles, a dissolução das demais formas de pensar a realidade colocaria nas mãos dos senhores, donos dos meios de produção, os elementos capazes de justificar o que é ou não um conhecimento supostamente verdadeiro. Isso porque à medida em que as demais formas de apreensão da realidade são dissolvidas os elementos que garantem rigorosidade à observação vão sendo apropriados e concentrados nas mãos de um grupo cada vez mais seletivo, ou seja, “(...) o saber é tão democrático quanto o sistema econômico juntamente com o qual se desenvolve. A técnica é a essência do saber” (ADORNO e HORKHEIMER, 1983; p.: 90).

Max Weber (SCHLUCHTER, 2014) chamaria esse deslocamento da produção do conhecimento das explicações míticas, fantasiosas e religiosas para a ciência de desencantamento. Segundo ele, embora essas formas supostamente simples de apreensão da realidade sejam tomadas pela ciência como algo passível de descarte, ou melhor, necessariamente descartáveis se o que se pretende é produzir um conhecimento objetivamente válido, a sua natureza segue uma lógica completamente diferente. De acordo com Max Weber, a partir da interpretação de Wolfgang Schluchter (2014), esse universo encantado seria algo que antecede ao próprio movimento de apreensão da realidade, já que, antes de conhecer a realidade, o indivíduo é lançado em um universo simbólico, repleto de sentidos e significados diferentes daqueles que podem ser presumíveis ou conhecidos a partir de uma lógica racionalmente pura.

Esse mundo repleto de significados não pode ser expresso de uma única forma, utilizando-se apenas de um conjunto exclusivo de símbolos universais que servem para explicar tudo. Mas a ciência não seria primeira a atacar essa forma de pensar e agir. As religiões monoteístas, que tem origem no judaísmo, fazem isso antes, imprimindo sobre o sujeito um modo normativo de expressar a sua fé no sobrenatural, um mundo além do mundo (WEBER, 2004). Assim, se o modelo de salvação reside em uma fé depositada no lugar certo, racionalmente falando, a religião parece não ser algo tão irracional assim. Nesse sentido, segundo Max Weber (2004), a religiosidade histórica seria a primeira ruptura com um mundo encantado, mágico, onde os significados residiam apenas de sua natureza simbólica.

Nesse ambiente em que o universo mágico já não possui sentido e a fé segue uma lógica normativa, o mundo encantado se movimenta em outra lógica, considerando que, segundo Max Weber (2004), no judaísmo antigo, afirma-se uma religião completamente livre de magia. Essa lógica não para por aí, pois o cristianismo protestante de corte

calvinista, puritanos, metodistas e pietistas, pós século XVII, seguiria o mesmo movimento. Assim, na busca de uma suposta felicidade eterna os indivíduos deveriam percorrer um caminho solitário, pois em sua jornada nenhum líder religioso seria capaz de conduzi-lo. Em outras palavras, além de romper com as amarras do pensamento mágico e imprimir uma forma sistemática de pensar e mover a própria fé, o desencantamento promovido pelo processo religioso-histórico coloca o ser humano como uma figura nuclear, tendo a responsabilidade de buscar a sua própria salvação sem se preocupar nem mesmo com aqueles indivíduos mais próximos, inclusive seus familiares.

Cabe destacar que, o individualismo cristão, assume lugar central nas religiões protestantes após a reforma e vai servir de argumento para sustentar uma parte significativa do pensamento liberal produzido por Friedrich Hayek (2010), já que existe, segundo ele, uma peregrinação, tanto para entrar no céu quanto para se lançar no mercado, que o indivíduo deveria percorrer só, podendo salvar nesse percurso apenas a sua própria alma. Mostrando necessariamente que os argumentos trabalhados por Max Weber (2004), encontravam respaldo social e seriam capazes de atravessar a barreira do tempo, servindo para justificar o acesso ao mercado e as desigualdades que ele produz. Essa temática vai ser tratada com mais cuidado alguns capítulos à frente.

Se por um lado a religião moderna promove uma ruptura como o universo mágico, por outro, concentra em seu interior os elementos capazes de garantir uma leitura da realidade a partir de seus próprios princípios. Esse monopólio começa a ser ameaçado quando, de acordo com Max Weber (2004), a ciência começa a se distanciar da religião, buscando seus próprios elementos para o entendimento da realidade. A tensão entre o pensamento religioso e o pensamento científico se acirra à medida que a ciência empurra a religião para o campo do não racional, do irracional. Assim, se a religião normativa e sistemática havia rompido com o pensamento mágico antigo, a ciência exerce sobre ela o mesmo movimento colocando em um plano hierarquicamente inferior, quando se trata de estabelecer padrões, elementos, paradigmas para o entendimento da realidade. É importante destacar que Kant (1784), assim como Max Weber (2004), percebe na hierarquia religiosa, na condução da fé, na impossibilidade de interpretação das escrituras a partir de critérios próprios, um grande desafio a ser superado, já que de acordo com eles, isso impediria o indivíduo de pensar e agir de modo autônomo.

Nessa perspectiva se por algum tempo ciência e religião ocidental se movimentaram no mesmo polo, a ciência moderna tratou de colocar a religião em seu lugar, no plano do mundo além do mundo. O próprio Immanuel Kant (1784), quando formula seu pensamento, mostra que o ser humano seria inclinado, por suas potencialidades inatas, a pensar racionalmente. No entanto, a materialização dessa condição inata na vida do indivíduo exige que ele faça um movimento em busca da autonomia de pensamento, liberando-se progressivamente de seus tutores e do pensamento que não tenha origem exclusivamente racional, como é o caso, segundo ele, dos pensamentos religiosos, exotéricos ou mítico. De acordo com David Harvey (1996; p.:23), “o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do arbítrio do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana”.

O Iluminismo, enquanto movimento filosófico, que aponta em direção à razão, teria como condição a saída dos indivíduos de seu estado menoridade. Segundo Kant (1784), esse movimento em direção à razão seria mediado pela própria razão, ou seja,

quanto mais o indivíduo utilizasse as suas capacidades racionais inatas, mais autônomo seria. Essa autonomia lhe retiraria de uma condição de subalternidade, pois a partir daí ele estaria apto a pensar e agir por seus próprios conceitos, sem que necessitasse de qualquer auxílio ou tutela. Essa breve descrição corresponderia, em linhas gerais, ao que Kant (1784) chamou de passagem da menoridade à maioridade. Assim, a menoridade seria uma condição hierarquicamente inferior diante da maioridade que tinha como marca o agir e pensar racionalmente. Como nos fala Kant (1784; p. 01):

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em servir de si mesmo, sem a guia de outrem. Sapere aude! Tem coragem de servires do teu próprio entendimento! Eis a palavras de ordem do Iluminismo.

Em outras palavras, o processo de desencantamento da realidade seria algo progressivo e sem fim, considerando que imediatamente ao desencantar precisa imediatamente de um novo encanto e isso aconteceria continuamente. Dessa forma, a magia foi desencantada pela religião, a religião desencantada pela ciência. Nesse movimento progressivo certamente a ciência não passaria ileso, mas antes de ser questionada estabeleceu uma série de modelos e paradigmas que teriam a função de prolongar a sua hegemonia.

Nessa direção, o paradigma moderno de produção do pensamento científico, assume um movimento rigoroso no seu processo de constituição. O problema é que tal lógica seria exportada para as ciências sociais que surgem no século XIX sem nenhum filtro. Isso pode ser visto com mais clareza nas obras dos autores da primeira geração da sociologia. Por exemplo, quando analisamos as reflexões de Auguste Comte (1988), em seu Curso de Filosofia Positiva, percebemos as suas inclinações teóricas e políticas pela adesão dos procedimentos metodológicos adotados pela s ciências exatas e naturais. Essa adesão, em parte voluntária, em parte forçada, dava-se sobretudo por conta dos padrões de objetividade científica definidos pela Modernidade. Em outras palavras, quando afirmamos que a transferência dos procedimentos metodológicos das ciências exatas e naturais foram importados sem filtro para as ciências sociais, fazemos referência aos padrões de objetividade, já que para ser reconhecida enquanto ciência, a Sociologia, por exemplo, deveria ter a capacidade de produzir resultados exatos e inquestionáveis como aqueles que eram produzidos pela matemática e pela física daquele período histórico. Como podemos observar nas palavras do próprio Auguste Comte (1988; p.39):

Vê-se que os fenômenos geométricos e mecânicos são, entre todos, os mais gerais, os mais simples, os mais abstratos, os mais irreduzíveis, e os mais independentes de todos os outros, de que constituem, ao contrário, a base. Concebe-se paralelamente que seu estudo seja preliminar indispensável ao estudo de todas as outras ordens de fenômenos. A ciência matemática deve, pois, constituir o verdadeiro ponto de partida de toda educação científica racional, seja geral, seja especial, o que explica o uso universal, que se estabeleceu desde há

muito a esse propósito, duma maneira empírica, embora não tenha primitivamente outra causa que sua maior ancianidade relativa.

Esses fundamentos defendidos por Auguste Comte (1988) seriam incorporados por Émile Durkheim (2007). De fato, as contribuições de Émile Durkheim são mais significativas do que as de Auguste Comte (1988) para a consolidação da Sociologia enquanto ciência, no entanto, seguem um percurso muito semelhante e adota os mesmos critérios de objetividade que o seu antecessor. Seu aprofundamento aconteceria no que se refere à relação sujeito-objeto, pois ao estabelecer os critérios de objetividade do conhecimento colocava a necessidade de manter uma relação de neutralidade e distanciamento entre pesquisador e objeto pesquisado. Além disso, para ele (DURKHEIM, 2007), o objeto, independente do que ele fosse, deveria ser tratado como uma coisa, sem nenhuma importância afetiva, política, cultural, ideológica para o pesquisador, devendo ser observado apenas a partir da sua relevância científica.

Essa tendência abarcaria não apenas a sociologia, mas impactou profundamente a produção científica no âmbito das ciências humanas e sociais de modo geral. Dessa forma, ao buscar a objetividade do conhecimento, a partir do modelo hegemônico, o pesquisador deveria se distanciar progressivamente do seu objeto de reflexão. Como se fosse possível se desligar completamente a realidade em que o sujeito está imerso. Soma-se a isso o fato de que dentro desse modelo paradigmático, de distanciamento entre sujeito e objeto, de neutralidade diante da realidade, os conceitos produzidos são apresentados como verdades universais, válidas em qualquer tempo e espaço, independente das particularidades locais.

Se a ciência desencantou a realidade como nos fala Max Weber (2004), ela também estabeleceu os critérios que definem o que é ou não científico, o que é ou não racional. Assim, todas as experiências humanas que não fossem mediadas exclusivamente pela razão seriam colocadas em plano marginal, consideradas hierarquicamente inferiores. Isso, pelo fato de que as supostas experiências não racionais poderiam comprometer os resultados da reflexão. Nesses termos, Adorno (2003), no Ensaio como Forma, mostra-nos que não se trata apenas de um modelo de reflexão em que as formas de exposição pudessem circular livremente, mas se trata de algo mais profundo, pois existe uma relação orgânica entre forma e conteúdo, que significa dizer que ao produzir conhecimento dentro desse modelo paradigmático as formas de exposição do pensamento devem acompanhar o conteúdo. Nessa perspectiva, o pensamento produzido a partir de uma experiência racional pura teria como modelo de exposição a sua forma verbal, com conceitos e princípios gerais previamente definidos e compartilhados pelos pares da comunidade acadêmica. Assim, independente do objeto de reflexão e ignorando as particularidades de cada ramo da ciência, as formas de exposição deveriam ser sempre a mesma. Nas palavras do próprio Theodor W. Adorno (2003; p.18):

Na prática positivista, o conteúdo, uma vez fixado conforme o modelo da sentença protocolar, deveria ser indiferente à sua forma de exposição, que por sua vez seria convencional e alheia às exigências do assunto. Para o instinto do purismo científico, qualquer impulso expressivo presente na exposição ameaça uma objetividade que supostamente afloraria após a eliminação do sujeito, colocando também em risco a própria integridade do objeto, que seria tanto mais sólida quanto menos contasse com o apoio da forma, ainda que esta tenha

como norma justamente apresentar o objeto de modo puro e sem adendos.

Para Adorno (2003), esse movimento não cria apenas um modelo de ciência, mas também e principalmente o de não ciência. Portanto, tudo o que é produzido fora desses padrões estabelecidos e aceitos tanto no que se refere à forma quanto ao conteúdo seria condenado a viver na marginalidade, sendo tratado sempre como uma forma de conhecimento menor. Nesses termos, as artes plásticas, a literatura, o teatro, o cinema, etc., não produziram algo válido para o pensamento científico, já que supostamente aquilo que elas produzem não é mediado exclusivamente pela razão.

Assim, a interpretação da realidade, inclusive e principalmente nas ciências humanas e sociais, que buscavam reconhecimento e o status de ciência pela comunidade científica, precisava seguir rigorosamente as orientações paradigmáticas que norteavam a produção científica do período. O que significa dizer que a interpretação da realidade passará a ser monopólio exclusivo das ciências.

1.2- **Modernidade:** crítica da razão e novas narrativas.

Existe um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 1986; p. 15)

Curiosamente essa supremacia absoluta das ciências sobre as demais formas de conhecer, interpretar e representar a realidade parece não durar muito. Os séculos XVIII e XIX haviam passado e as promessas do Iluminismo ainda não haviam se materializado. As transformações no âmbito da produção, da política e da estrutura organizacional do Estado haviam se consolidado. No que se refere à produção do conhecimento a razão afirmava sua supremacia cotidianamente. Ao mesmo tempo, diferentemente do que afirmava Immanuel Kant (1784), os seres humanos não pareciam mais felizes e mais livres. Mesmo com toda a racionalização da vida social, que no seu mover natural deveria produzir a liberação do espírito humano, potencializada pelo conhecimento e entendimento da realidade que nos cerca, as promessas da modernidade não haviam se cumprido, pois tanto a ideia de liberdade quanto a de felicidade pareciam cada vez mais distantes.

O fim do século XIX parece apontar em outra direção. O pessimismo de Max Weber (2004) em relação ao Estado, à burocracia, à supremacia da razão e as massas o impedia de ver que as transformações do século XVIII apresentavam em sua composição orgânica um movimento dialético. E ao passo que caminhava deixava um rastro de destruição, mas diante dessas condições insalubres, apresentavam-se como possibilidade outras formas de intervenção e interpretação da vida social. As transformações sociais vividas pela Europa aceleravam o tempo em uma proporção jamais vistas, de acordo com David Harvey (1996), a efemeridade e a mudança se apresentam como condição para a existência da própria Modernidade.

Assim, as transformações aceleradas nos contextos social, político, cultural, estético, etc., impediam que quaisquer relações com as fases pré-modernas da história pudessem ser estabelecidas, tratando o futuro como uma espécie de progresso inevitável. Dessa forma, nas palavras de David Harvey (1996; p.22) “a modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições histórica precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes”.

A ideia de que o que nos aguarda lá na frente é sempre melhor do que nós temos hoje começa a se desmontar, já que o início do século XX é marcado por tensões políticas em nível planetário. As preocupações de Max Weber (2004) pareciam fazer ainda mais sentido, pois até sua morte em 1920, o autor alemão pode se deparar com eventos históricos que mudariam para sempre o mundo como ele conhecia. A Primeira Guerra (1914-1918) ele vivencia integralmente e sem dúvida pode comprovar parte do pensamento que vinha produzindo acerca da crítica da razão instrumental.

Como ele não seria o único alemão pessimista com os rumos do progresso técnico-científico, autores como Walter Benjamin e a dupla Theodor W. Adorno e Max Horkheimer aprofundariam suas reflexões associando seu pensamento acerca da crítica da razão e do progresso a uma pesada crítica marxista sobre os rumos que esse progresso e essa razão assumem na sociedade de mercado.

A primeira grande contribuição que Walter Benjamin traz para a nossa discussão aparece em uma obra de 1936. Em “A Obra de Arte na era de sua Reprodutibilidade Técnica”, sem esquecer sua crítica radical à forma como a Modernidade produz sua epistemologia, Walter Benjamin (1936), mostra-nos uma característica marcante deste início de século. Caminhando na mesma direção apontada acima pelas obras de David Harvey (1996) e Marshall Berman (1986), Benjamin percebe a velocidade com que a realidade se transforma, para evidenciar esse movimento ele destaca a substituição das formas gráficas de reprodução dessa realidade, partindo da xilogravura, passando pela litografia e desaguando na fotografia. Assim, se nas formas anteriores, na xilografia ou na litografia, a realidade social poderia ser retratada, produzida e interpretada de modo imagético, na fotografia isso aconteceria, segundo ele (BENJAMIN, 1936), liberando completamente a mão humana, tudo agora seria captado pela sensibilidade do olho humano e tendo como instrumento a lente da câmera.

Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho. Como o orno apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral. Se o jornal ilustrado estava contido virtualmente na

litografia, o cinema falado estava contido virtualmente na fotografia (BENJAMIN, 1936, p. 01)

Assim, a palavra escrita já parecia insuficiente para expressar os acontecimentos da vida cotidiana, considerando que nos jornais diários o texto escrito aparecia acompanhado de uma série de imagem que serviam para, supostamente, comprovar e justificar o que acabara de ser dito, dando ao texto sua parcela de materialidade e delegando à imagem a responsabilidade sobre a comprovação do fato narrado. No entanto, o que se tinha de mais radical não aparecia nos jornais impressos, mas nos rolos de filmes do cinema, que no início do século XX era usado para exibir o noticiário semanal, levando para a grande tela as imagens e narrações acerca dos principais eventos daquele período. O autor nos mostra como o Fascismo alemão se fortaleceu a partir da narrativa nacionalista assumida pelo cinema falado. Assim, de 1923 a 1932 ao passo que o cinema se popularizava, criando com as massas uma profunda identidade, o partido nacional socialista se fortalecia com o apelo de adesão do discurso aos temas de interesse nacional, frente ao cenário de crise que o mundo enfrentara especificamente a partir de 1929.

A metamorfose do modo de exposição pela técnica de produção é visível também na política. A crise da democratização pode ser interpretada como utopia crise nas condições de exposição do político profissional. As democracias expõem o político de forma imediata, em pessoa, diante de certos representantes. O Parlamento é seu público. Mas, como as novas técnicas permitem ao orador ser ouvido e visto por um número ilimitado de pessoas, a exposição do político diante dos aparelhos passa ao primeiro plano. Com isso os parlamentos atrofiam, juntamente com o teatro. O rádio e o cinema não modificam apenas a função do intérprete profissional, mas também a função de quem se representa a si mesmo diante desses dois veículos de comunicação, como é o caso do político. O sentido dessa transformação é o mesmo no ator cinema e no político, qualquer que seja a diferença entre suas tarefas especializadas. Seu objetivo é tornar "mostráveis", sob certas condições sociais, determinadas ações de modo que todos possam controlá-las e compreendê-las, da mesma forma como o esporte o fizera antes, sob certas condições naturais. Esse fenômeno determina um novo processo de seleção, uma seleção diante do aparelho, do qual emergem, como vencedores, o campeão, o astro e o ditador. (BENJAMIN, 1936, p.08)

Com a difusão dessas formas de interpretações artísticas, especificamente com a popularização do cinema e do rádio, o discurso político ganha outra dimensão. Assim o político profissional é liberto das amarras impostas pelas paredes do parlamento, onde ele encontra seu público original, limitado a um número de indivíduos e grupos de interesses, para se dirigir a um público cada vez mais amplo. Essa ausência de fronteiras físicas para a realização do discurso político favorece a sua difusão e a exaltação de novos líderes, personalidades e grupos que podem se beneficiar dos princípios e valores que ele difunde.

De fato, esse fenômeno pode ser analisado também pelas reflexões de David Harvey (1996), quando aponta que com o desenvolvimento técnico dos meios de comunicação a relação espaço-tempo começa a se desfazer. Nesses termos, aquele discurso inofensivo que parecia fazer sentido apenas para o bairro, o município, o estado ou o país, rapidamente começa a se capilarizar para outros estados nacionais europeus e até mesmo para fora da Europa, já que as correntes nacionalistas do início do século XX

povoaram boa parte do mundo ocidental, considerando que o conceito de Estado Nacional é uma das principais marcas da Modernidade (KOSELLECK, 1999).

Nessa direção, um fenômeno seria inevitável de acordo com Walter Benjamin (1936), dialeticamente ele se apresenta em duas frentes que se completam mutuamente: a estetização da política e a politização da estética. Começando de trás para frente, a politização progressiva da arte definia uma forma específica de observar a realidade, seguindo padrões, traços e estilos peculiares compatíveis como os grupos políticos hegemônicos. Paralelamente, a estetização da política transforma o discurso político em um espetáculo dirigido a espectadores cada vez mais distraídos. Nesses termos, não basta um olhar apurado e uma câmera na mão para registrar as imagens de modo que elas possam ser aceitas, pois tanto o olho quanto câmera precisam ser calibrados previamente levando em consideração alguns valores e princípios.

1.3- As novas narrativas: imagem e discurso político.

Nessa direção, percebemos que algumas preocupações levantadas por Walter Benjamin (1936) vão povoar também as reflexões de Theodor Adorno (2002). A principal delas estaria ligada a perda de autenticidade, de originalidade da obra de arte. Ambos observam esse fenômeno de modo contraditório, já que se por um lado a possibilidade de copiar, a partir da fotografia, por exemplo, popularizava a obra de arte, por outro, essa reprodução não possuía limites, possibilitando um número infindável de réplicas para satisfazer as necessidades do mercado.

Preocupados com o papel do cinema e do rádio na formação das massas, Adorno e seu parceiro Max Horkheimer, recuperam o tema do “Iluminismo como Mistificação das Massas”, iniciando as reflexões sobre a Indústria Cultural (ADORNO, 2002). Nessa obra especificamente, eles percebem que a partir dos anos de 1940, a sociedade Moderna, em crise por não conseguir apresentar saídas ou explicações racionais para os fenômenos sociais da primeira metade do século XX – especialmente a 1ª e a 2ª Guerra e o Nazismo, lança mão do cinema e do rádio, como meios de comunicação de massa, para se recompor.

Essa recomposição passa necessariamente por dois processos que se completam. O primeiro seria considerar a produção cultural, a partir dos anos de 1940, como parte da produção industrial da época, seguindo os mesmos princípios que orientam o mercado, tendo sua produção pautada pela lógica do fordismo, priorizando a produção de produtos em massa. Assim, o primeiro processo precisa acontecer simultaneamente ao segundo, que focaria em padronizar gostos e estilos, afinal essa não era a pretensão da indústria moderna? O que significa, que a indústria cultural não seria uma indústria a parte, com regras e princípios próprios, como pensavam alguns eruditos, mas fazia parte de uma composição orgânica que se localizava no interior da indústria de modo geral. A diferença estava apenas no produto que elas produziam, mas ambas estavam pautadas pela produção de desejos padronizados e sua materialização na forma valor.

A prova dessa composição pode ser percebida na interdependência que elas têm entre si, nas palavras de Adorno e Horkheimer (ADORNO, 2002; p. 11):

A dependência da mais poderosa sociedade radiofônica em relação à indústria elétrica, ou a dos cinemas aos bancos, define a esfera toda, cujos setores singulares são ainda, por sua vez, co-interessados e economicamente interdependentes. Tudo está tão estreitamente ligado que a concentração do espírito alcança um volume tal que lhe permite ultrapassar as fronteiras das várias firmas comerciais e setores técnicos. A unidade sem preconceito da indústria cultural atesta a unidade em formação da política.

Essa unidade, ou melhor, organicidade não se reproduz nas suas produções, pois se os grandes conglomerados da época se associavam em torno das produções, ao mesmo tempo elas trabalhavam com a lógica de uma sociedade organizada em nichos, que embora desejasse obter as mesmas coisas e compartilhar os mesmos padrões, valores, princípios e estilos, nem todos possuíam os recursos materiais para satisfazer tal pretensão. Essa fratura, social, ofuscada por uma suposta unidade cultural, podia ser facilmente percebida pelo acesso a determinados produtos de acordo com seu preço.

Distinções enfáticas, como entre filmes de classe A e B, ou entre histórias em revistas de diferentes preços, não são tão fundadas na realidade, quanto antes, servem para classificar e organizar os consumidores a fim de padronizá-los. Para todos alguma coisa é prevista, a fim de que nenhum possa escapar; as diferenças vêm cunhadas e difundidas artificialmente. (ADORNO, 2002; p.12)

A ideia central não foge à regra da indústria geral, pois se a segmentação e hierarquização social se tornam cada vez mais intensa, já que para cada segmento social seria produzido um conjunto de produtos de acordo com seu poder de consumo. E se por um lado o produto personalizado, exclusivo, tem seu preço definido por sua exclusividade e escassez no mercado, por outro a arte passa a ser regulada levando em conta o mesmo princípio. Nesses termos se Benjamin (1936), afirma que a originalidade havia chegado ao fim com a introdução, no mercado cultural, de máquinas capazes de reproduzir o quadro mais raro, deve-se pensar que a originalidade deixou de existir para quem não pode pagar por ela. Em outras palavras, quanto mais original, mais caro, quanto mais caro menos pessoas tem acesso. Nesses termos, a obra de arte se apresenta enquanto fetiche.

Essa integração dos indivíduos e grupos à sociedade por sua capacidade de consumir produtos culturais vai fazer com que passe a existir uma estética padrão, hierárquica, segmentada, mas padrão, veiculando sempre aquilo que os indivíduos e grupos querem ver e ouvir, preocupando-se em transmitir sua mensagem de modo que seu receptor permaneça sempre distraído. Assim, essa capacidade estética é capaz de transformar tudo em um grande espetáculo, e para o telespectador é quase impossível distinguir se se trata de ficção ou de realidade.

Um exemplo dessa capacidade de manter o telespectador distraído pode ser percebido no nosso próprio tempo. Em 20 de março de 2003, especificamente na noite desse dia, as tropas estadunidenses invadiram o Iraque. Aqui no Brasil as famílias estavam jantando e assistindo aos telejornais, a guerra estava ao vivo no ar, as imagens dos mísseis e projéteis de todo tipo voavam pelos ares, e eu aqui não sabia distinguir se as imagens eram de uma guerra real ou do próximo lançamento de Hollywood.

Imagem 1: Guerra do Iraque (operação Tempestade no Deserto – 2003)



Fonte: BBC (22/10/2019)³

Outro exemplo mais próximo, que vai materializar melhor a discussão levada a cabo pelos autores frankfurtianos e por Gui Debord (1997), pode ser observado na ação do atirador de precisão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), do Estado do Rio de Janeiro, no caso do sequestro ao ônibus na ponte Rio-Niterói, na manhã de 20 de agosto de 2019. Sem considerar o comportamento geral que tratou o fato como um tremendo espetáculo, a posição do governador do Estado e da própria corporação desconsideravam completamente que a ação deveria ser tratada como um recurso excepcional e extremo. No dia seguinte o atirador sem rosto já havia se transformado em uma espécie de herói nacional, pois as câmeras das TVs abertas e fechadas, sem contar as imagens captadas pelos celulares, haviam exibido a ação ao vivo como uma espécie de evento, com torcida pró e contra a ação policial.

Imagem 2: atirador de precisão BOPE.



Fonte: PMERJ (20/08/2019)⁴

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43479249>

⁴ Disponível em: <http://www.pmerj.rj.gov.br/2019/08/acao-profissional-e-segura-da-policia-militar-foi-decisiva-para-salvar-39-refens-na-ponte-rio-niteroi/>

Curiosamente a partir dos anos de 1960, quando a indústria cultural de fato se consolida, é possível perceber mais claramente que a Modernidade, pautada na verbalização da vida social como processo de racionalização e tendo o domínio da leitura e da escrita como elementos de hierarquização, começa a dar lugar a uma forma discursiva mais leve. Segundo Amanda Braga (2014), a rigidez do discurso, como expressão do texto lido e escrito, vai perdendo progressivamente seu espaço para uma forma mais volátil de linguagem, fluida e dispersa.

Isso acontece necessariamente pela invasão da publicidade no discurso político. Jean Jacques Courtine (2006) chamaria isso de substituição da língua de madeira pela língua de vento, fazendo com que o discurso político tradicional, preso às formas clássicas de exposição, desse lugar às formas leves e efêmeras de um novo ramo que invade a indústria cultural com força, ou seja, a publicidade. Assim, considerando que o cinema, o rádio e os periódicos já haviam rompido com os limites espaciais para o discurso político, a publicidade eleva esse movimento a algumas potências, dando fluidez e múltiplas formas à fala pública.

Nessa sociedade completamente espetacularizada, como nos chama atenção Gui Debord (1997), a imagem assume um lugar hegemônico. Já que é através dela que se compartilha ideias, estilos, comportamentos éticos e estéticos, mas se aparentemente a imagem pode revelar uma realidade ficcional, descolada da realidade, ou melhor, se a forma da exibição pode me descolar da realidade, nas palavras de Peter Burke (2017), ela também pode revelar indícios importantes para o entendimento dessa mesma realidade, considerando que, segundo ele, a imagem pode ser tratada como uma evidência histórica tão importante quanto o texto escrito ou a narração.

A proposta essencial que esse livro tenta defender e ilustrar é a de que imagens, assim como textos escritos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular. (...) “o princípio do testemunho ocular” em outras palavras, a regra que artistas em algumas culturas têm seguido, a partir dos antigos gregos, para representar o que, é somente o que, uma testemunha ocular poderia ter visto de um ponto de vista específico em um dado momento. (BURKE, 2017; p. 25)

Percebe-se, nesse sentido, que a interpretação da realidade não é algo isento, mas reflete, na pior das hipóteses, o lugar que o indivíduo ocupa no momento em que ele constrói a sua interpretação. Isso significa que, observando o indivíduo de modo mais global e necessariamente mais complexo, a sua interpretação da realidade está impregnada por tudo o que ele é, por suas crenças particulares, por seus princípios e valores, por sua perspectiva de realidade, ou mesmo, por sua concepção política. Nessa perspectiva, a lente pela qual ele observa o mundo a sua volta está tomada por tudo que eu sou, seja como indivíduo ou como parte de um grupo de indivíduos que compartilham de interesses particulares, pois são inerentes ao grupo, e projetam um percussor a ser seguido para alcança-los. O que significa dizer que as imagens que eu destaco e projeto para o mundo carregam uma parte daquilo que eu sou, daquilo que eu pretendo construir e onde eu quero chegar, tanto como indivíduo isolado quanto como parte de um grupo de indivíduos (BURKE, 2017).

Como indivíduo isolado essa projeção alcança pouca capilaridade, mas dentro de um coletivo a perspectiva inicial se amplifica. O que nos leva a crer que se o resultado esperado é maior do que aquilo que eu projeto para minha vida particular a estratégia melhor consiste em me associar, projetando para o mundo uma imagem que emerge e é capturada por uma lente comum. Em outras palavras, tomando como projeção a ideia de que essa lente representa parte do que o indivíduo é e da forma como ele se relaciona com o grupo, se eu identifico o grupo seria possível encontrar nele o indivíduo, considerando que a parte tenderia a carregar o DNA do todo, externalizando seus princípios, valores e perspectivas de realidade. Assim, nessa projeção seria possível encontrar conexões entre indivíduos e entidades representativas mesmo que o vínculo entre elas não fosse firmado por nenhuma convenção social, mas pelos interesses que elas têm em comum.

Esse entendimento ganha eco pelo fato de que mesmo a fonte escrita, como tratam os historiadores, é inserido dentro de uma problemática e leva em conta as interpretações de uma série de indivíduos e grupos ao longo do processo de formulação. A imagem capturada vai carregar a perspectiva individual de quem a capturou, mas essa perspectiva individual se constitui no encontro com uma série de outros sujeitos ao longo do percurso, o que não se diferencia de qualquer outra forma de interpretação e análise da realidade (BURKE, 2017).

Assim, se eu pretendo identificar os princípios e valores que os jovens liberais organizados no Movimento Brasil Livre reproduzem, as imagens que ele produz não são suficientes, já que a produção de um projeto liberal para o Brasil não é algo recente e existe um conjunto de organizações de caráter liberal que sedimentaram o caminho por onde eles deveriam seguir, estabelecendo até mesmo os limites que definem o que é ou não ser liberal por aqui (ONOFRE, 2014).

De fato, na perspectiva de Peter Burke (2017) toda imagem é importante e representa algo. Para nós tem um conjunto de imagens em particular que podem contribuir com a interpretação que faremos da realidade. As imagens que expressam o sagrado, a fé tem uma função interessante, nos apontamentos do autor elas serviriam para materializar a doutrina, evidenciando na forma de painéis aquilo que estava escrito nos livros sagrados. Isso certamente não ficou circunscrito ao cristianismo, já que todas as religiões conhecidas de certo modo representavam seus valores e princípios, sua doutrina de modo iconográfico.

A ideia de que pinturas eram uma espécie de Bíblia dos analfabetos tem sido criticada com base na consideração de que muitas imagens nas paredes das igrejas seriam excessivamente complexas para serem compreendidas por pessoas comuns. Entretanto, tanto a iconografia quanto as doutrinas que a ilustravam poderiam ter sido explicadas oralmente pelo clero, e a imagem em si agiria como um lembrete e um reforço da mensagem falada, e não uma única fonte de informação. (BURKE, 2017; p. 76).

Nessa direção, é importante pensar que nem tudo que era impresso nos painéis das cúpulas das igrejas representavam integralmente o que estava literalmente escrito no livro sagrado, uma parte considerável fazia sentido apenas no plano da doutrina, ou seja, no plano dos valores, princípios, da descrição do paraíso e do inferno, mas também da perspectiva de realidade, em outras palavras, daquilo que eles defendem enquanto grupo e que tentariam se afirmar sobre as demais religiões como verdades universais.

Imagem 3: Sagrada Família Cristã.

Fonte: Canção Nova (22/10/2019)⁵

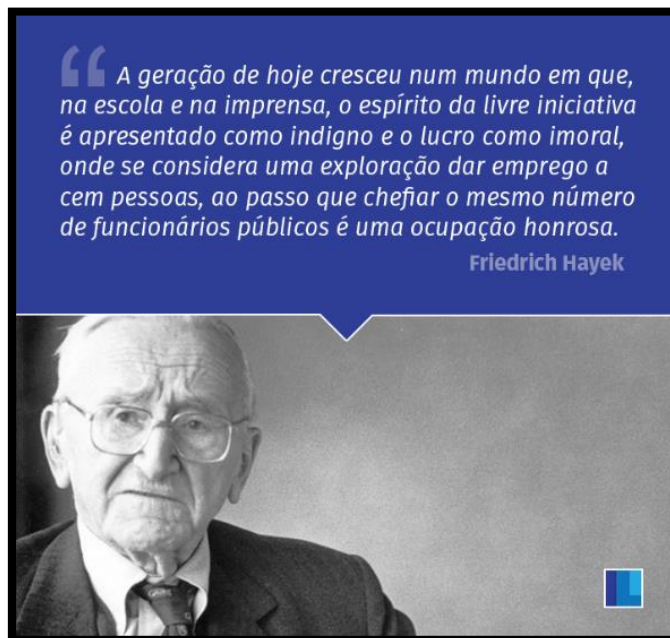
Para Peter Burke (2017) as imagens eram muito mais do que instrumentos de transmissão do conhecimento religioso, muitas delas carregam em si a expressão do sagrado, sendo-lhe imputado a origem de alguns milagres. Assim, desde o painel da cúpula de uma igreja, passando pela imagem do santo no pingente do colar ou impressa em um pedaço de papel e desaguando nas imagens que você recebe como mensagem de bom dia via rede social, todas elas representam ao mesmo tempo a doutrina e a fé. Por esse sentido que ultrapassa a mera descrição, materialização do texto escrito muitas imagens se tornam instrumento de culto, de adoração, e mesmo com a crise da imagem religiosa decretada pela modernidade ainda hoje o sagrado permanece.

Isso fica evidente na mensagem passada pela figura acima, que traz uma representação da sagrada família cristã, evidenciando uma célula social coesa que deve servir de modelo para todos aqueles que se dizem cristãos. A imagem do menino Jesus, enquanto o próprio Deus cristão encarnado, produz uma representação simbólica de que a família precisa se aproximar da santidade para contar com a presença do divino em seu interior. Ser santo não seria um objetivo trivial, considerando que santo seria aquele que se comporta de acordo com os princípios e valores estabelecidos a partir da interpretação do livro sagrado, ou seja, esse conjunto de indivíduos que busca a santidade cotidianamente se aproximaria progressivamente de Deus e, portanto, estaria mais próximo de conseguir alcançar a promessa deixada por ele, isto é, a vida eterna no paraíso. Percebe-se com isso que a representação da imagem pode produzir e fazer reproduzir tudo aquilo que uma determinada religião espera que seus fiéis sigam, definindo os caminhos tanto para a salvação individual quanto para a condenação eterna. Nesse sentido, a

⁵ Disponível em: <https://santo.cancaonova.com/santo/sagrada-familia/>

imagem da família sagrada cristã se reproduz cotidianamente na ideia que os cristãos têm de família, mesmo que isso só aconteça quando os indivíduos estão no espaço público.

Imagem 4: Friedrich Hayek.



Fonte: Instituto Liberal facebook (22/10/2019)⁶

A permanência do sagrado na imagem, mesmo após a crise da imagem religiosa decretada pela modernidade enquanto movimento filosófico racional, revela que esse sagrado poderia ser apropriado e utilizado para outros fins, como por exemplo, a política. Evidenciando princípios e valores que deveriam ser seguidos para que os indivíduos que fazem parte do grupo pudessem ser identificados com a própria organização. Sendo assim, se o indivíduo faz parte dos grupos de esquerda, de centro ou de direita liberal ele deveria se comportar de acordo com os valores que regulam o comportamento social do grupo, externalizando na sua prática diária aquilo que o constitui enquanto parte de uma entidade. O que significa dizer que se eu me identifico com os princípios e valores do liberalismo eu preciso amar o mercado e odiar o Estado, como mostra a figura de Friedrich Hayek acima, do contrário eu não passaria de um liberal por conveniência ou alguém que compartilha a imagem sem entender seu sentido geral.

Na atualidade a circulação dessas formas de interpretação ganhou um canal mais eficiente, considerando principalmente que a sociedade em rede, unida pela internet, produziu uma completa separação da relação espaço-tempo (HARVEY, 1996). Isso significa que sem sair de casa o indivíduo poderá conhecer o mundo, visualizando lugares em que ele jamais deverá estar fisicamente, mas também conversando e trocando experiência com indivíduos e grupos de outras cidades, estados, países, tudo isso em tempo real, sem precisar se deslocar um centímetro da cadeira que ele está sentado, na

⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/institutoliberal/photos/a.283086181833786/1384011335074593/?type=3&theater>

frente do computador, do notebook, do tablet ou, na maioria das vezes, utilizando seu telefone celular.

Essa separação da relação espaço-tempo mediada pelo uso diário da internet, principalmente das redes sociais, que ampliaram significativamente o sentido que a realidade tem, possibilitando conhecer indivíduos e organizações de todo tipo, estabelecer vínculos sem a necessidade de sair de casa, de fazer uso de qualquer meio de transporte, fez com que as nossas demandas também pudessem ser compartilhadas com outros indivíduos, e esporadicamente me aproximando daqueles que tem os meus interesses e anseios que eu tenho. Essa potencialidade na capacidade de agregar que a rede tem fez com que Manuel Castels (2013) pudesse pensar que através dela os indivíduos poderiam se articular para lutar por mudanças naquilo que constitui a materialidade da realidade.

Para Castels (2013), a partir de algumas experiências com que teve contato analisando as mobilizações na Tunísia e na Islândia, a rede de internet e sobretudo as redes sociais Facebook, Twitter e Youtube, nesses casos específicos, tiveram um papel estratégico na organização da luta política que os movimentos sociais travavam pelas ruas. A articulação via redes sociais potencializou a organização, fazendo com que as lideranças não precisassem se expor tanto, já que no exemplo da Tunísia os movimentos sociais tinham a pretensão de derrubar a ditadura que se estendia no país por 23 anos. A mobilização durou 29 dias, no período compreendido entre 17 de dezembro de 2010 e 14 de janeiro de 2011, e a articulação pelas redes sociais foi estratégica para proteger a militância da repressão dura colocada em prática pelo governo.

Por aqui a coisa seguia um fluxo diferente, já que a democracia liberal ainda sustentava alguns princípios gerais que permitiam tanto a organização política no espaço público quanto os espaços de articulação nas redes sociais, mediados pela internet, que no Brasil ainda não conta com nenhum tipo de regulamentação, sem que as ações dos indivíduos na rede tenham uma tipificação criminal previamente conhecida. A potencialidade apresentada por Manuel Castels (2013), também se mostrava presente por aqui, no entanto, a polarização das ruas e imposta pela política institucional fez com que isso extravasasse para o ambiente virtual, tornando as redes sociais não mais um espaço em que se busca unidade para um interesse geral, mas transformando a internet e as redes sociais por consequência em um importante espaço de disputa política e de concepções de realidade. O comprimento diário que se recebia nos grupos privados das plataformas de conversa instantânea, do tipo Whatsapp ou Telegram, vinham sempre acompanhadas de alguma mensagem carregada de duplo sentido, fazendo referência às concepções de realidade do grupo x ou y.

Os pontos altos que marcam esse contexto de disputa de concepções de realidade são o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, a luta contra e a favor a aprovação da Emenda Constitucional que definia um teto para os gastos públicos e o processo eleitoral de 2018, quando os embates se tornaram mais intensos e agressivos, definindo a política, a perspectiva de realidade como limite para se estabelecer e manter as relações interpessoais, tanto no ambiente virtual quanto fora dele, ratificando que a realidade agora ultrapassava os limites definidos por sua materialidade. Revelando o cenário de polarização entre as forças da esquerda institucional, representada pelo Partido dos Trabalhadores, e a direita liberal, personificada na figura de Jair Bolsonaro, apontado como aquele que teria a difícil missão de restituir a moralidade perdida durante os anos de gestão dos Partido dos Trabalhadores.

1.4 – Paradigma indiciário.

Imagem 5: Princípios que orientam o MBL.



Fonte: O antagonista (23/10/2019)⁷

Durante as prévias que antecederam as eleições presidenciais de 2018 uma série de pré-candidatos se lançaram como alternativa ao Partido dos Trabalhadores, nesse processo o bloco liberal procurava o candidato que tivesse capacidade política e eleitoral para derrotar as forças da esquerda partidária representadas pelas legendas que se enquadram nesse campo, tendo mais força a composição liderada pelo PT de Lula ou Fernando Haddad e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Ciro Gomes.

A medida em que os meses que antecederam a abertura do período eleitoral passava a figura do deputado federal Jair Bolsonaro, eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, ganhava destaque e se apresentava como a candidatura com maiores possibilidades para enfrentar tanto Lula quanto Fernando Haddad, ou o próprio Ciro Gomes, que até a prisão do ex-presidente Lula se encontrava na segunda posição da corrida presidencial. Nesse sentido, percebendo a possibilidade de ser derrotado nas urnas o Movimento Brasil Livre publica a imagem acima evidenciando as inclinações liberais do candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL).

Se por um lado as posições políticas de Jair Bolsonaro pareciam atentar contra os princípios liberais defendidos pelo movimento, já que não reconhecia limites entre a esfera pública e a privada, atropelando cotidianamente as liberdades individuais, por outro, sua percepção acerca das reformas necessárias para reduzir o tamanho do Estado e sobretudo seu regime de assistência começava a agradar. A imagem acima nos mostra que o movimento estava disposto a abraçar o pacote, mesmo entendendo suas limitações teóricas e políticas.

É possível perceber no conteúdo da imagem que ela revela, em sua integralidade, os princípios e valores que orientam as reformas liberais. Em primeiro lugar, é possível identificar claramente sua intencionalidade explícita e implícita em reduzir o tamanho do

⁷ Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/movimento-brasil-oportunista/>

Estado. Essa redução que aparece na imagem encontra consenso nas reflexões produzidas por Friedrich Hayek (2010), que enxerga o Estado como uma estrutura que precisa ter a sua participação, tanto na vida particular dos indivíduos quanto no mercado, controladas, reduzindo suas intervenções ao mínimo necessário. Assim, não se correria riscos de que sua intervenção interferisse no nível de competitividade entre os indivíduos e entre as corporações no mercado.

Nesses termos, as reformas que apontam para o sentido da redução do tamanho do Estado deveriam atacar simultaneamente as suas estruturas burocráticas, que inibem o empreendedorismo e a criatividade. Dentre essas estruturas burocráticas estão as legislações que imprimem limitação a ação do mercado e a garantia de que alguns direitos deveriam ser conservados no processo. Desta forma, a redução das burocracias seria contemplada com o fim da consolidação das leis do trabalho, que regulamentava as relações entre empregados e empregadores no país, e a redução de impostos que tornaria o mercado nacional atraente tanto para os investidores internos quanto externos.

Os ataques às leis de proteção não se restringem apenas à legislação trabalhista que tem impacto mais agudo sobre os trabalhadores urbanos, mas também os direitos inerentes a garantidos aos povos tradicionais, por entender que a manutenção de suas unidades de conservação atentaria contra as metas de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, já que impediria a expansão das fronteiras agrícolas. Em adição, amplia o sentido de sua observação integrando, como organização terrorista, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reconhecido por suas ações em defesa da reforma agrária, por sua relação com Lula e o Partido dos Trabalhadores. Assim, o pacote estaria completo, já que ao mesmo tempo em que ataca os direitos dos povos tradicionais e dos movimentos sociais do campo, posiciona-se claramente em defesa dos interesses particulares do agronegócio e do mercado.

Para finalizar ainda ataca a Lei Rouanet, que foi criada durante o governo do Partido dos Trabalhadores para fomentar a produção cultural no país, mas que na percepção do movimento servia para cristalizar na sociedade o suposto marxismo cultural, rompendo com os valores da família tradicional e com a suposta moralidade vigente. Sendo assim, por mais clara que a imagem pareça ser ela esconde em seu interior um conjunto inumerável de princípios e valores compatíveis com as defesas feitas pelo liberalismo e, portanto, não são conhecidas em sua profundidade pelo público geral.

Assim, se Peter Burke (2017) afirma que as imagens religiosas não poderiam ser facilmente entendidas se o interlocutor telespectadores não tivesse alguns elementos necessários ao seu entendimento, no que se refere ao discurso político a imagem traz, ou melhor, apresenta a mesma complexidade. Por conta dessa dificuldade em entender aquilo que não aparece na imagem, mas que está presente nas entre linhas, ou seja, diante da nossa limitação em entender as características que não são gerais em uma determinada cena, além das contribuições de Peter Burke (2017) nós faremos uso das contribuições de Carlo Ginzburg (1989).

Quando elabora o paradigma indiciário, Ginzburg (1989), mostra-nos que nem sempre as características gerais revelam a autoria da obra. Ele chega a essa conclusão depois de ter contato com as reflexões de Giovanni Morelli, um crítico de arte italiano que vive no século XIX, já que ao analisar a autenticidade das obras de arte de seu tempo o mesmo não partia das características gerais da obra de um ou outro pintor, considerando que segundo Morelli, as características gerais eram facilmente perceptíveis e, portanto, os bons falsificadores não iriam negligenciá-las. Isso significa que nas melhores réplicas

vocês vai encontrar todos os traços gerais presentes na obra original. A diferença está exatamente nas características não gerais, naquilo que o autor faz por detalhe ou por erro, mas que de certa forma garante sua marca. Nessa perspectiva, seriam os detalhes negligenciáveis que garantiriam autenticidade a uma produção, a uma imagem.

Para chegar a essa conclusão, Ginzburg (1989), vai fazer uso não apenas das contribuições de Morelli, mas dos recursos investigativos formulados pela criminologia jurídica. Segundo ele, a melhor forma de entender como isso funciona seria observar a prática de um personagem de ficção da literatura britânica, nesse caso o Sherlock Holmes, criado por Arthur Conan Doyle no século XIX, já que ao chegar na cena do crime, o personagem, coloca em prática um método interpretativo, buscando evidenciar as pistas deixadas pelo caminho, não apenas as pistas evidentes, mas também e principalmente aquilo que se apresenta enquanto resíduo, enquanto dado marginal pelas metodologias gerais e que, para ele, se apresentam como dados reveladores, capazes de contribuir para o entendimento de toda a trama.

O curioso é que a relação não para por aí, considerando que além de pensar essa forma paradigmática na relação Morelli- Holmes, Ginzburg (1989), ele ainda tenta demonstrar como o método investigativo criado por Morelli havia influenciado outras áreas da ciência. Nesse caso específico, a psicanálise. Pois, de acordo com ele o próprio Freud já havia revelado curiosidade e apreço pelas contribuições elaboradas por Morelli, deixando transparecer essa influência em algumas de suas obras, dentre elas A Interpretação dos Sonhos.

Assim, Ginzburg (1989) vai nos mostrar que entre eles existem duas ligações importantes a serem observadas. A primeira reside no fato de que os três Morelli, Freud e Holmes - na verdade Arthur Doyle, eram médicos. Nesse sentido, embora para cada um deles a “pista” tivesse um significado diferente, todos eles tinham contato com a semiótica médica, ou seja, com “a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais” (GINZBURG, 1989; p. 151). Nesses termos, os três procuravam sempre analisar aquilo que aos olhos descuidados não poderia ser visto ou analisado.

De acordo com Ginzburg (1989), essa tradição da semiótica, que tem bases na semiologia médica, revela uma característica humana, que segundo Amanda Braga (2014; p. 47) é milenar, considerando que “durante milênios, o homem aprendeu a rastrear a natureza de sua presa e o caminho traçado por ela a partir de elementos quase imperceptíveis”, a condição de caçador. Essa condição, herdada do seu processo de desenvolvimento enquanto ser humano, nos daria a capacidade de rastrear a nossa presa, inclusive, em ambientes hostis e em condições adversas, onde os seus rastros não se revelam completamente.

Para Amanda Braga (2014, p. 47) “o papel exercido pelas novas mídias e tecnologias audiovisuais no processo de produção e circulação de textos sincréticos aguça, de modo definitivo, a necessidade de explorar o funcionamento e a forma como significam as imagens na contemporaneidade”. Por esse motivo optamos por essa combinação metodológica, já que o Movimento Brasil Livre, enquanto objeto de análise, tende a se movimentar e se expressar produzindo discursos que materializam as suas percepções e interpretações da realidade na forma de imagens e seus rastros e sinais deixados pelo caminho nem sempre são perceptíveis.

O problema é que mesmo produzindo imagens públicas que se habilitam a pensar a realidade nem sempre o que elas carregam é de fácil percepção. Portanto, nosso desejo consiste em tentar descobrir os rastros deixados pelo movimento à medida em que produz discurso, mas ao mesmo tempo revelar, nesses discursos, os traços teóricos, políticos e ideológicos que o constituem enquanto movimento que representa uma fração da juventude no nosso tempo.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE OU JUVENTUDES? O geral, o particular e o fetiche.

Ao iniciarmos esse capítulo focaremos nossa atenção no entendimento acerca do conceito de juventude, dando ênfase às abordagens construídas no campo das ciências humanas e sociais. Isso pelo fato de que nosso objeto de reflexão, o Movimento Brasil Livre, é composto majoritariamente por jovens. Assim, faz-se necessário estabelecer alguns limites teórico-conceituais sobre o que nós entendemos por juventude, para então mostrar qual o perfil dos jovens brasileiros que reforçam as fileiras dessa organização política.

Nesse sentido, nós já temos uma discriminação acerca do conceito, já que não é nossa pretensão construir um conceito geral de juventude que extravase as barreiras do tempo e do espaço, pelo contrário, o nosso esforço nesse momento consiste em construir um estado da arte sobre a juventude brasileira, estabelecendo as devidas considerações e conexões desse conceito com os fenômenos globais de natureza política, social, cultural, filosófica, etc.

Para tanto, nosso ponto de partida consiste em problematizar sobre a natureza dos conceitos na Modernidade, enquanto evento histórico, social, cultural e filosófico que vai impactar em todas as formulações teóricas do século XIX para cá. Isso por entender que o conceito de juventude não vai ser o único a ter a marca da Modernidade na sua constituição, considerando que as elaborações teórico-conceituais do período não encontravam limites temporais ou espaciais, mas pretendiam transcender as duas barreiras simultaneamente. Além, nossa intenção é dar um primeiro tratamento à relação existente entre o sentido social do conceito de juventude e sua associação com os processos de formação, enfatizando o lugar do currículo escolar tanto na definição de uma identidade social mais ou menos plásticas, mais ou menos estável, quanto o significado político que esse processo de generalização das categorias sociais tem na manutenção das estruturas de dominação.

2.1- Relação Tempo-Espaço e Identidade Cultural na Modernidade.

A busca de um modelo de sociedade perfeito, composto por indivíduos perfeitos que se comportavam integralmente de modo racional vai ser a defesa das perspectivas mais conservadoras, como as contribuições de Auguste Comte (1988). Comportar-se de modo racional significava, para ele, alinhar-se com os padrões de comportamento estabelecido, garantindo a unidade que o corpo social necessitava para continuar progredindo.

Essa perspectiva ganha relevância pelo fato de que, para o pensamento conservador do período, existia a necessidade de acabar com os movimentos de resistência ao modelo de desenvolvimento que a indústria começava a assumir. Assim, para o positivismo formulado por Auguste Comte (1988), o indivíduo deveria se enquadrar e se submeter ao movimento natural da ordem social, considerando que, enquanto parte desse corpo, ele deveria contribuir para que o corpo no seu conjunto

permanecesse de pé, subjugando seus desejos e aspirações particulares em nome do desenvolvimento do todo.

Se em Comte (1988) isso ainda se apresentava de modo pouco sistemático, a partir de Émile Durkheim (2004) essa perspectiva ganha outra dimensão. Quando se debruça em pensar um método específico para a sociologia, o autor, estabelece alguns critérios para que algo fosse, de fato, passível de reflexão. Segundo ele (DURKHEIM, 2004), para ser considerado fato social e servir de objeto de estudo para a sociologia, o fenômeno social precisava apresentar simultaneamente três características. Em primeiro lugar, o fato social precisava ser exterior ao indivíduo, ou seja, acontecer fora dele e independente de seu domínio. Na sequência, ele, diz-nos que para ser considerado fato social o evento, além de acontecer fora do indivíduo e independente do seu domínio, precisava ter sobre o indivíduo um peso coercitivo, isto é, agir sobre ele independente de sua vontade. Por fim, para ser fato social o fenômeno precisava ser geral, acontecer em várias sociedades de mesma forma.

Essa reflexão nos leva a crer que no próprio processo de constituição da sociologia, por exemplo, enquanto ciência no século XIX, a ideia de que só poderia ser considerado objeto de estudo válido aquilo que fosse geral, aponta para uma espécie de padronização forçada para garantir a objetividade daquilo que se pretende pensar. Além desses apontamentos específicos do método sociológico, para Durkheim (2004), assim como para Comte (1988), a sociedade teria sempre prevalência sobre os indivíduos. Isso porque o nível de consciência coletiva distinguiria as sociedades mais desenvolvidas das menos desenvolvidas.

Nas sociedades menos desenvolvidas, segundo Durkheim (2004), a coesão social e a adesão aos projetos coletivos se dariam de modo mecânico, já que embora fizessem parte do corpo social, nessas sociedades, os indivíduos não teriam a consciência de seu lugar dentro delas. Nesses termos, a única coisa que os unia enquanto corpo era uma forma de solidariedade muito frágil e natural, podendo ser rompida facilmente. Em contrapartida, nas sociedades mais desenvolvidas, mais racionais, essa forma de solidariedade natural também existe, mas a força de adesão e coesão entre os indivíduos se daria de modo mais orgânico, ou seja, nesse modelo mais desenvolvido, os indivíduos ocupariam seu devido lugar no corpo social entendendo a importância da sua função para o funcionamento geral. O que significa dizer que, por entender a importância da função que exercem, os indivíduos não desejariam mudar, permanecendo em seus devidos lugares e eliminando a possibilidade de movimentos insurgentes, considerando que a insurgência é uma característica das sociedades pouco desenvolvidas, pouco racionais.

Assim, percebe-se que a classificação e enquadramento já fazem parte das primeiras reflexões formuladas pela sociologia, enquanto ciência que nasce no auge da Modernidade. O problema é que essa não é uma característica particular desses autores com corte mais conservador, trata-se de uma forma epistemológica de pensar a realidade social incorporado nas ciências humanas e sociais, mas hegemonicamente constituído nas exatas e naturais.

Essa afirmação pode ser facilmente confirmada em uma leitura breve do Discurso sobre o Método, de Renè Descartes (1978), nele se pode perceber que a reflexão assume um caminho incorporado pelas ciências humanas e sociais, ou seja, o autor, mostra que para entender qualquer fenômeno é preciso classificá-lo, feito isso o entendimento estaria condicionado a uma redução do nível de complexidade do objeto, reduzindo, fragmentando em partes mais simples, pouco complexas. De fato, Descartes (1978) não

faz referências aos fenômenos sociais de modo particular, mas quando apropriado pelo positivismo, esse pensamento subsidiaria a ideia de que os fenômenos naturais e sociais seriam regidos pelas mesmas leis e deveriam ser estudados e entendidos da mesma forma. Nessa perspectiva, quando analisada a sociedade o primeiro movimento deveria apontar para a sua classificação, entendendo que apenas aquilo que for considerado válido, isto é, fato social, seria estudado pelas ciências humanas e sociais. O que nos leva a crer que existe um movimento muito forte para classificar os fenômenos, mas também e principalmente os grupos de indivíduos.

A gravidade desse processo se aprofunda quando essa forma epistemológica extravasa para os campos mais progressista da produção científica. Quando Max Weber (1999) começa a pensar a natureza do método compreensivo percebemos que ele acaba caindo no mesmo conto que Comte (1988) e Durkheim (2004), pois ao formular o conceito de tipo ideal, o autor rompe com a materialidade da realidade, comum a sua perspectiva culturalista, para projetar um modelo perfeito que transcendem os limites temporais e espaciais.

O conceito de tipo ideal para Max Weber (1999) faz referência a um modelo esquemático de natureza teórica que serve como parâmetro para a análise dos fenômenos sociais. O que significa dizer que se o cientista pretende analisar a composição do Estado democrático, por exemplo, primeiro ele formularia o conceito de estado democrático, para então confrontá-lo com a realidade. O problema não está na formulação a priori do conceito, mas no sentido que ele assume, já que a partir do momento em que ele foi formulado os estados existentes serão mais ou menos democráticos à medida que se aproximam ou se distanciam do seu suposto sentido teórico. Fatalmente essa perspectiva vai aproximar o método compreensivo formulado por Weber (1999) daquilo que se entende por idealismo, considerando que o conceito seria mais completo e legítimo do que a própria realidade, promovendo uma distorção do sentido da própria realidade, tendo em vista que seria ela que teria que se aproximar do conceito e não o contrário.

O curioso é que essa perspectiva seria utilizada para a análise das instituições como foi o caso do Estado, mas também e principalmente para o entendimento de como os indivíduos se relacionam em sociedade, pensando a natureza social dos grupos em que estão organizados. Isso vai acontecer com a classe social, mas também vai servir para classificar e estratificar a sociedade em grupos organizados por faixa etária, por exemplo. Nesse sentido, assim como o conceito de Estado, formulado pelos autores do estado moderno, vai transcender a modernidade e servir como parâmetro para entender os estados na atualidade, é perfeitamente possível que o entendimento do que significa ser jovem, ou velho, ou criança também esteja cristalizado em um tempo que não seja o nosso. Como se existisse um modelo perfeito pelo qual todas as suas manifestações reais, concretas, devam ser estudadas e entendidas.

É importante pensar que ao analisar a Modernidade como ponto de partida da nossa reflexão devemos fazer um esforço de entender as suas particularidades. Se por um lado ela é diferente de todas as épocas anteriores pela velocidade que imprime à vida social, como nos diz Marshal Berman (1986), fazendo com que os fenômenos de natureza social surgissem e desaparecessem de modo muito acelerado, ela conserva uma particularidade interessante que também aparecem nas fases anteriores, ou seja, ela conserva uma relação orgânica entre espaço e tempo. O que significa dizer que um fenômeno social precisa acontecer em um espaço e tempo determinados, já que seria impossível aos indivíduos ou grupos de indivíduos estarem em lugares diferentes ao

mesmo tempo, ou mesmo pelo fato de que os sistemas de transporte não possibilitavam o deslocamento com tanta velocidade de um lugar a outro. Assim, por mais rápido que as transformações ocorressem elas seriam limitadas por essa relação.

Nesses termos, a Modernidade produz uma ideia de identidade que, de certo modo, permanece inalterada, fixa. De acordo com Stuart Hall (2006, p. 30)

O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e “definido” no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna. Dois importantes eventos contribuíram para articular um conjunto mais amplo de fundamentos conceituais para o sujeito moderno. O primeiro foi a biologia darwiniana. O sujeito humano foi “biologizado” - a razão tinha uma base na Natureza e a mente um “fundamento” no desenvolvimento físico do cérebro humano.

O segundo evento foi o surgimento das novas ciências sociais.

Seguindo nessa direção, percebemos que o nascimento das novas ciências sociais possibilitou o entendimento mais aprofundado dos fenômenos de natureza social, tendo em vista que antes delas a leitura da sociedade era realizada por cientistas das mais diferentes áreas do conhecimento. O que significa dizer que nos seus horários vagos esses cientistas gerais se dedicavam a pensar os fenômenos sociais utilizando os mesmos métodos que fazia na sua área de conhecimento. A primeira geração de sociólogos, com destaque para Auguste Comte (1888) e Émile Durkheim (2004), que compunham o bloco do pensamento conservador, a ruptura não é integral, já que, em busca de garantir objetividade ao conhecimento sociológico, continuaram tomando como recurso partes dos fundamentos formulados pelas ciências exatas e naturais, pois embora Durkheim (2004) tenha formulado um método específico para o estudo da realidade social, os fundamentos dele estavam fincados no conceito de objetividade produzido pelas ciências exatas e naturais. O nos mostra que algumas contradições acerca da interpretação dos fenômenos sociais permanecem presentes mesmo após o surgimento dessas novas ciências.

A partir do século XIX, sobretudo após a obra de Charles Darwin, *A Origem das Espécies* de 1859, as influências das ciências naturais ganharam ainda mais força, mas ao mesmo tempo elevou o ser humano a um outro status, já que no plano da seleção natural ele poderia não ser o mais forte, mas certamente seria o mais racional. Esse sujeito moderno, fincado na Europa, possuía desejos, aspirações, projetos individuais e coletivos. Esse sujeito do Iluminismo, segundo Stuart Hall (2006. P. 10),

(...) estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e de ação, cujo o “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e como ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou “idêntico” a ele - ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa.

Pode-se dizer, nessa perspectiva, que o sujeito moderno era marcado pela estabilidade da identidade, sendo conhecido publicamente pelas suas virtudes e

características individuais, mas também pelas vinculações sociais que ele possui mesmo antes de seu nascimento. Sua principal virtude estava na sua capacidade racional de pensar e agir sempre levando em consideração os limites estabelecidos pela razão. Esse movimento se evidencia na estruturação da vida social vinculada aos papéis sociais que o sujeito ocupa. A racionalização certamente privilegiava o funcionamento sistemático do mundo do trabalho e das taxas de acumulação de lucro, pois esse sujeito racional sabia exatamente a função que ocupava dentro do processo produtivo e o fazia conscientemente para garantir a harmonia e o progresso do corpo social, seguindo o modelo pensado por Émile Durkheim (2004), quando formulou o conceito de solidariedade orgânica (apresentado brevemente no texto acima).

Assim, quando se pensa em identidade social ou cultura no padrão da modernidade estamos falando de um indivíduo completamente integrado à vida social, seja pela produção seja pela falta dela, com laços sólidos com a vida econômica, política, cultural e religiosa da cidade, perfeitamente integrado ao processo de burocratização das atividades humanas e plenamente desencantado, de acordo com o conceito weberiano (WEBER, 2004), amplamente discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

A força dessa perspectiva estruturalista e funcionalista ao mesmo tempo, que coloca cada indivíduo, ou grupo de indivíduos em seu devido lugar, realizando funções previamente pensadas vai servir para organizar quase tudo na Europa do século XIX, e por mais particularista e individualista que a perspectiva de indivíduo centrado pudesse ter ele precisava ser organizado e classificado de alguma forma, a faixa etária se apresenta como uma solução lógica, racional.

2.2 - A ideia de geração: uma conceituação bio-psicológica.

A ideia de geração, atualmente muito criticada por estabelecer uma temporalidade uniforme em que um grupo de indivíduos precisa se mover, não é nova. Para nossa surpresa, Auguste Comte (1988), em seu Curso de Filosofia Positiva, tanto na primeira quanto na segunda parte, aponta para uma definição inicial deste conceito. Acompanhando uma tendência do período de biologizar a análise social, ele formula seu pensamento sustentado na ideia de que as sociedades e a natureza se desenvolvem orientadas pelas mesmas leis.

Nessa direção, acompanhando o fluxo do pensamento produzido no período sobre as teorias da evolução, mesmo antes daquela produzida por Charles Darwin em 1859, se a natureza deveria se desenvolver de seres pouco complexos e unicelulares para seres muito complexos e pluricelulares, as sociedades deveriam seguir o mesmo fluxo (COMTE, 1988). Para que tudo seguisse seu rumo normal, sem interrupções, as gerações existentes deveriam ser substituídas pelas gerações futuras, que, embora preservassem aquilo produzido na fase anterior, teriam a obrigação social de avançar.

Nesses termos, caberia a uma geração, ou seja, a um conjunto de indivíduos que vivem e compartilham o mesmo espaço de tempo, fazer com que a sociedade seguisse seu fluxo, em direção ao desenvolvimento, sem nenhuma interrupção. Entendendo que esse compromisso não pode ser vitalício e essa responsabilidade não pode permanecer sobre os ombros de um único grupo de indivíduos, ele estabelece um período de tempo em que cada grupo, enquanto jovens em idade produtiva, deveriam cumprir essa função. De acordo com Carles Freixas e Carmem Leccardi (2010), analisando a obra de Auguste

Comte, eles percebem que o autor definiu, matematicamente, o período de 30 anos para que uma geração pudesse ser substituída por outra.

Embora Auguste Comte (1988) não fosse adepto de grandes mudanças, ele acreditava no desenvolvimento como resultado de um entrelaçamento equilibrado das experiências desses dois coletivos, e mesmo que isso garantisse continuidade de uma parte significativa das experiências anteriores, algo novo, inovador deveria surgir sempre nesse processo de substituição (FREIXA e LECCARDI, 2010). Assim, se por um lado caberia aos mais velhos educar os mais jovens, por outro caberia aos mais jovens aprender, reproduzir e melhorar aquilo que foi ensinado pelos mais velhos, garantindo o desenvolvimento da sociedade sem conflito.

Essa perspectiva de realidade se alinha com o funcionalismo e com o estruturalismo, já que cada indivíduo deveria substituir um outro na mesma função que ocupa na esfera pública, mas também está carregado de valores e princípios forjados no seio das ciências exatas e naturais, como se fosse possível definir objetivamente o espaço de tempo que um indivíduo tem para desempenhar uma função pública. Além disso, assume uma perspectiva de geração tomando como fundamento a faixa etária, ou seja, assumindo uma direção biológica, de tempo biológico para definir o novo como continuidade do velho.

Diferentemente do que defende Auguste Comte (1988), Karl Mannheim (In: FORACCHI, 1982), percebe a geração não apenas como um grupo que vive conjuntamente um tempo, tomando como marco a data de nascimento biológico, para ele, a geração precisa ser enxergada de modo mais complexo, pois a data de nascimento revela apenas uma potencialidade. Assim, o que transforma um grupo de indivíduos classificados pelo nascimento em uma geração seriam as experiências sociais, culturais, políticas, estéticas, ideológicas, etc., que eles compartilham. Desse modo, é perfeitamente possível que indivíduos com idades diferentes, mas que vivenciam o mesmo fluxo de eventos, façam parte da mesma geração, tendo uma aderência ao grupo muito mais profunda do que a classificação por idade.

A importância da contribuição de Karl Mannheim está no entendimento de que no processo de definição da geração existe um choque entre o tempo biográfico ou biológico e o tempo histórico, sendo assim, o que distinguiria a geração passada da atual seria “a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o “antes” e o “depois” na vida coletiva” (FREIXA e LECCARDI, 2010. P. 189). Se transportarmos isso para o nosso contexto, eventos como as “Diretas Já” ou os “Caras Pintadas” podem ter cumprido essa função, fazendo com que indivíduos com datas de nascimento diferentes passassem a fazer parte da mesma geração, ou seja, a geração das Diretas Já ou a geração Cara Pintada.

(...) fato que estas descontinuidades são experienciadas pelos membros de um grupo etário em uma conexão constitutiva particular, quando o processo de socialização não foi concluído, pelo menos no seu período crucial, e os esquemas utilizados para interpretar a realidade não são ainda totalmente rígidos ou – como coloca Mannheim – quando essas experiências históricas são “primeiras impressões” ou “experiências juvenis. (FREIXA e LECCARDI, 2010. P. 190)

Além disso, existe uma definição um pouco mais particular embutida na obra de Karl Mannheim (In: FORACCHI, 1982), a ideia de que é possível que algumas experiências sejam inéditas para outros grupos etários, ou que não existam elementos sistemáticos teóricos capazes de interpretá-los, o autor, vai chamar isso de experiências juvenis, ou seja, aquele conjunto de experiências particulares de um determinado grupo e que se diferencia radicalmente de tudo que foi experimentado até ali. Estabelecendo as devidas considerações aproveito mais uma vez para tentar transportar a teoria produzida para a nossa realidade. E se é possível definir, juventude a partir das experiências que ela vivencia, de modo particular, com seus contemporâneos, no Brasil, temos alguns movimentos culturais que podem ajudar nesse entendimento: os movimentos Funk dos anos de 1990 no Rio de Janeiro e o movimento Hip Hop do mesmo período em São Paulo.

Na “unidade geracional”, por seu turno, elaboram-se vínculos de diferentes maneiras e formas de acordo com os grupos concretos aos quais seus membros pertencem. Através do conceito de geração, os longos tempos da história são fixados em relação aos tempos da existência humana e entrelaçados com a mudança social. (FREIXA e LECCARDI, 2010. P. 190)

Outra contribuição interessante de Karl Mannheim, apontada por Carles Freixa e Carmem Leccardi (2010), aparece de modo implícito, já que quando ele elabora o conceito de geração ele também apresenta um conceito de história que parece lhe aproximar do campo do marxismo, já que delega materialidade ao tempo histórico, conectando o desenrolar da história ao tempo de vida dos seres humanos e ao fluxo de transformação e mudanças sociais ocorridas. Mostrando indiretamente que a marca da geração não reside na constância, como defendia Auguste Comte (1988), mas na mudança, o que caracteriza a juventude enquanto geração contemporânea, em qualquer tempo, seria o fluxo de transformações que ela vivencia e promove, mas também o potencial que ela carrega em transformar, não apenas adaptar-se, a realidade social.

O que significa que cada geração, e cada juventude entendida a partir do conceito de geração, só pode ser definida por sua materialidade, pelas marcas deixadas pelo seu próprio tempo. Assim, não nos parece inteiramente negativo o entendimento do conceito de juventude a partir da interpretação do conceito de geração, já que embora se apresente como uma classificação geral ele só é geral em um determinado tempo. Cabe considerar que não estamos falando que é possível entender, a partir dessa problematização, como cada setor da juventude vivencia as experiências comuns de seu tempo, mas que que, cada um ao seu modo, vai experimentar experiências comuns.

Ainda assim, segundo Luís Antonio Groppo (2000), mesmo Mannheim analisando a juventude a partir do conceito de geração, ele parece romper com as perspectivas anteriores acerca do conceito, considerando que percebe essa fase da vida dos indivíduos como extremamente essencial para que ele adquira, de modo inconsciente, os padrões sociais, mas ao mesmo tempo experimente a realidade de modo consciente pela primeira vez. Nesses termos, de acordo com Groppo (2015, p.08), a partir da interpretação do conceito de geração em Karl Mannheim,

A juventude é assim concebida como fase da vida em que há uma vinculação experimental com a realidade e os valores sociais, contrastando com a maturidade, quando o indivíduo julgará novas

experiências sociais com base nestes padrões já sedimentados, de modo mais racional e reflexivo. É por isto que o adulto tende a ser mais resistente à mudança social, pois aceitá-la pode significar a contestação de seus próprios quadros arraigados de referência pessoal e coletiva.

Se por um lado a contribuição de Karl Mannheim, segundo Groppo (2000), se destaca das demais por garantir uma nova interpretação sobre a juventude enquanto categoria social, delegando a ela não apenas a responsabilidade de introjetar e aprender as experiências das gerações anteriores, mas também produzir suas próprias experiências e significados acerca da realidade, conservando seu potencial orientado para a mudança, por outro, a influência desse conceito só ganha espaço em meados do século XX, especificamente pós 1950.

Ao mesmo tempo que delega à juventude tamanha responsabilidade, por não romper com as perspectivas psicossociais e biologizantes, conserva a juventude como um grupo supostamente homogêneo, já que mesmo sendo classificada pelas experiências vivenciadas enquanto grupo que reside em um mesmo espaço e tempo histórico, ele trata essas experiências como se elas se capilarizassem em várias direções e produzissem sempre o mesmo resultado, como se esses indivíduos experimentassem os eventos que marcam um determinado tempo da mesma forma.

Isso fica evidente, na concepção de Groppo (2015, p. 08), quando Mannheim classifica as fases da vida “infantes com relação não consciente com os valores e realidades sociais, jovens experimentando este mundo como um livro aberto, contraditório e contestável, e adultos avaliando racionalmente os novos fatos com base nos padrões sedimentados em suas consciências”. A definição que Mannheim dá a cada fase da vida, diferentemente do que ele parecia pensar, não tem nada de biológica, pois expressa o olhar que a sociedade ocidental produziu sobre cada um desses grupos e, embora essa conceituação possa parecer natural ou universal, define apenas o modo como esses grupos se movimentam em um tempo e espaço específico. Não podendo servir como parâmetro para analisar outros grupos em outras realidades e em outros tempos.

Assim, conforme nos fala Groppo (2015, p. 09),

A maior contribuição de Mannheim em relação ao ideal de desenvolvimento humano da modernidade está na defesa do potencial renovador da sociedade contido na juventude. Segundo Mannheim, a geração jovem vive um “contato original”, primeiro, com a herança cultural que lhe é apresentada, contato que pode se caracterizar como um relacionamento modificado e um distanciamento em relação a esta herança oferecida. O contato original, esta “experiência”, é algo fundamental na formação da identidade individual, como visto. Mas é também algo fundamental para a dinâmica da sociedade, um canal de introdução de mudanças. O contato original dos jovens com a cultura, por se dar de modo diferenciado do que fizeram, quando jovens, as gerações anteriores, pode levar estes moços a uma maior receptividade em relação a novos valores, hábitos e atitudes, por vezes assumidos de modo radical.

2.3 - Juventude enquanto conceito geral: disciplina e moratória social na formação dos jovens modernos.

Segundo Helena Abramo (1997), o conceito de juventude pode ser analisado de várias formas. Uma das formas mais frequentes de entender a juventude, e que ganha corpo com a influência das ciências humanas e sociais reside em perceber esse segmento social pela condição em que ocupa. Definindo um comportamento social e cultural a priori. Tanto ela (ABRAMO, 1997), quanto Luís Antonio Groppo (2000) nos mostram que durante muito tempo, ao analisar a juventude, levava-se em conta uma suposta condição juvenil que, de acordo com ambos, tenderia determinar uma espécie de comportamento geral.

Analisando as cartas de Jesse Pomeroy, e o diário de Marie Bashkirtseff, ele com 15 e ela com 17 anos em 1875, Jon Savage (2009; p. 29), percebe, a partir de um profundo estudo da obra de Jean-Jacques Rousseau, que as transformações e variações de humor eram uma constância para aquela fase da vida. Evidenciando que se tratava de um período peculiar da existência humana, compreendendo uma fração de tempo mais ou menos regular que se estende do fim da infância até a vida adulta.

A fase física da puberdade, em geral começando por volta dos 12 ou 13 anos e terminando aos 18 ou 19 anos, permanecia constante. Entretanto, o “verdadeiro gênio” e o “menino demônio” mostraram que não era mais adequado pensar que a idade adulta vinha imediatamente após a infância: eles foram os precursores de um novo estado intermediário que ainda não tinha nome.

As saídas iniciais para lidar com esse segmento instável, pronto para explodir devidos as suas transformações diárias e ao descontrole emocional e das pulsões era a disciplina. No final do século XIX a ideia de garantir ao jovem um tempo para desenvolver e crescer não aparecia como possibilidade entre o pensamento tradicional europeu. Para controlar as pulsões, a agressividade e o descontrole bastaria garantir “educação escolar baseada em esportes e em seguida o alistamento em organizações pré-militares para cadetes” (SAVAGE, 2009, p.33). Assim sendo, ao que parece, observando a narrativa apresentada pelo autor, a ideia de controle das pulsões se aproxima radicalmente das reflexões de Michel Foucault (1987) na obra Vigiar e Punir. Isso pelo fato de que a narrativa se aproxima bastante daquilo que Foucault (1987) trata como disciplina, chamando sempre a atenção para as instituições de caráter disciplinar, nesse caso específico podendo ser observado nas figuras da escola regular ou das escolas militares. A intenção seria então controlar o indivíduo mantendo sob controle as suas pulsões, docilizando, disciplinando o seu corpo, adequando aquilo que a sociedade exige como resposta.

Os meninos eram afastados de casa aos 12 ou 13 anos e colocados em sociedades de pares semelhantes a casernas, em geral chamadas de casa, amplamente administrada por meio de um eficiente sistema de monitores. Ao mesmo tempo, cada minuto do dia era acompanhado por meio de uma meticulosa escala de horários que permitia ao diretor descobrir onde cada jovem estava a qualquer hora. Isto era intencional: citando Davenport Adams, “ociosidade” era o “pecado de Sodoma” (SAVAGE, 2009, p. 35)

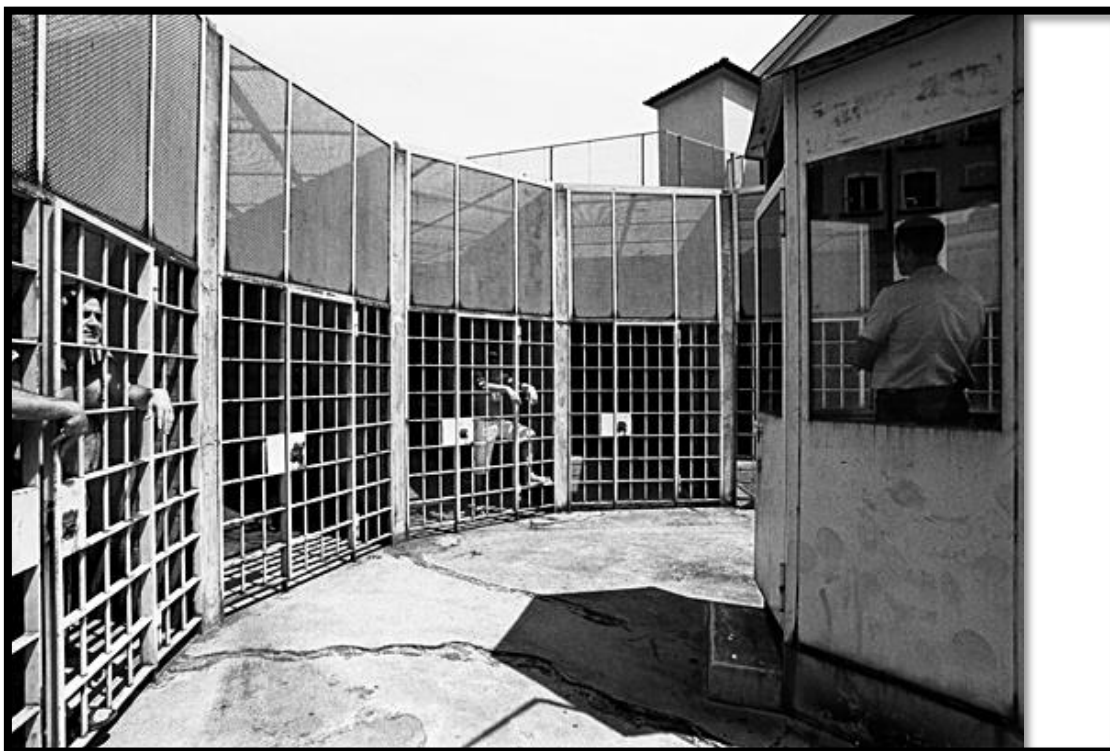
A inconstância e a rebeldia que pareciam traços sociais e culturais difíceis de moldar, de acordo com Jon Savage (2009). A ideia era canalizar toda aquela energia para práticas sociais específicas, para formação escolar, militar ou para o trabalho. Essa atitude, de acordo com Jon Savage (2009), expressava necessariamente o medo que a sociedade tinha diante do risco de que as pulsões e desejos juvenis orientassem esses jovens para práticas ilícitas, como foi o caso de Jesse Pomeroy. O exemplo dele serve para evidenciar que a sociedade ocidental começava a entender a juventude como problema, pois o jovem delinquente mostrava que toda aquela potencialidade física, que a tenra idade traz, não poderia ser utilizada sem disciplina.

Imagem 6: O papel do serviço militar.



Fonte: SAVAGE (2009, p. 32).

Nesse sentido, retornamos às reflexões de Michel Foucault (1987), já que segundo ele, é exatamente a partir do século XIX que a sociedade ocidental vai se dedicar a desenvolver instituições específicas voltadas à produção de disciplina. Considerando que a maior parte dos Estados Nacionais como conhecemos se consolidam nesse período, é ele que vai assumir a tarefa de produzir no indivíduo aquilo que a sociedade espera dele. Nessa perspectiva, o Estado precisa estar presente e vigilante 24 horas por dia, condicionando os comportamentos individuais para o comportamento social desejado. Assim, desde os primeiros anos o indivíduo deveria ser educado nessa direção. Segundo Foucault (1987), as instituições pensadas para essa finalidade seriam organizadas sempre da mesma forma, tendo inclusive uma estrutura arquitetônica comum. O conceito de Panóptico, trabalhado na sua obra, revela que a Sociedade estava preocupada em controlar e vigiar integralmente os indivíduos, pois na estrutura desses prédios os centros de vigilância deveriam ser colocados em lugares estratégicos de modo que os indivíduos nunca estivessem só.

Imagem 7: Panóptico.

Fonte: Razão Inadequada (15/10/2019) ⁸.

Se a imagem acima não nos choca por entender que essa seriam as funções do sistema carcerário, vigiar e disciplinar, quando percebemos que as escolas do período são construídas levando em conta o mesmo modelo, talvez tenhamos uma outra impressão dessa forma arquitetônica. Mas apenas a escola ou o presídio deveriam ser construídos dessa forma, já que não apenas essas as instituições disciplinares, segundo Michel Foucault (1987), além do presídio e da escola, as fábricas e manicômios deveriam ser projetado na mesma lógica. Embora na fábrica esse controle se desse de modo um pouco mais sofisticado, organizando os trabalhadores na linha de montagem fordista/taylorista, na escola, no manicômio e no presídio, além da vigilância integral, sem a existência de espaços ocultos, o controle do tempo, como algo externo ao indivíduo, e a padronização comportamental completam o pacote contratado pela sociedade disciplinar

⁸ Disponível em: Razão Inadequada. <https://arazo inadequada.files.wordpress.com/2015/04/infirmariy-san-vittore-prison-milan-italy-2.jpg>

Imagem 8: Modelo de vigilância.

Fonte: Centro de Ciências Humanas da Universidade de Lisboa, 2018⁹.

E se a ideia de disciplina parecia ter sido substituída por outras formas de controle social da vida, como nos fala Gilles Deleuze (1992), no Brasil, a disciplina parece retornar com força no momento em que a sociedade brasileira retoma o conceito de juventude como problema. De fato, a dicotomia estabelecida no século XIX na contradição social entre as figuras de Jesse Pomeroy, jovem transviado, homicida, de família desconfigurada e pobre, e a imagem da instável, mas bem formada Marie Bashkirtseff, de família abastada, bem-educada, representa bem as dicotomias sociais de nosso tempo, já que em se tratando de disciplina e controle os jovens brasileiros de classes populares se aproximam muito mais da figura de Jesse. Essa aproximação não é necessariamente uma aproximação real, mas socialmente construídas, já que a disciplina e o controle dos corpos não vão acontecer da mesma forma com todos os indivíduos. As escolas militarizadas do nosso tempo, que parecem copiar integralmente as práticas do século XIX, atuam exatamente da mesma forma, controlando os corpos sociais que precisam, segundo critérios sociais, de mais controle.

⁹ Disponível em: <http://cfc.ul.fc.ul.pt/coloquios/coloquio%20foucault/colfou1.gif>

Imagem 9: Cerimônia do Hino Nacional.



Fonte: Colégio da Polícia Militar Hugo de Carvalho Ramos (15/10/2019)¹⁰.

Imagem 10: Colégio da Polícia Militar de Roraima.



Fonte: Colégio da Polícia Militar do Estado de Roraima (15/10/2019)¹¹

O processo de militarização das escolas das redes públicas estaduais pelo Brasil segue uma tendência mais geral de militarização da vida social. O interessante é que nem todas as escolas nem toda sociedade brasileira passa por esse processo da mesma forma. É importante destacar que se trata de algo seletivo, já que o Estado atua de forma mais perceptível nas áreas periféricas das grandes cidades, onde se concentram, em sua maioria, as famílias de classes populares e necessariamente os jovens de classes populares. Assim, é perfeitamente possível admitir que as escolas das redes públicas estaduais espalhadas pelo país sejam submetidas ao processo de militarização, introduzindo no cotidiano das escolas os princípios que orientam as organizações militares, a hierarquia e a disciplina. Dessa forma, os processos de padronização, uniformização, controle dos corpos e

¹⁰ Disponível em: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/regimento_interno.html

¹¹ Disponível em: <https://www.colegiopmrr.com.br/instituicao>

necessariamente dos desejos tão criticados por Michel Foucault (1987) se consolidariam sem grandes resistências.

Essa tendência nos mostra que embora existe uma intencionalidade em tratar a juventude como um segmento social uniforme, estabelecendo padrões de comportamento, definidos tanto pelas questões bio-psicológicas quanto pelas questões socioculturais, na prática a sociedade trata a juventude levando em consideração outros critérios. No entanto, é importante considerar que, nos países centrais da Europa ocidental e nos Estados Unidos da América, o conflito entre aqueles que pensavam a juventude enquanto problema que necessitava de controle e o campo que entendia a juventude como uma fase transitória da vida, em que o ser humano passa por um fluxo intenso de mudanças psico-biológicas e socioculturais se resolve parcialmente a partir de meados da década de 1940. Segundo Jon Savage (2009), a ideia de que a juventude se comportava dentro de padrões gerais colocava esse segmento social no centro dos interesses do mercado. Não de todo mercado, mas de uma fração específica, que produz e comercializa bens de natureza cultural. Ao que parece, nesse momento, existe uma forte aproximação analítica entre a leitura feita por Jon Savage (2009) e Theodor W. Adorno (2002), já que ambos concordam que a indústria cultural foi e é capaz de produzir desejos, padrões de comportamento, alimentando o estereótipo de que a juventude se expressa no vigor da tenra idade e pelas manifestações culturais de que participa.

Observando as reflexões de Theodor W. Adorno (2002) isoladamente percebemos que ele aponta para um processo de massificação de padrões, potencializado pela indústria cultural, inicialmente pelo cinema e pelo rádio, mas a partir da segunda metade da década de 1940, pela televisão e pela publicidade que utiliza esse veículo para entrar cotidianamente nos lares espalhados pelo mundo. A ideia central desse processo era garantir que a indústria cultural, padronizando comportamento e criando desejos, pudesse ampliar a atuação do mercado em áreas antes inexploradas.

Se a indústria cultural produz cultura de massa, moldando os indivíduos a partir de conceitos gerais, de acordo com Eric Hobsbawm (1995), com a crise do sistema capitalista no final dos anos de 1960, encerrando a sua era de ouro, os movimentos de contracultura, protagonizados por jovens, roubam a cena, desvirtuando completamente o processo de massificação imposto pelo mercado. Essa tensão de cultura de massa e contracultura juvenil reforça ainda mais a ideia de que a juventude se afirma pela produção cultural, agora a questão do consumo passa a ser vista em uma outra perspectiva, inclusive abrindo espaço para sua negação.

Assim, se a juventude como produtora e consumidora de cultura parece assumir outro desfecho, a ideia de que a juventude pode ser observada como uma fase da vida que aspira atenção permanece inalterada, o conceito de moratória social continua sendo determinante para pensar a juventude. Esse conceito, como nos mostra Luís Antonio Groppo (2000), ganha força a partir dos anos de 1940, especificamente após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades ocidentais passam a tratar a juventude, observando um padrão geral de comportamento, como uma fase da vida em que os indivíduos gozam de uma espécie de moratória social.

Nessa fase os indivíduos jovens teriam o espaço de tempo necessários para garantir formação teórica e técnica, que lhe pudesse proporcionar no futuro uma entrada sadia e sem dificuldades no mercado de trabalho, mas também poderiam gozar de um período sem grandes responsabilidades. Tendo lhe imputada socialmente apenas a responsabilidade de viver a vida sem pressão. Assim, a juventude seria uma fase

transitória marcada pela inconstância, pela liberdade e pelo espírito aventureiro que todo indivíduo deveria ter que passar. Nessa fase, segundo Groppo (2000), o sujeito era jovem demais para assumir as responsabilidades da vida adulta, mas também era velho demais para ser tratado como criança.

Ainda de acordo com ele (GROPPO, 2000), as relações estabelecidas, entre esses indivíduos, assumem um caráter secundário, pois não tendo a responsabilidade de dar conta da sua própria existência material ou de sua família, o mesmo poderia se aventurar em experiência que deveriam lhe inserir na sociedade por outros meios. Nessa direção, Jon Savage (2009) mostrou que essa inclinação à integração social por meio da cultura e das experiências culturais, como produtora e consumidora, colocou a juventude, no seu sentido genérico, como um segmento social importante para expansão da indústria cultural, como vimos acima.

Se nos países centrais essa tendência ganha força, por aqui a ideia de moratória social vai assumir uma forte orientação de classe, já que, no Brasil, um país da América Latina que tem na questão racial uma forte marca dos processos de colonização, jovens brancos, rico e de classe média, são radicalmente diferentes de jovens negros pobres e essa diferença não se acentua apenas pela cor da pele, mas pelo comportamento que a sociedade assume diante dessa diferença estereotipada. Assim sendo, se os países ocidentais, de modo geral, conseguiram superar o conceito de juventude enquanto problema, percebendo que os jovens necessitavam de um período de tempo para se entenderem enquanto partes do corpo social, dando a eles uma espécie de moratória social, no Brasil, essa tendência contemplou apenas uma fração pequena da juventude.

Essa informação parece precipitada, se considerarmos que pós 2003, especificamente com a posse do Presidente Luiz Inácio da Silva, segundo Marília Spósito e Paulo Carrano (2003), o Brasil passou a pensar nas questões relacionadas à juventude como uma necessidade política. Uma série de programas sociais destinados a esse público foram colocados em prática. A iniciativa mais importante talvez esteja na criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2004. A partir de 2005, com a criação da Política Nacional de Juventude, essa secretaria, com status de ministério, concentraria, ao longo dos governos petistas, uma infinidade de programas voltados à juventude em âmbito nacional. A maior parte deles voltados para a área de educação, mas também contemplava outros dedicados às políticas de trabalho e emprego e às atividades esportivas e culturais. Em outras palavras, aparentemente, esse segmento social deixava de ser tratado como problema, e passava a ser visto como um público que precisava de cuidados específicos para se desenvolver e garantir, no futuro, o desenvolvimento do país.

O cenário nacional era propício para esse tipo de iniciativa, pois entre 2004 e 2010, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2016), o Brasil, entrou em uma curva de crescimento ascendente, batendo o índice de 7,5% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2010, andando aparentemente na contramão do restante do mundo que ainda sofria com os efeitos produzidos pela crise econômica mundial que havia estourado em 2008. Assim, na contabilização da série que se inicia em 2001, o único ano em que houve perda de crescimento no Produto Interno Bruto foi 2009, de acordo com o presidente Lula, quando passou por aqui uma marolinha provocada pelos efeitos da crise no mundo.

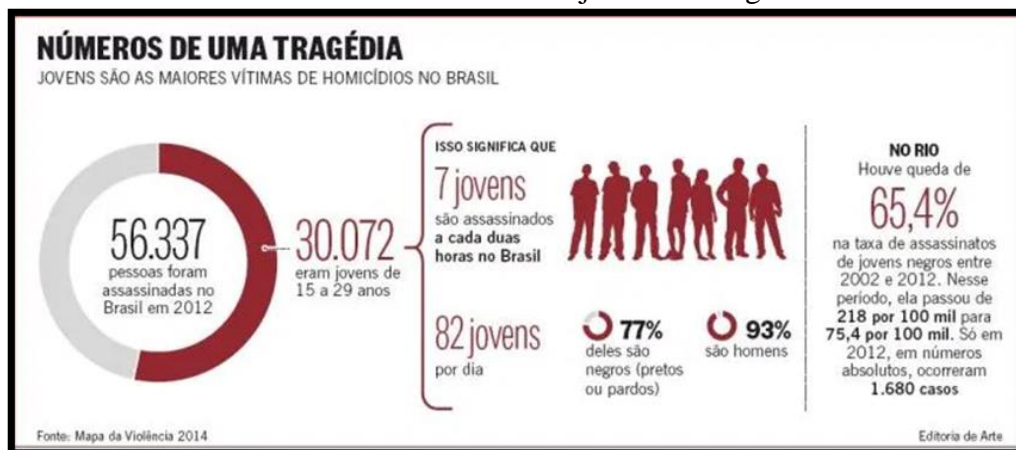
Se o Brasil parecia andar na contramão do mundo no que se refere aos efeitos aos efeitos econômicos e sociais produzidos pela crise do 2008, mantendo suas taxas de crescimento com poucas oscilações para baixo, no mesmo período, contraditoriamente,

algo nefasto começa a se revelar, pois entre 2000 e 2013, o Brasil, as taxas de homicídios no país também assumem uma curva ascendente. De acordo com o Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2018), considerando os dados contabilizados a partir de 2006, no primeiro ano o número de mortos no país já ultrapassava os 49 mil. Assim, da mesma forma que podemos afirmar que o crescimento do PIB no período assumiu uma trajetória ascendente, também podemos afirmar que a taxa de homicídios no Brasil copiou a mesma trajetória.

Para a nossa surpresa a marca alcançada em 2006 não se revela como um acidente de percurso se considerarmos o aumento progressivo ano a ano, chegando a assustadora marca de 63 mil mortos em 2016, exatamente 10 anos após a primeira contabilização. Comparando nossa realidade com o restante do mundo, no mesmo período, percebemos que a taxa por aqui gira em torno de 30 mortos por 100 mil habitantes no Brasil, bem acima daquilo que parece ser uma tendência mundial, já que a taxa de homicídio no mundo se mantém estável oscilando entre 5 e 10 mortos por 100 mil habitantes desde de o ano 2000. A região do mundo que mais se aproxima das taxas brasileiras é a América Latina que produziu uma taxa de mais ou menos 20 mortos por 100 mil habitantes no mesmo período. Cabe destacar que dos países analisados, de acordo com os dados do Atlas da Violência (IPEA, 2018), nesse período apenas a Venezuela matou mais do que o Brasil.

Essas informações parecem não ter sentido em uma pesquisa que trata de juventude, no entanto, quando consideramos o número total de mortos por letalidade violenta no país, a juventude é o segmento social mais afetado. Isso significa que nem os dados positivos da economia e todas as políticas sociais criadas para assistir a juventude foram suficientes para frear a matança de jovens que acontece por aqui. De acordo com o IPEA (2018), apenas no ano de 2016 mais de 33 mil jovens, entre 15 e 29 anos, a mesma faixa considerada para assistência pelas políticas públicas, foram mortos no país, desses 94% eram do sexo masculino. Esse número representa um aumento de cerca de 7,4% no número de mortes que aconteceram no ano anterior.

Nesses termos, se as taxas de mais ou menos 30 mortos por 100 mil habitantes já assustavam, quando levamos em consideração apenas o público jovem essa taxa gira em torno de 65 mortos por 100 mil habitantes, mais que dobrando a taxa geral. Isso nos faz pensar que ser jovem no Brasil é um risco para a vida. Mas uma pergunta precisa ser feita, todos os jovens são mortos da mesma forma? Percebemos inicialmente que não, em se tratando de letalidade violenta, os jovens do sexo masculino morrem em uma proporção infinitamente maior que as jovens da mesma idade. Levando em conta apenas a questão de gênero percebemos que a condição juvenil muda bastante se você é do sexo masculino ou feminino, significa então que ser jovem e homem é diferente de ser jovem e mulher, considerando que a sociedade age de forma diferente diante dos dois coletivos.

Gráfico 1: Genocídio da juventude negra.

Fonte: Mama Terra (15/10/2019)¹²

Nessa direção, cabe destacar que a condição juvenil, ou seja, a forma como os jovens são inseridos na vida social, não pode levar em consideração apenas as questões de gênero, pois nessa realidade complexa ainda temos dados mais impactantes. Se levarmos em conta a cor da pele, estabelecendo uma separação sistemática entre os negros e brancos mortos perceberemos que a juventude não sofre a violência de modo homogêneo. Mais uma vez tomando como referência o ano de 2016, percebemos que a taxa de homicídio oscila radicalmente quando separamos esses indivíduos pela cor da pele, pois entre os negros a taxa passa de 40 mortos por 100 mil habitantes, enquanto entre os não negros gira em torno de 16 mortos por 100 mil habitantes. Um dado importante é que no período entre 2006 e 2016, enquanto a taxa de homicídios entre os não negros caiu em mais ou menos 7%, a taxa dos negros mortos no país subiu cerca de 23% (IPEA, 2018).

Gráfico 2: Morte de Jovens no Brasil (taxa por 100 mil habitantes).

região	brancos*	negros*
centro-oeste	34,7	100,3
nordeste	21,4	105,2
norte	25,1	81,6
sudeste	24,1	58,6
sul	46,7	53,8

Fonte: Alma preta.com (15/10/2019)¹³

¹² Disponível em: <https://mamapress.wordpress.com/2014/11/09/campanha-alerta-para-mortes-invisiveis-de-jovens-negros/>

¹³ Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/cpi-aponta-genocidio-e-afirma-a-cada-23-minutos-1-jovem-negro-e-morto-no-brasil>

Esses dados revelam uma marca da nossa colonização que ainda não foi resolvida. Essa marca, ao que nos parece, não se resume apenas à sociedade brasileira, mas a América Latina no seu conjunto, já que, segundo Anibal Quijano (2005), o processo de colonização latino americano colocou todos os não brancos em uma condição periférica, expurgando essas frações para fora dos Estados e a margem da assistência das políticas. É importante destacar que o autor peruano nos mostra que na região existe uma singularidade, já que essa condição periférica fez com que os não brancos entrassem em um processo de empobrecimento sem fim. O que significa dizer que na América Latina os não brancos são os pobres. Isso nos leva a crer que, o que acontece no Brasil, não é uma mortandade apenas da juventude negra, mas por associação da juventude pobre, considerando que por aqui os negros, em sua maioria são pobres, moradores das periferias das cidades, frequentadores de escolas e hospitais públicos.

Assim, a partir dessa realidade percebemos que o conceito de juventude enquanto moratória social esvazia o entendimento da realidade dos jovens que compartilham a sociedade brasileira, mostrando que qualquer conceituação geral pode limitar o nosso olhar diante de uma realidade complexa. Nessa perspectiva, fazendo uma analogia grosseira com os personagens descritos por Jon Savage (2009), enquanto a nossa juventude branca e abastada se aproxima muito do perfil descrito para Marie Bashkirtseff, podendo gozar de um período de moratória social, a nossa juventude negra e pobre parece cair como uma luva no perfil dedicado ao jovem Jesse Pomeroy, menino de família pobre, sem posses, tratado como problema que a sociedade precisa eliminar.

2.4 - Juventude brasileira: o geral como fetiche e as mobilizações contemporâneas.

Essa discussão conceitual nos revela a necessidade de pensar a juventude a partir de suas múltiplas realidade, pois se a juventude não possui uma forma homogênea de inserção no mundo, também produz sobre o mundo uma série de visões distintas que levam em consideração um conjunto inumerável de fatores de natureza social, cultural, política, ideológica, etc. O tratamento desigual dado às frações da juventude evidenciado acima revela que se não é possível pensar um conceito geral que contemple a todos indistintamente, também não é possível pensar que a formação direcionada a esses segmentos devem seguir o mesmo padrão, nem estar baseada nos mesmos princípios, valores e visões de mundo gerais.

Desse modo, se podemos afirmar que nem todos os jovens estão inclinados a realizar grandes feitos e operar o tempo todo no sentido da mudança, colocando sobre os ombros da juventude a responsabilidade de produzir os processos de mudança de que a sociedade necessita, também podemos afirmar que nem todas as frações da juventude se movem no sentido da conservação dos valores sociais e culturais de modo inalterado.

Assim, superar a ideia fetichizada de que a juventude se movimenta dentro de um padrão geral de comportamento exige pensar que existe um conjunto de práticas sociais que apontam na direção contrária. Quando terminamos o subtítulo anterior afirmando que a forma como o Estado brasileiro e a sociedade brasileira enxergam as frações da juventude de modo desigual, garantindo a algumas frações o benefício de se desenvolver com um espaço de tempo e condições sociais e culturais voltadas para isso, contrapondo-se a um outro conjunto que é visto pela sociedade como problema social, completamente

desprovida de qualquer tipo de moratória por parte da sociedade e que age fora dos padrões que a sociedade espera, estamos problematizando exatamente isso.

Esse tratamento desigual não se restringe apenas ao comportamento informal da sociedade, mas também e principalmente ao seu comportamento institucional, já que se na prática a juventude tende a se movimentar de modo diverso, na teoria existe uma série de interpretações que tendem a orientar as suas ações no sentido da homogeneização, reduzindo toda essa diversidade a uma única forma de enxergar e agir sobre a realidade social.

Essa distorção teórica, pautada na ideia de juventude enquanto segmento social que goza de uma condição juvenil marcada por um período de tempo caracterizado pelo ócio produtivo, pela impulsividade, pelo espírito de mudança, persiste sendo eficaz. A leitura do jovem de classe média que conta com a permissão da sociedade para se formar e se preparar para a vida produtiva e adulta, portanto, como um indivíduo em formação, tanto no que se refere à vida na sua generalidade quanto à formação acadêmica em seu sentido mais restrito. Nesses termos, a caracterização perfeita desse jovem em formação seria o estudante (SAVAGE, 2009; GROppo, 2000).

Assim, suas demandas, mesmo se apresentando como algo inerente a um grupo social específico, acabam por serem vistas como as demandas de toda juventude. Sendo assim, quando pensamos, de modo genérico, em movimento juvenil a primeira visão que nos vem à cabeça é o movimento estudantil. Essa leitura reducionista encontra eco nas formas tradicionais de organização da juventude, à medida que de descarta toda multiplicidade de organizações políticas e sociais possíveis.

No cenário brasileiro, isso muda radicalmente a partir das mobilizações que tomaram as ruas no segundo semestre de 2013. Isso não significa que antes disso a concepção de movimento estudantil enquanto expressão do movimento juvenil não tivesse sido contestada, mas que a partir daquele momento a política institucional, inclusive do movimento estudantil organizado, começava a ser conjuntamente contestada. Essa contestação não ganhava eco necessariamente na proposição de uma outra institucionalidade, mas na crítica de toda institucionalidade existente. A resistência à participação de partidos e organizações políticas da esquerda tradicional demonstrava que as potencialidades das mobilizações iniciadas em 2013 poderiam apontar para qualquer lado (ARANTES, 2014).

Movidos inicialmente pela defesa da pauta contra o aumento do preço das passagens de ônibus em São Paulo, de 3,00 reais para 3,20, liderada pelo Movimento Passe Livre, as mobilizações se espalham por outras cidades de Brasil. E o que tinha como foco a defesa de uma pauta específica logo começa a se capilarizar em outras bandeiras e lutas. A multiplicidade de reivindicações só não era maior do que a quantidade de grupos que se mobilizaram. Se é possível afirmar que as mobilizações não se caracterizavam apenas pelo público mais jovem, também é possível pensar que sem as suas energias iniciais contra o aumento das passagens na cidade de São Paulo elas não aconteceriam.

Imagem 12: Ato organizado pelo Movimento Passe Livre (2013)



Fonte: El País (27/02/2015)¹⁴

Das mobilizações heterogêneas que ganham as ruas a partir de junho de 2013 uma série inumerável de organizações começam a pipocar pelo país, e a tal potencialidade defendida por Paulo Arantes (2014) começava a se apresentar como um espaço importante de disputa política, que ganhava espaço nas ruas, mas ao mesmo tempo refletia quem eram as forças políticas que possuíam maior grau de organização. Surfando na onda do combate à corrupção, as forças liberais, organizadas no Brasil desde o final dos anos de 1970 (ONOFRE, 2014), constroem um discurso eficaz associando a corrupção no país ao governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e estende seu ataque às demais forças de esquerda partidárias ou não (SANTOS; MOURA e MOTTA, 2017), fazendo com que as mobilizações de rua se tornassem um ambiente não muito amistoso com a militância que atuava nessas forças políticas.

Nesse período não faltaram jornalistas, artistas, humoristas, políticos e até cientistas que se diziam representantes dessa massa que, supostamente, agiria e pensaria sempre na mesma direção, levando em conta sempre os mesmos interesses. O discurso da vez é que o “povo” brasileiro havia acordado, estava mobilizado e desejoso de mudar com suas próprias mãos o destino do país.

As demandas eram muitas, tinham grupos que defendiam a revolução social de corte socialista e até anarquista ao lado daqueles que, anacronicamente, reivindicavam o retorno da Ditadura Empresarial-Militar, tinham os movimentos feministas e a comunidade LGBT lado a lado aos grupos que se manifestavam contra o aborto, tinham militantes do movimento negro cerrando fileira com os brancos de zona sul com suas empregadas negras que empurravam o carrinho da criança.

¹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/20/politica/1424467991_388982.html

Passados os meses, ou melhor, os dias de euforia, em que as manifestações políticas que tomavam conta do espaço público e se assemelhavam muito às micaretas, cheias de jovens e até de velhos com seus trajes característicos, com maquiagens características, com gritos e coreografias ensaiadas, a realidade parece se recompor. (MOURA, MOTA e SANTOS, 2017; p. 88)

A polarização estava clara e reproduzia nas ruas toda tensão que marcava o contexto da política institucional. No ano seguinte as mobilizações continuam e a heterogeneidade das bandeiras havia ficado no passado, a partir de 2014 as defesas e projetos aparecem de forma mais coerente e as forças políticas e projetos de sociedades diferentes se posicionam de lados opostos.

Imagem 13: Movimento Vem Pra Rua – Fora PT.



Fonte: Vem Pra Rua (21/10/2019)¹⁵

A personificação das pautas tem outra intencionalidade em ano eleitoral, defendendo a bandeira anticorrupção, em outubro de 2014, como último em defesa da candidatura de Aécio Neves à presidência da República, Rogério Chequer cria o Movimento Vem Pra Rua¹⁶. A intencionalidade na ocasião seria unificar todos aqueles que queriam a saída do Partido dos Trabalhadores do governo derrotando a Presidenta Dilma Rousseff nas ruas e nas urnas. A derrota eleitoral não reduziu o ímpeto do movimento, pelo contrário, fez com que ele percebesse a necessidade de mudar radicalmente a sua estratégia.

¹⁵ Disponível em: <https://www.vempraruia.net/o-movimento/#linha-do-tempo>

¹⁶ Disponível em: <https://www.vempraruia.net/o-movimento/#linha-do-tempo>

Imagem 14: Acorda Brasil.

Fonte: Acorda Brasil (21/10/2019)¹⁷

A articulação em torno do nome de Aécio Neves não reuniu apenas organizações de caráter liberal como o movimento Vem Pra Rua, mas também outras com o corte mais conservador, como é o caso de Movimento Acorda Brasil, que participou das organizações dos atos de rua a partir de janeiro de 2014. A ideia era acabar com a corrupção garantindo que os candidatos eleitos fossem reconhecidamente dotados de moralidade e de valores conservadores mais arraigados. Aparentemente isso parece uma distorção no que se refere ao projeto de sociedade defendidos pelos liberais de plantão, no entanto, se debruçarmos sobre as leituras de Friedrich Hayek (2010), perceberemos que não existe limite para as associações em torno da plataforma liberal, já que existe uma inclinação muito forte presente no pensamento do autor da Escola Austríaca à defesa de valores conservadores, sobretudo na defesa da família tradicional, já que, segundo ele, a ruptura com os valores da família era uma distorção produzida pelo comunismo.

Nesse sentido, enfrentar nas ruas as forças que atentavam contra a família tradicional era uma obrigação moral de todos aqueles que queriam manter o Brasil livre do comunismo e da corrupção. Depois da derrota eleitoral o objetivo era mudar de estratégia, colocando a luta social em defesa dos princípios liberais e contra a corrupção na ordem

¹⁷ Disponível em:

<https://www.facebook.com/GrupoAcordaBrasil/photos/a.475563829197511/836079299812627/?type=1&theater>

do dia, superando a dicotomia imposta pela política institucional. O objetivo agora consistia em defender o Brasil.

O ambiente polarizado se mostrava cada vez mais agudo e as contradições que marcam a sociedade brasileira vão desaguar em um ano de 2015 marcado por mobilizações organizações juvenis tanto de esquerda quanto de direita. Se no contexto nacional o resultado das eleições não tinha sido favorável, no estado de São Paulo a vitória de Geraldo Alckmin, garantia a continuidade da gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que não tinha nada de socialdemocrata, e continuava a passos largos a consolidação de um projeto liberal para o Estado.

No primeiro ano do seu segundo mandato, Geraldo Alckmin, coloca em prática um projeto de reorganização da rede estadual de educação. A ideia era reorganizar a rede fechando escolas em áreas que, segundo a secretaria de educação do estado, não existia demanda. Além disso, o projeto exigia que os estudantes das turmas ou escolas fechadas fossem movimentados para outras unidades, nem sempre próximas ao seu local de moradia. A decisão monocrática tomada pelo governo do estado fez com que uma parcela dos estudantes se posicionassem contrários ao processo reorganização. Dando início, em novembro de 2015, ao movimento de ocupação estudantil contra o processo de reorganização das escolas do Estado de São Paulo. A primeira unidade ocupada foi a Escola Estadual Diadema, na região metropolitana de São Paulo (SANTOS e REZENDE, 2018).

Imagem 15: Ocupação Estudantil.



Fonte: Nova Escola (21/10/2019)¹⁸

O estopim é aceso no Estado de São Paulo e as ocupações estudantis iniciam das escolas da região metropolitana para o interior. É importante destacar que o movimento não permanece apenas no Estado de São Paulo, mas se capilariza em direção a outros estados, sendo mais efetivo nos estados de Goiás e do Rio de Janeiro. Cabe considerar que, em cada estado as demandas para as ocupações eram diferentes e a complexidade do movimento era tão grande que, entre as escolas do mesmo estado, as reivindicações nem sempre eram comuns. Observando o caso de Goiás, por exemplo, as mobilizações

¹⁸ Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1650/as-ocupacoes-estudantis-e-a-gestao-democratica-no-ensino-medio>

ganham força à medida que o governo do estado inicia o processo de militarização de algumas de suas unidades, transferindo a direção das escolas para as forças auxiliares Polícia e Bombeiros Militares. No Rio de Janeiro a demanda era outra, pois diferente tanto de Goiás quanto de São Paulo, a luta por aqui se inicia em apoio à greve dos profissionais de educação e em defesa da escola pública, lutando por melhorias no ambiente escolar (REZENDE e SANTOS, 2018).

Entre novembro de 2015 e durante todo ano de 2016 as ocupações estudantis se espalham pelo Brasil. A centelha inicial foi produzida pelos jovens estudantes secundaristas das escolas públicas de estados importantes da federação, significando que a pauta foi lançada por estudantes de classes populares que percebiam potencialidades importantes na escola e resolveram brigar por elas. A diversidade das pautas revela que embora as demandas tenham um caráter popular, a complexidade do que seria essa juventude das classes populares escolarizada é tão grande que se reflete em uma multiplicidade de demandas gerais e particulares que certamente nenhum governante conseguiria contemplar, pois as políticas públicas voltadas a esse público seguem sempre a lógica pautada em princípios gerais (REZENDE e SANTOS, 2018).

Imagem 16: Ocupação Estudantil – aula na rua.



Fonte: Organização Anarquista Socialismo Libertário (21/10/2019)¹⁹

O movimento logo avança para outras esferas de governo, conseguindo adesão dos estudantes dos institutos federais de ciência e tecnologia e em seguida dos jovens universitários das universidades públicas espalhadas pelo país. A marca do movimento foi a substituição das aulas regulares por uma programação pensada pelos próprios estudantes organizados. A ideia não era fechar a escola tornando seu espaço inoperante, mas trazer para dentro da escola aquilo que eles julgavam importante, tanto com temas de relevância social e cultural, quanto com formação política na organização interna da ocupação e na articulação que ela deveria ter com outras ocupações e movimentos de modo mais geral. As aulas oferecidas no espaço eram públicas, abertas a quem quisesse participar, sem contar que o espaço da escola foi ampliado fazendo do espaço da rua uma grande sala de aula para ensinar como os jovens de classes populares sabiam fazer política.

¹⁹ Disponível em: <https://anarquismosp.wordpress.com/2015/12/04/luta-e-organizacao-na-ocupacao-das-escolas-em-sao-paulo/>

Paralelamente, no Estado de São Paulo, mesmo estado onde surgiram as primeiras ocupações estudantis que se espalharam pelo país, o Movimento Brasil Livre começava se sedimentar. Com aproximadamente um ano de organização até a realização do seu Primeiro Congresso Nacional, em 28 e 29 de novembro de 2015, no Centro de Convenções Rebouças²⁰, vinculado ao Hospital das Clínicas e à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). A ideia inicial era construir um espaço para concentrar a fração liberal da juventude em todo Brasil e agregar novos indivíduos que, por se opor ao governo do Partido dos Trabalhadores e à esquerda, deveriam ser vistos como possíveis aliados.

As mesas organizadas para o congresso demonstravam bem de que tipo de liberalismo o MBL tratava. A temática do empreendedorismo dita a tônica do evento, mostrando sua inclinação radical à lógica do livre mercado. Sendo esse um princípio básico defendido pelos liberais no mundo, existia a necessidade de esclarecer como nós iríamos construir o liberalismo por aqui.

Seguindo essa lógica três outras mesas nos servem para definir de que liberalismo estamos tratando: a) Liberalismo Conservadorismo: convergência necessária (pensamento de Hélio Beltrão), conduzida por Francisco Razzo²¹, um auto declarado liberal na economia e conservador nos costumes e colunista do jornal on line Gazeta do Povo, que tem como colunistas Alexandre Garcia e Rodrigo Constantino; b) Liberalismo Pragmático, que ficou a cargo da dupla Paulo Eduardo Martins²² (eleito deputado federal em 2018 pelo Partido Social Cristão) e Marcel Van Hatten²³ (eleito deputado federal em 2018 pelo Partido Novo), o primeiro colunista do Instituto Liberal e do Gazeta do Povo e o segundo, ex aluno de Olavo de Carvalho, e; c) Narrativa: popularizando o discurso liberal, comandada por Reinaldo Azevedo²⁴, colunista da Revista Veja e do portal UOL, e Kim Kataguirí, que juntamente com Renan Santos, Alexandre Santos e Fernando Holliday seriam as principais lideranças do MBL.

Fica evidente que o liberalismo a brasileira, pregado aos quatro ventos pelo MBL, congrega uma forte inclinação ao livre mercado, associado a uma perspectiva de realidade extremamente conservadora nos costumes, mostrando um forte alinhamento com os fundamentos presentes na obra “Caminhos da Servidão” de Friedrich Hayek (2010), sendo essa a única forma possível de se contrapor ao chamado marxismo cultural.

Durante a fase mais intensa das ocupações estudantis, segundo semestre de 2016, o Movimento Brasil Livre organiza seu Segundo Congresso Nacional²⁵ para discutir as formas de intervenção do movimento contra as ações de ocupação dos estudantes tanto nas escolas quanto nas universidades, considerando que o movimento entendia que as ocupações urbanas estavam acontecendo porque tinham por objetivo impedir a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (241/ 2016). O protagonismo nesse congresso ficou por conta da participação das personalidades que tiveram papel efetivo no impedimento da Presidenta Dilma Rousseff. A proposta era garantir que as reformas liberais propostas por Michel Temer fossem aprovadas no Congresso. Se na sua atuação diária o movimento

²⁰ Disponível em: <http://convencoesreboucas.com.br/sobre-nos/>

²¹ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/francisco-razzo/>

²² Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/autor/paulo-eduardo-martins/>

²³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/marcel-van-hatten-deputado-novo-rs/>

²⁴ Disponível em: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/blog/reinaldo/?s=liberalismo>

²⁵ Disponível em: https://www.sympla.com.br/ii-congresso-nacional-do-movimento-brasil-livre_96736?fbclid=IwAR1np_RkwjBZG2v1ZI4RMnon2rjsYNKR8ihVFB7_8tb9dFoVBC7x4DZbAZ4#info

de desocupação, liderado pelo MBL, considerava inclusive de desocupação forçada das universidades e escolas, na sua articulação institucional pautava sua ação em manter os objetivos definidos pelas discussões do primeiro congresso.

Imagem 17: Conceito de conservador.



Fonte: MBL estudantil facebook (21/10/2019)²⁶

Nos congressos nacionais que se seguem existe uma afirmação das pautas definidas no primeiro congresso, entendendo que a sua atuação partidária agora era uma realidade, considerando que o movimento agora estava pulverizado em vários partidos de corte liberal espalhados pelo país. Entendendo isso o movimento volta sua atenção para uma estratégia mais focada, entendendo que o processo de renovação liberal exigia que novos quadros políticos jovens pudessem aderir à plataforma política e a narrativa liberal defendida pelo movimento. Afinal o objetivo central consistia em reconhecer a potencialidade em ser liberal e conservador ao mesmo tempo, já que nas eleições seguintes esse seria um posicionamento político importante e eleitoralmente viável. Nesses termos, a opção do MBL por fundar uma fração para atuar efetivamente nas escolas e universidade visava expandir suas ações dentro dos espaços institucionais que, segundo eles era comandado pelo chamado marxismo cultural.

O MBL Estudantil irá agregar e dar voz aos estudantes que não se sentem representados pela União Nacional dos Estudantes e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidades obsoletas que vivem a serviço dos partidos de esquerda e já estão descredibilizadas perante a sociedade contemporânea. A grande missão do MBL Estudantil é orientar, municiar e preparar os estudantes, com palestras, encontros, vídeo-aulas e recomendações de leitura para que eles consigam combater a doutrinação de esquerda dentro das instituições de ensino e das salas de aula, formando chapas

²⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/MBLestudantil/photos/a.518867971949490/631834467319506/?type=3&theater>

para concorrer à grêmios, centros acadêmicos e DCE's, ou fazendo oposição às chapas eleitas de esquerda, além da militância individual. Dessa maneira a hegemonia das ideias socialistas será rompida ao passo que as ideias liberais e conservadoras ganharão forças. (Extraído da página oficial do MBL estudantil)²⁷

Esse entendimento fez com que o movimento se aproximasse de uma série de outros movimentos que percebiam a educação pública da mesma forma, já que para colocar em prática o seu projeto de minar os espaços ocupados pela esquerda institucional dentro das entidades de representação estudantil, o movimento deveria se apresentar aos jovens estudantes como uma opção política viável, com projeto de realidade claro e com princípios e valores consolidados e comprovados cientificamente. A ideia é participar dos espaços de forma democrática, disputando um lugar nos espaços de representação.

Assim, percebe-se que as potencialidades apontadas por Paulo Arantes (2014) nas mobilizações poderiam se virar para qualquer direção e embora as ocupações estudantis tenham deixado uma importante contribuição para pensar a educação brasileira tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, o MBL conseguiu se capilarizar e se transformar em uma organização política viável que, produzindo e reproduzindo sua narrativa cotidianamente, sempre em tempo real, consegue ser representativo para uma fração da sociedade e organiza em novas frações os seus quadros políticos para atuar em várias frentes, entre elas no movimento estudantil, que sempre foi ocupado por forças políticas de centro-esquerda.

Nesses termos, sem fetichizar a juventude como coletivo que aponta sempre para a mudança, mas entendendo como uma fração complexa da sociedade, percebemos que as suas bandeiras e reivindicações podem ser radicalmente diferente mesmo quando se considerar como elemento de análise um fragmento dela, que por sua condição social pode gozar, ao seu modo, observando todas as contradições e tensões presentes nessa condição de jovem estudante, de tempo para se preparar para a vida adulta, recebendo da sociedade uma espécie de moratória, por entender que se trata de uma fase peculiar da vida do ser humano em sociedade. Portanto, a juventude real não aponta naturalmente para nem um lado previamente definido, nem carrega em seu interior uma perspectiva cristalizada do que significa tratar como mudança necessária.

²⁷ Disponível em: <https://www.mblestudantil.com/comofunciona/>

CAPÍTULO III

MOVIMENTO BRASIL LIVRE: imagens da atuação política da juventude liberal.

Neste capítulo apresentaremos o modo como o Movimento Brasil Livre se insere no contexto brasileiro, buscando entender em que tipo de teoria seus argumentos se fundamentam, mas também buscaremos mostrar que existe uma forma de organização nova, que não permite classificar o MBL como um movimento social clássico como ficou definido por Maria da Glória Gohn (1997) ou Eder Sader (2001). Nesses termos, partiremos de uma discussão acerca do conceito de movimento social evidenciando as variações do conceito ao longo do tempo, mas destacando o fato de que esse conceito se distancia radicalmente do conceito de think tank que serve para designar algumas organizações políticas atualmente. Paralelamente mostramos a aproximação do discurso do Movimento Brasil Livre com os fundamentos teóricos e políticos desenvolvidos pelos autores liberais da Escola Austríaca, especificamente com a obra de Friedrich Hayek.

Essa diferenciação consiste em entender que mesmo reconhecendo o MBL enquanto organização social organizada ele atua em outras frentes orientados por outras perspectivas de realidade que o separam radicalmente das organizações representativas ligadas à luta travada pelos trabalhadores e trabalhadoras ao longo da história recente do país. Quando nos referimos a história recente estamos tomando como ponto de partida o período da transição democrática para cá, entendendo ser esse o momento em que as organizações de caráter liberal começam a atuar de modo mais incisivo orientando o Estado brasileiro para um fluxo de reformas econômicas e sociais que inicia em Fernando Collor de Mello e não é interrompido nem nos períodos de governos mais populares, como é o caso de Lula e Dilma Rousseff.

Nossa intenção é desenvolver nossa reflexão analisando as imagens publicizadas pelo movimento nas páginas oficiais do Instagram, Facebook e Twitter, tanto do MBL oficial quanto do MBL estudantil. Nesse sentido, nós organizamos as imagens levando em conta a sua relevância em eventos políticos recentes que marcam a sociedade brasileira. A ideia é mostrar que os posicionamentos assumidos pelo movimento têm confluência com uma série de entidades que reproduzem o mesmo discurso, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Para tanto, não nos preocuparemos em estabelecer laços institucionais formais, mas em demonstrar de que modo os discursos são compatíveis com um projeto de realidade comum que nos é revelado pelos indícios deixados pelo caminho.

3.1 - O Movimento Brasil Livre é um movimento social?

Diante desse cenário ficamos nos perguntando o que torna esse movimento algo tão particular? Sendo um ele um movimento particular o que o aproxima ou distancia dos modelos de movimentos sociais que surgem nos anos de 1980? Essas questões são necessárias para saber exatamente do que estamos tratando. De fato, as conceituações mais tradicionais talvez apresentem limitações no entendimento dessa organização política que prioriza a internet como um lugar privilegiado para se movimentar. O que

não significa que ele tenha a sua natureza social definida exclusivamente pela atuação neste espaço.

Segundo informações fornecidas pela página do Instituto Von Mises Brasil (IMB), o Primeiro Congresso do Movimento Brasil Livre aconteceu entre os dias 28 e 29 de novembro de 2015, na cidade de São Paulo. De acordo com o texto disponível no site, intitulado “Primeiro Congresso Nacional do MBL”, o movimento assume uma postura mais institucional por entender esse processo como necessário para garantir o fluxo de mudanças políticas e sociais que o país precisa. A perspectiva apontava para uma ideia de mudança ancorada nos valores republicanos e federalista compartilhados pelas duas instituições. O objetivo dessa frente liberal seria superar a perspectiva Lulopetista de governar derrubando o governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Imagem 18: Programação do Primeiro Congresso do MBL.

1º CONGRESSO NACIONAL MOVIMENTO BRASIL LIVRE

28 SÁB

09H CREDENCIAMENTO

09H30 APRESENTAÇÃO MBL

10H LANÇAMENTO APP MBL

10H15 APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO E METODOLOGIA

11H PALESTRA POLITICAMENTE INCORRETA DA ECONOMIA

12H ALMOÇO

13H30 INÍCIO DOS GRUPOS DE TRABALHO E WORKSHOPS*

17H30 FLÁVIO MORGENSTERN
ALEXANDRE BORGES INFOWAR

19H RODRIGO SILVA SPOTNIKS

20H ENCERRAMENTO

*GTs e WORKSHOPS ACONTECERÃO SIMULTANEAMENTE

29 DOM

09H CREDENCIAMENTO

09H30 APRESENTAÇÃO DOS PAINÉIS E DAS VOTAÇÕES

10H TALLIS GOMES STEPHEN KANITZ
EMPREENDEDORISMO

11H30 MATHEUS SALES FELIPE HERMES
LIBERALISMO CULTURAL

13H ALMOÇO

14H30 HÉLIO BELTRÃO FRANCISCO RAZZO
LIBERALISMO CONSERVADORISMO
CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA

16H PAULO EDUARDO MARTINS
MARCEL VAN HATTEN
LIBERALISMO PRAGMÁTICO

18H KIM KATAGUIRI REINALDO AZEVEDO
NARRATIVA POPULARIZANDO O
DISCURSO LIBERAL

19H ENCERRAMENTO

GTs
MOBILIDADE, URBANISMO E CIDADANIA JUSTIÇA ECONOMIA REFORMA POLÍTICA E EMPODERAMENTO POPULAR EDUCAÇÃO SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL SUSTENTABILIDADE SOBRE A ÓTICA COMUNITÁRIA

WORKSHOPS
13H30 MEME
14H30 VÍDEO
15H30 ATOS
16H30 LEGISLAÇÃO

Fonte: blog do Reinaldo Azevedo (17/11/2015)²⁸

²⁸ Imagem disponível na página oficial Blog do Reinaldo de Azevedo, vinculado à revista Veja e declaradamente liberal, colocando-se inclusive no bloco de oposição ao governo do Partido dos

O primeiro passo para a mudança, é o Impeachment de Dilma Rousseff, finalizando o ciclo Lulopetista de governo e o modo Estatista de se governar uma nação, em detrimento dos indivíduos. Nesse sentido o Congresso surge da visão do Movimento Brasil Livre de que o maior movimento popular de ruas do nosso país também deve ser propositivo e pautar o debate político da nação. (Instituto Von Mises Brasil, novembro de 2015)²⁹

É importante salientar que de acordo com o próprio Instituto Von Mises o Movimento Brasil Livre defende interesses, princípios e valores com o que o instituto compactua, cumprindo a tarefa de garantir a disseminação das ideias liberais no país, respeitando a “propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental” (IMB, 2015)³⁰. Assim, se existe uma compatibilidade entre as ideias defendidas pela célula nacional do IMB e a perspectiva de realidade que orienta a prática do MBL a atuação de ambos aponta necessariamente para um profundo processo de reforma do Estado brasileiro, alterando principalmente o regime de assistência colocada em prática durante a gestão do Partido dos Trabalhadores.

Um ano depois do impedimento do governo da Presidenta Dilma Rousseff o MBL faz uma avaliação para sentir a atmosfera e mostrar que ainda existiam metas política, econômicas e sociais que precisavam ser enfrentadas e atingidas.

Trabalhadores. <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/mbl-faz-seu-primeiro-congresso-nacional-nos-dias-28-e-29-veja-como-participar/>

²⁹ O fragmento foi retirado da página oficial do Instituto Von Mises Brasil, na aba relativa aos eventos que aconteceriam no mês de novembro de 2015. A consulta foi realizada no dia 12 de abril de 2019, às 17:30 horas. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Event.aspx?id=98>

³⁰ Disponível na aba “quem somos” do site oficial do IMB, considerando que segundo palavras do próprio instituto o comportamento do estado assistencial, as ações das instituições governamentais produziram um efeito nocivo à atividade econômica, dentre elas: a) protegem os poderosos e os grupos de interesse; b) criam hostilidade, corrupção, e desesperança; c) limitam a prosperidade, e d) reprimem a livre expressão e as oportunidades dos indivíduos.

Imagem 19: Um ano após o impeachment de Dilma Rousseff.



Fonte: MBL Oficial no Facebook (31/08/2017)³¹.

Como ficou claro na definição dada pelo Instituto Von Mises Brasil (2015) sobre o papel político desempenhado pelo MBL, o primeiro passo seria garantir que o governo da Presidenta Dilma Rousseff fosse interrompido. A imagem acima mostra que nessa ofensiva o movimento e seus aliados políticos tiveram certo êxito, já que um ano após o impedimento o movimento formula sua avaliação do período checando a popularidade das bandeiras por eles levantadas. A postagem teve aproximadamente 7.300 reações, 423 comentários e aproximadamente 3200 compartilhamentos.

Aproveitando-se do mote de combate à corrupção, o ataque à forma de governar do Partido dos Trabalhadores (PT) está pautado em uma ofensiva a tudo que, segundo eles, impedem os avanços irrestritos do mercado. Interessante que essa estratégia não coloca no alvo das mobilizações ou dos ataques virtuais apenas os agentes da política doméstica, mas extravasa para os supostos aliados políticos e teóricos do governo do PT, incluindo nesse pacote as alianças próximas com Cuba ou Venezuela que, na legenda da figura acima, são tratadas como ditaduras. Percebe-se que implicitamente o MBL coloca

³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/sim-o-impeachment-trouxe-muitas-vid%C3%B3rias-para-o-pa%C3%ADs-a-principal-delas-o-fim-do-/672036659587147/>

para fora parte dos supostos medos que assolavam um de seus mentores intelectuais. Assim com Friedrich Hayek (2010, p.39), eles associam às experiências de governos populares à ideia de totalitarismo e ao mesmo tempo colocam a liberdade de mercado, a livre concorrência, como elemento fundamental às liberdades políticas e sociais.

Fomos aos poucos abandonando aquela liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiu no passado. Embora alguns dos maiores pensadores políticos do século XIX, como de Tocqueville e Lord Acton, nos advertissem de que socialismo significa escravidão, fomos continuamente avançando em direção ao socialismo.

A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente, mas com toda a evolução da civilização ocidental, e isso se torna claro quando o consideramos não só em relação ao século XIX, mas numa perspectiva histórica mais ampla. Estamos rapidamente abandonando não só as ideias de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, ou mesmo de Locke e Milton, mas também uma das características mais importantes da civilização ocidental que evoluiu a partir dos fundamentos lançados pelo cristianismo e pelos gregos e romanos. Renunciamos progressivamente não só ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas ao individualismo essencial que herdamos de Erasmo e Montagne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides.

No que se refere ao ataque ao totalitarismo, entendendo como governo totalitário todo aquele que se sustenta com bases ideológicas compatíveis com os interesses da maioria - que na forma de execução da política coloca os interesses da maioria como interesse geral suficiente para agir com elementos opressivos sobre as minorias ou adversários políticos (BOBBIO, 2005), percebemos um pacote que se completa de modo orgânico, são elas: a) a falência dos blogs petistas; b) a reforma do ensino médio; c) a comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Lei Rouanet; d) avanço da Lava jato, e; e) Lula condenado. O fragmento da obra de Friedrich Hayek (2010), revela algo que no futuro voltaremos a refletir de modo mais profundo que diz respeito à forma de articulação entre a ideia de que a liberdade de mercado e o individualismo cristão e como elas constituem um passo à frente na evolução para uma sociedade livre na perspectiva liberal.

Pode-se perceber com alguma clareza que o discurso produzido tem muita coerência, já que no sentido de combater as ideologias alinhadas, de acordo com eles, aos interesses e objetivos políticos de esquerda eles apontam para o desmonte de seus instrumentos de difusão, de seus aparelhos ideológicos ligados direta ou indiretamente à estrutura do Estado. Nesses termos, o que está implícito nesse discurso é que reformando o ensino médio e desmontando a lei Rouanet a difusão de ideologia da esquerda política e cultural para fora deveria cessar ou ao menos diminuir.

O ataque deliberado ao Partido dos Trabalhadores, associando os governos de Lula e Dilma aos esquemas de corrupção que envolvem a administração pública brasileira, teriam impacto na opinião pública e o efeito desse pacote deveria desaguar na detenção do presidente Lula. Tudo isso seria uma espécie de cortina de fumaça que teria a função de ofuscar a visão política e social da população diante das reformas de caráter liberal que viriam a reboque. Isso fica claro com as demais proposições que compõe o

quadro discursivo presente na figura, principalmente quando se refere ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que estabelece um teto para os gastos públicos, a reforma trabalhista e o avanço das privatizações. Essas três medidas apontam para um conjunto de reformas que colocam o Estado brasileiro em uma situação de extrema fragilidade sobretudo no que se refere à manutenção de seu regime de assistência.

Interessante é entender que as defesas que o movimento faz em agosto de 2017, quase chegando no seu terceiro congresso, estão alinhadas com as frentes de atuação que ele estabeleceu no seu primeiro congresso nacional, pois vai ser nele que o movimento vai produzir seu documento base, e estabelece seus pontos de atuação para o ano de 2016, mas que na verdade, como vimos na análise, vai se firmar como princípios que vão orientar a ação da instituição ao longo de toda sua existência. De acordo com o próprio MBL (2015), as frentes em que ele deve ter atuação destacada são: a) educação; b) saúde; c) sustentabilidade; d) reforma política; e) economia; f) justiça; e g) transporte e urbanismo.

Nesse sentido, parece que na origem do Movimento Brasil Livre, enquanto esfera institucional de representação de uma fração da sociedade brasileira, ele apresenta uma diferença substancial que diz respeito à perspectiva de realidade que orienta sua atuação prática, pois diferente dos movimentos de massa tradicionais que atuaram politicamente no cenário nacional dos últimos 30 ou 40 anos, ele se apresenta como uma entidade declaradamente liberal, classificada por eles mesmos com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, (OSCIP), com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em nome do Movimento Renovação Liberal (MRL)³².

De certo modo, essa informação nos mostra que o MBL não se enquadra dentro dos limites estabelecidos para pensar os movimentos sociais como foi abordado tanto por Maria da Glória Gohn (1997) ou por Eder Sader (2001), já que para ambos os movimentos sociais que surgem nos anos de 1980 estavam comprometidos em garantir que os efeitos sociais e econômicos da crise da década de 1980 fossem minimizados. De acordo com eles essas novas organizações políticas possuíam uma natureza reativa, já que organizavam e agiam a medida em que as demandas surgiam. Um detalhe importante é que esses efeitos econômicos e sociais nocivos que desaguarão por aqui são resultantes de medidas de ajuste econômico, de caráter liberal, que os países centrais começam a realizar nos anos de 1970, como nos mostra Wolfgang Streeck (2012), e que são defendidas por organizações liberais como é o caso do MBL.

Curiosamente, também para ambos, essas organizações possuíam uma natureza social e política diferente das que se organizavam no Brasil contemporâneo. Segundo Maria da Glória Gohn (1997), os novos movimentos sociais eram instituições completamente diferentes das organizações políticas tradicionais ligadas às lutas dos trabalhadores. Essa diferença era substancial principalmente no que diz respeito à perspectiva pela qual observam a mudança social. Se o tradicional, representado pelos partidos políticos de esquerda e sindicatos, percebiam o processo de mudança valorizando principalmente aquilo que impactava visivelmente as macroestruturas, os novos

³² De acordo com reportagem do El País, intitulada “Renovação Liberal: a associação familiar para onde vai o dinheiro do MBL”, publicada em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html, no dia 29/09/2017, e do Diário do Centro do Mundo, sob o título MBL pode perder marca na justiça e responder por lavagem de dinheiro e estelionato”, publicada no dia 19/10/2017, disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/mbL-pode-perder-a-marca-na-justica-e-responder-por-lavagem-de-dinheiro-e-estelionato-por-mauro-donato/>

percebiam a mudança de modo substancialmente mais simples, já que valorizavam principalmente as mudanças que aconteciam no cotidiano da vida prática.

Além disso, essa diferença na perspectiva de organização para ação é influenciada pela forma como cada uma delas percebe a realidade e constrói seus projetos. De acordo com a autora, os novos movimentos sociais projetavam suas ações levando em conta aspectos relacionados a uma dimensão mais local, enquanto que as organizações tradicionais percebiam efetividade apenas nas ações macro históricas, pois mesmo considerando as lutas locais importantes o objetivo consistia em contribuir com um projeto de sociedade maior.

Para Eder Sader (2001), ao se deparar com as novas manifestações das organizações políticas, no fim dos anos de 1970 e no início de 1980, percebe que sua natureza obedecia um fluxo inverso. O sujeito coletivo emergia de sua atuação prática, já que a organização nasce de uma demanda por atuação política de indivíduos isolados que por necessidade “passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas” (SADER, 2001, p. 10). Nessa perspectiva, pode-se perceber claramente que existe uma centralidade na luta das entidades, considerando que ela teria um duplo sentido mudando a realidade e ao mesmo tempo formando e habilitando os indivíduos e os grupos para novas lutas.

Ainda assim, a ideia de que essas novas organizações se apresentam como um sujeito coletivo nos mostra que mesmo atuando em uma organização o indivíduo não estava obrigatoriamente vinculado por princípios ou valores mais amplos. Essa liberdade de vinculação para ação se refletia também na forma como essas novas entidades organizativas se relacionavam com as organizações tradicionais, tendo entre eles uma relativa autonomia.

Uma outra dimensão importante dessas novas formas de organização evidenciada principalmente por Maria da Glória Gohn (1997) faz referência aos movimentos sociais que se organizavam em torno de uma identidade específica. Segundo ela, esses movimentos surgem por aqui nos anos de 1970, mas ganham força e organização enquanto entidades ao longo dos anos de 1980. A força política que elas assumem está relacionada à sua atuação, mas também às mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira.

Cabe destacar, que ao passo que novas organizações sociais ligadas às lutas políticas e sociais das classes populares se organizava por aqui, no outro polo o empresariado nacional, com orientação claramente liberal buscava construir novas estruturas políticas que possibilitassem sua representação dentro e fora dos espaços institucionais vinculados diretamente ao Estado.

3.2 - Antecedentes históricos e sociais da chegada do pensamento neoliberal no Brasil: o contexto da abertura política.

Contraditoriamente a ditadura empresarial militar era bastante permissiva com as organizações políticas que se organizam ao longo dos anos de 1980, isso por entender que sua atuação não visava grandes mudanças de caráter sistêmico, já que ao passo que se firmava enquanto movimentos específicos, esvaziavam as organizações que atuavam com

a ideia de uma identidade geral expressa exclusivamente no conceito de classe social (GOHN, 1997). No entanto, parece que o Estado brasileiro não percebiam que existia algo maior em jogo, pois os movimentos que se organizavam em torno de identidades específicas abriam caminho para uma crítica geral ao conceito de identidade geral defendido pelas movimentos tradicionais vinculados ao conceito de classe social como elemento de identificação e coesão, mas ao mesmo tempo mostrava aos indivíduos e grupos que ela se tratava de algo transitório, permitindo que os indivíduos assumissem várias identidades ao longo da vida e até ao mesmo tempo, possibilitando que atuassem em várias entidades diferentes.

De fato, a década de 1980 revela um cenário caótico no que se referem aos aspectos econômicos, pois os efeitos das crises da dívida já haviam chegado por aqui, a perda de valor da moeda nacional com hiperinflação, juros altos, emprego em baixa e redução do investimento público em áreas sociais tornavam a vida cada vez mais difícil, produzindo entidades reativas a essa condição de precariedade, mas também apontando para as possibilidades de mudanças, considerando que a ditadura empresarial militar começava a ruir.

Se é verdade que por aqui a luta social assumiu outros contornos, ganhando as ruas, com uma característica de massa e atuando em várias frentes desde as demandas específicas até a defesa de projetos de mudança sistêmicas, também é verdade que nada disso foi suficiente para garantir que, na ocasião da abertura política, fosse construída uma estrutura que permitisse apontar para mudanças sociais mais profundas. Segundo Florestan Fernandes (1979), a mudança social por aqui segue sempre uma cartilha pronta, considerando que mudam os atores, mas não as estruturas de dominação.

Essa característica da revolução burguesa no capitalismo dependente não produz processos mais amplos de democratização, haja vista que as classes dominantes locais são antinacionais e antissociais, preferindo se associar às classes dominantes centrais em uma condição subalterna do que compartilhar com os trabalhadores periféricos os ganhos da produção local. Esse pensamento periférico influenciou profundamente no processo de abertura política, fazendo com que as classes populares, que atuaram significativamente no processo, ficassem fora do pacto social estabelecido por cima, com eleições indiretas e derrota do movimento de massa (FERNANDES, 1995).

Associado à derrota do movimento de massa o discurso de que o Estado brasileiro deveria ser controlado ganha força. Segundo Renê Dreifuss (1989), existia uma espécie de consenso geral de que as ações do Estado deveriam ser reguladas pela sociedade civil. Para a esquerda isso não tinha apenas uma conotação política ou administrativas, mas principalmente prática, considerando todas as arbitrariedades que o Estado havia cometido durante os anos de ditadura empresarial militar. Mas existia um outro grupo político organizado que percebia nesse discurso um cenário favorável para iniciar um profundo processo de reforma do Estado brasileiro por dentro, reduzindo seu tamanho principalmente nas áreas assistenciais. O nível de organização dos liberais era tão grande que no período entre 1977 e 1981 o prêmio Nobel de economia (1974) Friedrich Hayek visitou o país 4 (quatro) vezes a convite do empresário Henry Maksoud, proprietário da Revista Visão de conteúdo declaradamente liberal, como nos fala Gabriel Onofre (2014, p.: 203).

A influência do pensamento político e econômico de Hayek e a atuação de Henry Maksoud para a promoção das ideias do liberalismo econômico vão além das visitas que se encerraram em 1981. Em 1987, Maksoud lançou um livro chamado *Proposta de constituição para o*

Brasil. Discutido intensamente com Hayek e inspirado em muitos de seus escritos, o editor da *Visão* buscava com o livro intervir no debate público sobre que nova constituição o país deveria ter. Além disso, foram frequentes na TV Bandeirantes, programas apresentados por Maksoud debatendo ideias do pensador austríaco entre o final dos anos 1980 e 1990.

Segundo Gabriel Onofre (2014) as visitas de Friedrich Hayek foram propositivas desde o início (primeira visita em novembro de 1977) e pretendiam influenciar desde o processo de abertura política até a reformulação do Estado brasileiro. O falso consenso foi logo superado pelos liberais, pois para eles, influenciados pelas ideias do pensador austríaco, não existia nenhuma diferença entre a ditadura declarada ou o comunismo, já que ambos eram expressões do mesmo processo, o intervencionismo estatal.

Muitos setores empresariais, por exemplo, que já vinham se organizando em defesa de propostas de liberalização da economia, viam no economista austríaco uma referência importante para dar credibilidade às críticas à forte presença do Estado na economia e à defesa de políticas de livre-mercado. (ONOFRE, 2014, p.: 204)

Assim, caberia superar a aliança pragmática fechada apenas para a transição e colocar em prática a sua ação política, já que, contraditoriamente, por aqui parecíamos andar na contramão dos países capitalistas ocidentais, pois enquanto eles iniciavam suas reformas e políticas de austeridade, nós começávamos a discutir aquela que seria conhecida na história do país como Constituição Cidadã. Essa contradição seria rapidamente corrigida, já que a constituição brasileira andava no sentido contrário assumido pelo capitalismo mundial, enquanto o restante do mundo pensava em reduzir a assistência social oferecida pelo Estado, a nossa carta magna reconhecía uma série de direitos sociais como direitos fundamentais e, portanto, devendo ser garantido pelo Estado.

Para os liberais a democratização da sociedade brasileira era um processo necessário, já que de acordos com as ideias de Friedrich Hayek (2010), a democracia serviria apenas para garantir que os indivíduos pudessem gozar das suas liberdades individuais de modo radical. Essa ideia não é nova segundo Gabriel Onofre (2014), o autor austríaco resgata os fundamentos teóricos de sua reflexão na obra de um outro liberal muito mais conhecido, John Locke. As reflexões de Locke, pensador contratualista e jusnaturalista que fundamenta o Estado moderno como um governo civil, partem do fundamento de que o Estado é necessário para garantir que os indivíduos possam gozar, na vida social, dos mesmos direitos naturais e fundamentais que ele portava no meio natural, ou seja, os direitos à vida, à liberdade e à propriedade.

Para Hayek, a democracia não devia ser entendida como um fim em si mesma, mas um meio para a proteção da liberdade individual. Assim, ao abordar os problemas das democracias ocidentais, aponta que o problema está no tipo de democracia que se consolidou nos países desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos. Para ele, democracia é um conceito político e não econômico, um procedimento de governo que permite que se adotem decisões políticas, não havendo

oportunidade ou justificativa para a democracia fora do campo político.
(ONOFRE, 2014, p.: 206)

Assim, nas primeiras passagens de Friedrich Hayek por aqui, de acordo com Gabriel Onofre (2014), ele já apontava para essa necessidade, por entender que a falta de democracia era também uma limitação às liberdades e direitos individuais. Entendendo a democracia como um processo normativo com efeitos meramente políticos a função do Estado era garantir que os indivíduos pudessem se lançar no mercado sem nenhuma proteção social. Essa perspectiva toma conta do movimento Liberal organizado no Brasil e as instituições que apontam nessa direção começam a atuar na formação de quadros políticos capazes para dar prosseguimento às mudanças necessárias que o Estado deveria passar.

Dentre as instituições que surgem nesse período podemos encontrar entidades que atuam na formação de quadros políticos liberais até hoje, inclusive que tem relação próxima como o MBL, como é o caso do Instituto Liberal (1983), mas também temos o Instituto de Estudos Empresariais (1984) ou os partidos de corte declaradamente liberal como era o caso do Partido da Frente Liberal (1985) que mais tarde, no alvorecer do século XXI, vai se transmutar em Democratas, e do Partido da Social Democracia Brasileira (1988), que social democrata só tinha o nome, que vai abrigar quadros políticos importantes como Fernando Henrique Cardoso.

Os anos de 1990 se iniciam e para muitos intelectuais a situação por aqui piora, pois, as reformas de caráter neoliberal começam a sair do papel sem que na outra ponta os trabalhadores estivessem organizados para barrá-las. A sociedade civil que conhecíamos, que se manifestava em uma relação de contrários, o lugar em que o embate político acontecia, que possuía força determinativa sobre as ações políticas e sociais do Estado dão lugar para uma outra forma de sociedade civil que se movia de modo apartado da política e a única relação que buscava estabelecer com o Estado era o financiamento de seus projetos assistenciais (ARANTES, 2004). Os movimentos sociais como a sociedade brasileira conheceu nos anos de 1980 entraram em crise (GOHN, 1997), abrindo espaço para uma militância profissionalizada que percebia na atuação social uma forma, segundo eles, mais efetiva de melhorar a vida seja deles mesmo ou do público que eles se propunham a assistir (ARANTES, 2004).

A ideia de que seria possível produzir um regime de assistência apartada do Estado, mas financiado por ele ganha força. Surfando nessa maré, uma série de valores começam a se capilarizar pela sociedade brasileira, fazendo com que o conflito político fosse visto como algo negativo, devendo ser progressivamente superado pelo cooperativismo. Colocando os antigos adversários da teoria clássica marxista para cerrar fileiras de uma suposta guerra comum, a superação coletiva dos problemas que assolam a sociedade brasileira (ARANTES, 2004).

Assim cada um deveria dar a sua cota de contribuição para que o país pudesse continuar caminhando. Se por um lado os empresários nacionais, do setor produtivo ou do sistema financeiro, assumiram a responsabilidade de continuar produzindo em volumes cada vez maiores participando ativamente do mercado mundial, produzindo lucro e tendo o Estado como seu mascote exclusivo, por outro, caberia aos indivíduos que vivem de seu próprio trabalho o sacrifício de entender que o bolo precisava crescer para ser dividido e se o Estado estava envidado, caberia ao indivíduo garantir sua existência por seus próprios meios, lançando-se no mercado de forma livre e empreendedora.

A fórmula mágica da “organização social” designa um curioso espécime da zoologia fantástica gerencial, algo como uma ONG clonada nas encubadeiras do Estado, uma sorte de ONG espelho da similar produzida por geração espontânea no seio generoso da sociedade dita atualmente civil. Mais exatamente, segundo a nomenclatura oficial, organizações sociais resultam da transformação dos serviços públicos em entidades públicas de direito privado que celebram com o Estado um contrato de gestão, cujas atividades são controladas de forma mista pelo Estado (financiamento parcial pelo orçamento público, poder de veto e cooptação nos conselhos de administração) e pelo Mercado (cobrança de serviços prestados pela mão invisível da concorrência entre entidades). Essa metamorfose, e correspondente simbiose entre poder e dinheiro deu-se o nome de “publicização” - outra palavra vitimada pela implosão semântica do léxico dos “direitos da cidadania” (ARANTES, 2004. p.171)

Além disso, nesse novo espaço colaborativo ocupado pelas ONGs o dinheiro público capitalizava todo tipo de mazela, transformando os problemas sociais em um mercado de alta rentabilidade que era abastecido como o dinheiro legal que vinha do Estado. A estratégia resolve simultaneamente dois problemas, primeiro cria um nicho de mercado a ser explorado em um momento de baixa rentabilidade do capital (início dos anos de 1990), segundo, direciona os recursos públicos à empresas privadas para que elas fizessem o trabalho que o Estado era incapaz de fazer, garantir assistência apenas aqueles que necessitam de assistência, tirando do foco da assistência todos aqueles que conseguiriam a satisfazer suas necessidades por seus próprios meios. Portanto, a terceirização das funções sociais do Estado está dentro do pacote de diminuição do seu tamanho, haja vista que mesmo mantendo parte do regime de assistências via esfera privada a ideia é eliminar do interior do Estado o que o torna um espaço conflituoso, ou seja, a política.

Essa tendência liberal que toma conta da sociedade civil, entendendo a sociedade civil como um espaço colaborativo e não da forma como a esquerda costuma tratar, enquanto lugar privilegiado de realização da política, não é coincidência se considerarmos que, ao passo que o Estado brasileiro começava a ser reformado, paralelamente uma série de entidades se comprometeram em formar quadros políticos liberais para dar continuidade ao processo de reforma.

3.3 - Think Tank: a forma MBL de ser.

De fato, o Movimento Brasil Livre não se comporta da mesma forma que as organizações políticas definidas por Maria da Glória Gohn (1997) ou Eder Sader (2001), mas também, mesmo sendo registrada no cadastro nacional de pessoa jurídica e se autodenominando como uma OSCIP, o movimento transcende o significado dados às ONGs no decorrer dos anos de 1990 e nos anos 2000. Isso pelo simples fato de não se tratar de uma organização de caráter assistencial, negando a todo momento qualquer tipo

de vinculação orçamentária que tenha o Estado como fonte de financiamento. Mas se o MBL não é um movimento como aqueles que nascem nos anos de 1980 e nem uma ONG, no sentido radical do termo, o que então ele é?

Para tentar responder essa pergunta nos dedicamos a pensar um novo tipo de organização que, na era da internet, de terceira revolução técnico-científico-informacional ou mesmo da revolução 4.0, ganha capilaridade social, ampliando seu potencial de influência e formação de novos indivíduos e grupos que irão compor seus quadros no futuro, em outras palavras, a nossa intenção é pensar e apresentar o MBL dentro de um rizoma de instituições de caráter liberal que se expandiu nos últimos anos do século XX, no Brasil, mas que assume seu ápice político e organizacional na contemporaneidade, os chamados think tanks.

(...) são organizações que produzem recomendações para governos e para a sociedade em geral, dando instrumentalização técnico-política para decisões em diversas áreas de políticas públicas, como educação, saúde, segurança, gestão, meio ambiente, relações internacionais etc. Os think tanks também engajam-se em defesa ativa de políticas públicas (policy advocacy) e de denúncia de problemas públicos (problem advocacy). (SECCHI e ITO, 2016; p. 335)

Reforçando o sentido da citação, de acordo com a matéria “O que significa um Think Tank no Brasil de hoje³³”, produzida e publicada pelo Instituto Millenium em julho de 2009, o conceito de think tank faz referência a “uma instituição dedicada a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos vitais – sejam eles políticos, econômicos ou científicos”. Essa produção e difusão de conhecimento leva em conta evidentemente às suas visões de realidade, significando que quando tratamos essas organizações de modo mais geral, a grande preocupação que elas possuem é de formar especificamente seus quadros, mas ao mesmo tempo produzir um conceito e narrativa acerca da realidade brasileira atual.

Essa produção de conceito acerca da realidade política e social brasileira vem carregada de uma série inumerável de princípios e valores que orientam a prática de cada uma dessas organizações. O que significa que cada uma delas vai ter uma leitura diferente sobre o sentido e abrangência da cobertura das políticas públicas produzidas pelo Estado. O que nos leva a crer que tudo vai depender dos princípios que orientam sua leitura, já que se a perspectiva liberal é assumida como fundamento, tudo ou quase tudo produzido por elas apontam para a redução do tamanho do Estado e necessariamente para as limitações na abrangência da sua cobertura. Considerando que esses centros de produção de narrativa estão intimamente ligados a outras organizações de natureza político-administrativa, como partidos e entidades patronais, existe uma possibilidade muito grande de que suas orientações sejam convertidas em processos de reforma do Estado, ou ao menos produzam uma leitura que aponte nessa direção.

É importante salientar que o MBL não estava entre os principais think tanks liberais que se movimentam no país, segundo a matéria publicada no Boletim da Liberdade, intitulada “Conheça os think tanks liberais mais influentes na internet em

³³ Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>

novembro de 2016³⁴”. A pesquisa realizada pelo Boletim da liberdade levava em consideração a quantidade de acessos e fãs que eles tinham tanto em seus sites oficiais quanto em suas páginas de facebook. No ranking produzido por eles apareciam os principais centros de produção e difusão do pensamento liberal no país, sendo liderado pelo Instituto Liberal de São Paulo, acompanhado do Instituto Von Mises Brasil, Portal Libertarianismo, Instituto Liberal, Instituto Mercado Popular, Instituto Millenium e, fechando a lista, o Instituto Atlantos.

O grupo surgiu em maio de 2014, quando dois jovens filiados ao PSDB decidiram criar um movimento para renovar a política de sua cidade — Vinhedo, no interior de São Paulo. O lançamento, na praça central, foi um fracasso retumbante. Não reuniu mais que uns poucos gatos pingados. Mas um dos jovens, Renan Santos, então com 30 anos, resolveu ir adiante. Montou uma página no Facebook e começou a abastecê-la com alvo certo: críticas ao PT. Com a ajuda de amigos publicitários e youtubers — entre eles Kataguirí —, passou a produzir em escala industrial memes com potencial de viralização. Seis meses depois, estava na Avenida Paulista, no coração de São Paulo, liderando manifestações em favor do impeachment de Dilma Rousseff. Hoje o grupo reúne mais de 2,6 milhões de seguidores nas redes. (GONÇALVES, 2018)³⁵

Se a pesquisa de novembro de 2016 fosse realizada hoje certamente o quadro mudaria, já que em artigo assinado Eduardo Gonçalves, publicado no dia 24 de março de 2018, na seção de política da versão digital da Revista Veja, intitulado “As táticas e os truques do MBL”, o autor nos mostra que o crescimento da influência do movimento no ambiente virtual foi meteórico, saltando de alguns “gatos pingados” no final de 2014 para mais de 2 milhões e meio de seguidores em março de 2018. Um detalhe importante é que no ranking produzido pelo Boletim da Liberdade que apresentava o Instituto Liberal de São Paulo como sendo o think tank de caráter liberal com o maior número de seguidores, alcançando aproximadamente 1 milhão e meio de acessos, o MBL teria mais ou menos 1 milhão de seguidores a mais.

De fato, essa relação necessita de cuidados, por se tratarem de levantamentos feitos com organizações diferentes em período também diferente, mas certamente nos faz pensar que para uma organização que nem aparecia no ranking o seu crescimento, em um curto espaço de tempo, foi avassalador. Esse crescimento precisa ser considerado, já que que aumentando o número de seguidores a sua capacidade de difusão de teorias e ideologias é altamente potencializada. Se uma das funções dos think tanks consiste na sua capacidade de difundir e produzir teorias e discursos é evidente que agora nós começamos a encontrar uma classificação mais próxima do que o MBL, de fato, é. É importante observar que na ocasião da sua criação parecia ficar claro o que eles não queriam parecer, ou seja, eles poderiam ser qualquer coisa menos aquilo que eles pretendiam combater nas ruas e nas redes sociais, os partidos políticos. O que não significa dizer que eles não pretendessem se tornar no futuro. Isso fica claro, na imagem abaixo que vem junto com

³⁴ Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2016/12/08/conheca-os-think-tanks-liberais-mais-influentes-na-internet-em-novembro/>

³⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/as-taticas-e-os-truques-do-mbl/>. Publicado em 24 de março de 2018.

o texto elaborado pelo Instituto de Estudos Empresariais, mais um dos think tanks de natureza liberal.

Imagem 20: Direita liberal não partidária.



Fonte: Instituto de Estudos Empresariais (maio/ junho de 2015)³⁶

Embora ele não seja um produtor de teoria ou de um conhecimento qualificado e profundo acerca dos problemas que envolvem o cotidiano da sociedade brasileira, ele lança todo dia uma problemática nova com questões que fazem parte da ordem do dia, levando uma fração da sociedade, composta ou não por seus seguidores, a pensar no que está sendo colocado e debater, cada um a partir de seu ponto referencial. Além disso, o fato de não produzir pesquisa qualificada sobre a realidade brasileira não o desqualifica nem o distancia desse conceito, já que ele está ligado a uma frente com capilaridade nacional e internacional que produz conhecimento qualificado de orientação liberal para influenciar o fluxo das políticas públicas em esfera global.

3.4 – As frentes de Atuação do MBL.

Como resultado do Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre ocorrido em novembro de 2015, o movimento tirou supostamente das discussões com os membros que o compõe um caderno de propostas, que estabelecia as frentes de atuação do movimento. Assim, por se tratar de um movimento que, naquela ocasião, congregava uma maioria composta por jovens estudantes de classe média, o primeiro eixo do documento trata das questões e propostas da entidade para o campo da educação.

³⁶ Disponível em: <http://iee.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Maio-Junho-2015-Voto-Pol%C3%ADtica-Cultura-e-Neg%C3%B3cios-120-pg-51-Especial.jpg>

3.4.1 – Educação.

Por entender que seria impossível pensar uma plataforma educacional que estivesse em desacordo com projetos políticos mais amplos percebemos que aquilo que já observávamos a olho nu, ficava mais evidente a medida que tínhamos contato com um dos poucos documentos oficiais produzido pelo movimento, a orientação liberal ortodoxa se revelava em cada uma das propostas, apontando sempre para um processo necessário, segundo eles de redução do tamanho da assistência do Estado para garantir competitividade e, ainda segundo eles, preços mais justo para o mercado, mas também a redução da barganha das classes populares e seus movimentos na direção da garantia e consolidação das políticas sociais públicas.

Para garantir sucesso a esses projetos as instituições públicas precisariam ser reformadas. Para tanto, a ideia inicial era mostrar a ineficiência do Estado em administrar conflitos e a inadequação e desalinhamento dessas entidades como os supostos princípios e valores da sociedade brasileira em geral. O ataque inicial mais forte acontece ao longo do primeiro ano de existência do MBL, quando o movimento de ocupação estudantil começa a atuar em 2016.

Imagem 21: Ocupações estudantis.



Fonte: MBL Instagram (7/11/2016)³⁷

³⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BMhXJEPjL9M/>

Cumprindo o papel central de think tanks que se preze caberia ao MBL formar uma opinião pública contrária ao movimento de ocupações estudantis, colocando-se no polo oposto às suas reivindicações, sobretudo por entender que essas reivindicações já haviam superado o plano das mudanças restritas ao espaço exclusivo da escola e começava a pensar a atuar em um plano nacional, posicionando-se no lado oposto ao defendido tanto pelo governo do Estado de São Paulo quanto no defendido pelas reformas estruturais apontadas pelo presidente Michel Temer. Se inicialmente a ideia era reivindicar uma discussão mais ampla sobre a reorganização das turmas e o fechamento de algumas unidades escolares em São Paulo, logo o movimento se espalha pelo Brasil assumindo posição em Goiás contra a militarização das escolas estaduais e no Rio de Janeiro contra o pacote de maldades do governo de Michel Temer, que era composto pela reforma trabalhista, pela redução dos gastos públicos e pela reforma do ensino médio.

A resistência do movimento de estudantes secundaristas logo chega às universidades públicas e a percepção de que o movimento começava a ganhar força incomodava os integrantes dessa frente liberal de que o MBL fazia parte, já que se as mobilizações extravasassem para fora das escolas e universidades e conquistassem mais adesão e apoio popular poderiam polarizar com as forças liberais e potencialmente atrasar a realização das reformas a tanto tempo esperadas pelo mercado. No corpo do documento é possível encontrar a defesa explícita de medidas que favorecem diretamente ao mercado educacional, são elas: a) Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil; b) Redução de impostos das escolas privadas; c) Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas; d) Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações; e) Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas (MBL, 2015; p. 01).

Nas propostas acima percebe-se claramente que o existe uma orientação do MBL para o favorecimento à iniciativa privada. Podemos notar que as defesas giram em torno da expansão do financiamento público para instituições privadas de ensino, seja ampliando a cobertura de programas como o Universidade para Todos (PROUNI), seja garantindo incentivos fiscais com a redução direta de impostos para o setor. Mas as propostas não param por aí, já que além de garantir incentivos fiscais caberia ao Estado facilitar e induzir novas instituições a atuarem no mercado da educação, mesmo que elas não sejam especializadas nesse setor, pois com a proposta de terceirização da gestão qualquer empresa do setor estaria apta a atuar no campo educacional, com o intuito de garantir maior competitividade no setor tanto das escolas privadas entre si, quanto entre as escolas públicas e privadas.

Além dessas medidas existem outras que tratam a escola como um espaço privilegiado de difusão e cristalização de ideologias de esquerda, que, segundo o movimento atentam contra os valores da família e da sociedade brasileira em geral. Por sua potencialidade esse espaço deveria ser regulado de fora para dentro afim de garantir que a escola cumpra um papel restrito de formar o indivíduo para a vida produtiva. Dentre as defesas de caráter explicitamente ideológicos estão: a) Legalização do homeschooling; b) Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais; c) Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar (MBL, 2015; p. 01).

O combate às supostas ideologias de esquerda não se restringe à educação básica, mas se amplia para o ensino superior. A preocupação mais evidente aponta para a

necessidade de reconhecimento e incentivo às pesquisas realizadas fora das universidades públicas e dos centros de produção do conhecimento ligados diretamente aos estados. A proposta de diminuição das burocracias para o registro de patentes tem por finalidade exclusiva garantir que o mercado seja favorecido e acumule capital pela produção do conhecimento científico e tecnológico. Na mesma direção, a defesa de que o Estado deve “facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica” (MBL, 2015; p. 01), sugere que além de financiar pesquisas realizadas por empresas privadas o Estado ainda deveria facilitar o registro de patentes, retirando esse conhecimento daqueles que são produzidos e servem ao domínio público.

Para facilitar a adesão da sociedade às propostas defendidas pelo movimento era necessário produzir uma imagem das instituições públicas de educação superior que a sociedade tivesse a necessidade de mudar, seja por serem tratadas como instituições improdutivas seja por se comportarem em desacordo com os valores morais e éticos de conhecimento geral. Além disso, a baixa produtividade estaria ligada ao desvio na formação que as universidades direcionam aos estudantes, pois ao invés de garantir formação técnica voltada para o trabalho estariam formando militantes de esquerda, comunistas ou socialistas.

Imagem 22: Universidades Públicas.



Fonte: MBL oficial instagram (30/08/2017)³⁸

³⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BYbf2BGFZdm/>

Cabe destacar que as demandas levantadas pelo MBL contemplam outros movimentos de natureza liberal, entre eles o próprio Movimento Escola Sem Partido, já que tomam como fundamento os mesmos princípios na hora de elaborar sua crítica acerca da educação pública tanto na educação básica quanto na educação superior. Em maio de 2019 o Movimento Escola Sem Partido faz uma publicação em sua página oficial do Facebook tratando a universidade da mesma forma como foi abordada pelo MBL. A ideia era produzir um olhar acerca da universidade pública que a coloque na contramão daquilo que a sociedade espera dela abrindo espaço para aprofundar o processo de desmonte. É importante salientar que essa publicação acontece exatamente no momento em que o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro começa a contingenciar os recursos destinados ao ensino superior nacional.

Imagem 23: Universidade – Escola Sem Partido.



Fonte: Escola Sem Partido (16/05/2019)³⁹

3.4.2 – Saúde.

No que se referem às áreas estratégicas a educação não é a única que vai sofrer com os ataques do mercado organizados pelo Movimento Brasil Livre. O Sistema Único

³⁹ Disponível em:

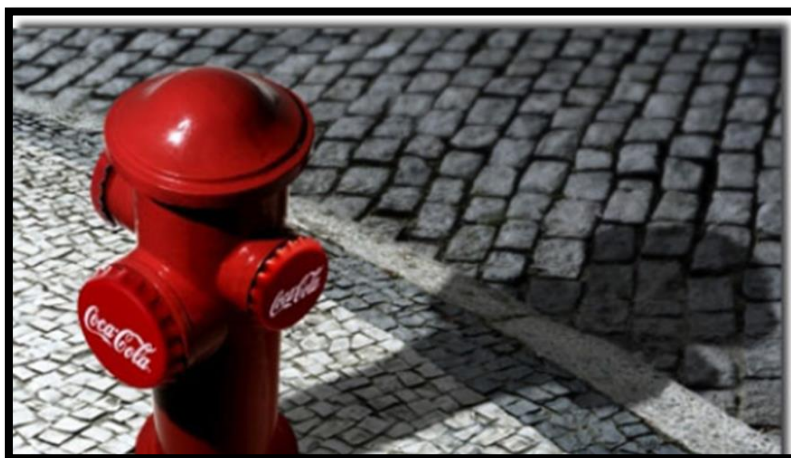
<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191/1308629069288081/?type=3&theater>

de Saúde (SUS) também vai ter que sobreviver a ofensiva cotidiana do mercado. Sendo uma área com alto potencial de rentabilidade, a saúde pública também vai fazer parte das demandas levantadas pelo movimento. Seguindo a lógica privatizante com que eles abordaram a questão educacional, as demandas levantadas pelo MBL para o setor de saúde vão priorizar o desmonte do regime de assistência à saúde propondo mudança na direção do que eles acreditam ser a melhor opção para o mercado, já que a competitividade garantiria, segundo eles, qualidade e preço justo. Apontam a necessidade de desburocratização: a) de operadoras de planos de saúde; b) da importação e extinção de todos os tributos que incidam sobre medicamentos, aparelhos e materiais médicos; c) do processo de legalização de produtos médicos junto ao Governo (MBL, 2015; p. 02).

Além de desburocratizar caberia ao Estado garantir uma série de incentivos fiscais tanto para empresas de capital nacional quanto para a entrada das transnacionais no mercado hospitalar nacional. Esses incentivos fiscais para os empresários do setor não se resumem apenas à redução de tributos, mas também à extinção total deles como pode ser visto no texto original do próprio movimento: a) Extinção de tributos que incidam sobre o sistema de saúde, incluindo medicamentos, aparelhos e materiais médicos, inclusive os importados; b) Incentivo tributário a empresas que ofereçam planos de saúde a seus funcionários; c) Concessão de benefício tributário a empresas e indivíduos que auxiliem no custeio de hospitais, clínicas e laboratórios de análise.

O que tem de mais grave é que a medida em que indica a necessidade de desburocratizar e fornecer incentivos fiscais ao setor privado que atua na área de saúde, o MBL propõe um processo de privatização progressiva do próprio SUS (Sistema Único de Saúde), nessa direção ele aponta duas medidas que julga ser necessário para modernizar o sistema: a) Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um; b) Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras. A primeira propõe uma mudança substancial na direção da redução da assistência garantida pelo Estado, seguindo a lógica neoliberal caberia assistir apenas aqueles que não consegue dar conta de suas necessidades pelos seus próprios meios (STREECK, 2012).

Imagem 24: Privatiza tudo Instituto Von Mises Brasil.



Fonte: Instituto Von Mises Brasil (09/10/2013)⁴⁰

⁴⁰ Disponível em: <https://www.mises.org.br/BlogPost.aspx?id=1708>

Feito isso, ao Estado restaria se retirar e induzir a competitividade entre empresas nacionais e transnacionais, sem limitações a sua atuação. Essa orientação em privatizar áreas estratégicas até então entendidas como sendo responsabilidade exclusiva do Estado assume força na onda da palavra de ordem, “Privatiza Tudo” compartilhada pelo MBL e seus aliados ideológicos. O instituto Von Mises Brasil lança a palavra de ordem em outubro de 2013, defendendo a necessidade de abrir o mercado nacional às transnacionais para atuar em todos os setores entre eles a saúde pública. A partir de 2017 o MBL toma para si a palavra de ordem e a utiliza para se referir à necessidade de privatização de todos os serviços oferecidos pelo Estado.

Imagem 25: Privatiza tudo MBL.



Fonte: MBL oficial instagram (18/02/ 2019)⁴¹

A imagem acima aborda a privatização de uma área estratégica específica, referindo-se ao sistema de transporte aeroviário, mas a perspectiva se estende para outras áreas deste mesmo setor, como é o caso do metro do Estado de São Paulo e dos Correios que são os principais alvos de postagens do MBL. No entanto, a partir do documento base, onde estão contidas as propostas tiradas no Primeiro Congresso Nacional e citadas a cima, percebe-se uma orientação geral para a garantia facilitação da entrada de empresas nacionais e transnacionais tanto no setor de educação quanto no setor de saúde. A

⁴¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BuBtwiAnObs/>. Cabe destacar que essa imagem teve aproximadamente 48.700 curtidas.

convergência do discurso produzido e difundido pelas imagens publicadas pelo MBL e pelo Instituto Von Mises Brasil demonstra que existe uma ação articulada dos setores liberais da classe dominante nacional com os interesses comerciais desse mesmo setor no restante do mundo. Essa constatação se confirma pelo fato de que o Instituto Von Mises Brasil está vinculado à Rede Liberdade⁴² onde se encontram entidades com atuação mundial, como é o caso dos Students for Liberty.

3.4.3 – Sustentabilidade.

Imagem 26: Agrotóxicos salvam vidas.



Fonte: MBL facebook (05/07/2018)⁴³

Ainda na lógica do privatiza tudo, o MBL lança uma campanha nas redes sociais em meados de 2018 para defender a liberação irrestrita dos agrotóxicos no país. Para tanto, arma uma ofensiva à produção de alimentos orgânicos, mostrando segundo eles, que essa produção se sustentaria em 5 (cinco) mitos, como mostra a figura cima. A ideia era desqualificar a produção de orgânicos e colocar para o público a necessidade de uso geral de defensivos agrícolas, pois seriam eles a única esperança de acabar com a fome no mundo.

⁴² Disponível em: <https://www.redeliberdade.org/>

⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/1007213466069463/?type=3&theater>

O vídeo publicado na plataforma Youtube em 19 de janeiro de 2018, intitulado “Agrotóxicos salvam vidas⁴⁴”, foi produzido pelo MBL para fazer a defesa explícita do uso de agrotóxicos na produção de alimentos. Percebe-se que a ideia central consiste em estabelecer uma polarização política e ideológica entre aqueles que apoiam ou não o uso dos defensivos no campo. Ao lado dos que defendem estariam os donos de agroindústrias e no outro polo personalidades e entidades que, segundo eles, estariam ligadas às lutas e ao pensamento de esquerda. Cabe destacar que o MBL se antecipa e sedimenta o terreno ao que viria a se concretizar durante os primeiros meses do governo do presidente Jair Bolsonaro, declaradamente liberal e conservador, quando, em apenas 6 meses de governo, foram liberados 239 novos tipos de agrotóxicos⁴⁵, como nos mostra Johanns Eller (2019), em reportagem de junho de 2019, atendendo principalmente às orientações do ministério da agricultura e respondendo ao Lobby feito pela bancada ruralista no congresso nacional.

Embora essa defesa não apareça no documento que emerge do primeiro congresso quando trata da temática da sustentabilidade, a linha de ação segue sempre na mesma direção apontando para o mercado como lugar da virtude política, administrativa e produtiva, seguindo na linha da teoria liberal. Quando propõe “privatizar ou transformar em PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios” (MBL, 2015; p.03), aponta para a criação de um nicho de mercado com alta rentabilidade, já que além do serviço de esgoto ficariam a cargo das empresas controlar, fiscalizar e cobrar pelo fornecimento de água potável.

Além disso, caberia ao Estado financiar, conceder incentivos fiscais e certificar as empresas que se adequem à cartilha a sustentabilidade defendida pelo movimento, como mostra o trecho do próprio documento:

Incentivos fiscais para atração de indústrias ecoeficientes, como para empresas e industriais fabricantes de tecnologia limpa; Criação de selo estatal para empresas que cumpram com os requisitos do tripé da sustentabilidade (viabilidade econômica, preocupação social e preservação ambiental) (MBL, 2015; p.03)

Cabe destacar que o movimento traz algumas preocupações que, se não tivessem alinhadas intimamente com a necessidade e compromisso com a expansão da atuação do mercado, poderiam produzir melhorias à qualidade vida das pessoas. As duas mais significativas são:

Projeto propõe a substituição gradual (conforme poder econômico do município), das lâmpadas convencionais em órgão públicos, praças e vias públicas, para as lâmpadas de LED. Implementação de projetos visando a utilização de água reciclada para limpeza urbana, rega de plantas, obras e demais atividades que não exigem água potável. (MBL, 2015; p. 03)

A primeira auxiliaria na redução do gasto público com esse tipo de despesa, podendo reverter esse recurso para outros setores, enquanto a segunda, aborda um

⁴⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-2kWYwzHM98>

⁴⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-federal-libera-mais-42-agrotoxicos-no-brasil-amplia-recorde-desde-posse-de-bolsonaro-23760869>

problema latente para a sociedade contemporânea que diz respeito à utilização da água potável de modo mais eficiente e consciente.

3.4.4 - Reforma Política.

Curiosamente o MBL ao tratar da reforma política não restringe suas reflexões a alterações meramente normativas que dizem respeito à atuação do político profissional, mas estende o sentido da reforma, evidenciando, segundo ele, pontos que fazem parte da execução e realização da política em seu sentido supostamente mais amplo. De fato, a maioria das proposições oriundas do primeiro congresso vai se resumir a medidas que tem a função de potencializar a atuação do Estado e sua inclinação à perspectiva liberal.

Das propostas levantadas pelo MBL para reformar a política nacional as duas que mais nos surpreendem estão relacionadas a atuação política fora da estrutura política do Estado. A primeira faz referência à necessidade de acabar com o alistamento militar obrigatório (MBL, 2015) associando necessariamente essa medida ao conjunto de liberdades individuais que deveriam ser garantidas pelo Estado. Nas entrelinhas é possível pensar que essa orientação aponta para os princípios fundamentais à vida, à liberdade e à propriedade privada defendidos por Friedrich Hayek (2010), mas também por outros liberais de maior estirpe como é o caso de John Locke (2018) . Assim, estaria implícita a garantia da liberdade de escolha em alistar-se ou não.

Imagem 27: Lei Rouanet.



Fonte: MBL Facebook (03/09/2018)⁴⁶

⁴⁶ Disponível em:

<https://web.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/1095539113903564/?type=3&theater>

A segunda proposição do MBL relativo à reforma política para além da sua realização no cotidiano do funcionamento do Estado, coloca a revogação da Lei Rouanet, que trata exclusivamente de incentivo à cultura, como uma condição para reformar o cenário político brasileiro (MBL, 2015). Essa proposição faz parte de uma da ideia de guerra cultural travada contra uma arte de vanguarda, segundo ele relacionada às ideias de esquerda, que não teria outro objetivo a não ser disseminar e servir de instrumento de propaganda para essas forças políticas. Tal disseminação capilarizaria um modo de vida permissivo e em descompasso com os valores defendidos pela família tradicional brasileira.

O episódio mais emblemático de posicionamento conservador do movimento em relação à Lei Rouanet acontece durante a exposição Queermuseu em Porto Alegre em setembro de 2017. As acusações eram inúmeras e os movimentos de natureza mais conservadora se aproveitaram do momento para ganhar os holofotes e conquistar alguns segundos de fama na mídia nacional. Segundo o texto publicado na revista Época em 15 de setembro de 2017, intitulado “Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu⁴⁷”, escrito por Flavia Tavares e Daniele Amorim (2017), a exposição Queermuseu, foi acusada de atacar o cristianismo, a família brasileira e de induzir à prática de pedofilia. Aproveitando-se do momento de comoção nacional, o MBL, lança uma campanha nas redes sociais para acabar com o incentivo financeiro estatal para esse tipo de arte. Nessa perspectiva, a ideia central seria atacar a Lei Rouanet e acabar de vez com a propaganda favorável ao marxismo cultural.

Para a maior parte das pessoas essa tomada de postura que articula liberalismo econômico com conservadorismo nos costumes se apresenta como uma contradição, já que uma coisa deveria necessariamente anular a outra. Mas isso só se apresenta como armadilha para aqueles que esperam ver no liberalismo defendido pelo MBL os traços originais do liberalismo clássico. A versão do liberalismo produzida pelos autores da escola austríaca, especialmente naquela produzida por Friedrich Hayek (2010), existe uma composição orgânica entre as duas coisas, já que sua versão do liberalismo só se sustenta com a afirmação da perspectiva dogmática, pautada no cristianismo protestante, de que a salvação e o sucesso do mercado são conquistas individuais. Esse caráter religioso que sustenta um dos principais argumentos da teoria liberal contemporânea abre caminho para a defesa propositiva de outros dogmas religiosos de acordo com o que lhe seja conveniente defender. Assim, é perfeitamente possível que mesmo se mostrando uma organização política que sustenta o liberalismo econômico como forma de ação as suas defesas se aproximem de um campo mais conservador para alcançar seus objetivos políticos e econômicos.

Se para a sociedade a crítica conservadora do movimento se apresenta como estrutura nevrálgica que sustenta o seu projeto político, os pontos defendidos no caderno do movimento parecem dar destaque mais efetivo a uma mudança estrutural na forma de organizar a política institucional, já que quando se refere ao fim do fundo eleitoral, à possibilidade de candidaturas independentes, isto é, sem a necessidade de estar vinculados a um partido político, o fim do voto obrigatório, a diminuição do número total de deputados federais, estão defendendo um desmonte da estrutura política institucional brasileira.

⁴⁷ Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>

Imagem 28: Fundo Eleitoral.

Fonte: MBL facebook (10/08/2017)⁴⁸

Em primeiro lugar, a ideia de que o fundo eleitoral onera o Estado serve de argumento para admitir de forma extensiva o financiamento privado das campanhas políticas, aumentando ainda mais a influência de organizações financeiras e empresarias sobre as decisões tomadas pelo Congresso Nacional, por exemplo, facilitando, ou melhor, normatizando a prática do lobby, considerando que nenhum investidor colocaria seus recursos em uma candidatura sem esperar dela retorno na forma de projetos de lei. Lembrando que o lobby não é uma prática incomum na política institucional brasileira, pois segundo Wagner Pralon Mancuso (2007), o número de projetos de lei propostos pelo congresso, ou mesmo pelo próprio executivo, que favoreciam a um grupo ou segmento específico da produção aumentou gradualmente entre o início dos anos de 1990 e o governo do presidente Lula.

Soma-se a isso o fato de que a possibilidade de candidaturas independentes aumentaria ainda mais a crise de representatividade denunciada pelo professor Francisco de Oliveira (2007), deixando o cenário político ainda mais indeterminado, já que essas candidaturas individuais romperiam de forma ainda mais drástica com a linha entre interesses, classes sociais e representação política que na contemporaneidade já se apresenta como um problema político institucional real, a ser aprofundado tanto com a diminuição do número de representantes eleitos para dar conta da diversidade política, cultural, de gênero, de crença, de ideologia que marca a sociedade brasileira quanto pelo fim do voto obrigatório que tira da maior parte dos indivíduos o único espaço de participação efetiva da vida política institucional do país.

⁴⁸ Disponível em:

<https://web.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/655932904530856/?type=3&theater>

3.4.5 – Economia.

Se nos subtítulos anteriores o slogan “privatiza tudo” aparecia mergulhado nas entrelinhas do texto, no que se refere às proposições econômicas do MBL o documento assume uma postura mais incisiva. O princípio básico do liberalismo de não intervenção do Estado nas relações econômicas aparece mais destacado e talvez seja a parte do documento base do MBL com maior número de sugestões de alteração, chegando a um total de 22 propostas de mudança.

Imagem 29: Medidas econômicas para a redução de preços dos combustíveis.



Fonte: MBL facebook. (24/05/2018)⁴⁹

A maior parte das propostas aponta para a diminuição da atuação econômica do Estado. Isso fica bastante evidente na abertura do eixo em que coloca como meta de controle do orçamento público a aplicação da lei de responsabilidade fiscal em todas as esferas da federação. Seguindo na mesma direção vem as propostas de privatização dos bancos públicos e uma suposta política de transparência que exponha todo regime de assistência realizados por todas as esferas de governo. Para os desavisados tudo pode

⁴⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/952205228236954/?type=1&theater>.
Essa imagem foi compartilhada aproximadamente 1300 vezes.

parecer perfeito, já que teriam a função social de controlar os gastos públicos. Mas a partir de uma leitura mais concentrada percebemos que a funcionalidade dessas proposições é limitar o tamanho do Estado e reduzir seu regime de assistência social, pois lembrando que a lei de responsabilidade fiscal ataca frontalmente os gastos com a contratação de pessoal pela via de concurso público, mas propõem como saída a contratação de empresas terceirizadas para realização de algumas atividades específicas em funções na administração pública. Essa proposição associada aos processos de privatização dos bancos públicos e a criação de um suposto observatório social do regime de assistência faria com que a assistência social passasse por um profundo processo de reformulação, já que programas como o FIES (Financiamento Estudantil) ou as políticas de financiamento de imóveis, com juros menos que o do mercado, por exemplo, deixariam de existir com o fim da Caixa Econômica Federal, ou passariam a ser coordenadas por bancos privados conveniados ao governo federal.

O controle do Produto Interno Bruto (PIB) e o controle do orçamento público aparecem ao logo de todo eixo deixando evidente a preocupação e o objetivo de diminuir o tamanho do Estado a qualquer custo. Mas também pode-se perceber que existe uma inclinação radical a ideia de que no seu processo de desmonte ainda caberia ao Estado contribuir com a recuperação econômica do mercado, perdoando dívidas e realizando reforma tributária que priorizasse as necessidades expostas pelo mercado. Na figura acima, que trata da redução do preço dos combustíveis é possível perceber claramente a necessidade de recuperar o mercado evidenciando que essa suposta recuperação está intimamente ligada à redução do tamanho do Estado. Para o movimento tanto no seu texto escrito e expresso para a sociedade na forma de documento formal que regulamenta e orienta sua ação quanto nas imagens que veicula a relação entre recuperação do mercado e diminuição do Estado é diretamente proporcional, assim, segundo eles, as duas coisas precisam acontecer de modo simultâneo.

A associação direta entre os pontos do documento e a imagem acima não se resumem exclusivamente ao socorro ao mercado ou a redução do tamanho, mas evidencia todo conjunto de mudanças que apontam nessa direção, entre elas as mudanças relativas à legislação e organização do trabalho no país. Entre as mudanças na legislação trabalhistas estariam a privatização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a flexibilização total da legislação trabalhista, sugerindo que todo regimento legal acerca das relações de trabalho no país fosse substituído pelos acordos bilaterais entre categorias e seus respectivos empregadores, desaparecendo completamente qualquer tipo de lei geral que verse sobre o tema. Esse recurso teria uma função exclusiva de garantir que as empresas estivessem protegidas de futuras ações trabalhistas, retirando dos trabalhadores todo tipo de poder de barganha e impedindo o Estado de mediar qualquer conflito que no futuro possa existir para proteger o trabalhador.

Cabe destacar, que essa medida e uma série de outras já logrou êxito com a aprovação da reforma trabalhista do governo de Michel Temer, regulamentada pela lei Nº 13.467 de 2017, que, entre outras medidas, acaba com a arrecadação obrigatória do chamado imposto sindical. Essa medida não teria um caráter exclusivamente econômico, sua função era sufocar os sindicatos, tirando deles a sua capacidade de financiar as mobilizações políticas futuras. Nessa direção o ataque não se volta apenas aos direitos conquistados pelos trabalhadores vinculados à iniciativa privada, mas ataca prioritariamente aos funcionários públicos, associando o déficit público aos gastos que o Estado tem para garantir os direitos abusivos portados pelos servidores públicos, associando a ele inclusive o suposto rombo do sistema previdenciário.

A defesa dessas medidas expressas no seu documento base fez com que o Movimento Brasil Livre se aproximasse tanto do governo do presidente Michel Temer quanto da defesa do governo do presidente Jair Bolsonaro, pois o primeiro realizou a reforma trabalhista normatizada pela lei acima e o segundo encampou, desde o período que antecede à campanha eleitoral, a defesa da reforma da previdência buscando equiparar os regimes público e privado.

3.4.6- Justiça.

Como não existe uma argumentação introdutória em nenhum dos eixos defendidos pelo MBL em seu documento base, no início do conjunto de eixos relativos à discussão sobre o sistema de justiça percebemos que quase todas as medidas se direcionam ao sistema penal, apontando uma série de proposições sobre o que, segundo eles, deveria ser feito para que esse suposto sistema pudesse atuar de modo satisfatório. Atuar de modo satisfatório, pelo que percebemos, diz respeito ao aumento das suas capacidades de repressão e punição.

Imagem 30: Kim Kataguiri: justiça e segurança eleições 2018.



Fonte: publicado no Twitter Kim Kataguiri (20/09/2018)⁵⁰

As duas primeiras propostas revelam ao que elas devem defender. Na primeira, o documento aponta a necessidade de adoção de medidas preventivas que contribuam com a diminuição da violência, mas não descarta a utilização ostensiva da força sempre que a ocasião exigir. Além disso, fala em reformulação das instituições de proteção da sociedade, mas não discrimina, o que nos leva a crer que se refere às polícias e aos guardas civis municipais. Nessa direção defende a necessidade de investimento constante nos agentes que atuam nessas frentes em todo país, valorizando sua atuação.

⁵⁰ Disponível em: <https://twitter.com/kimkat/status/1046747268035031040>

O segundo ponto segue na mesma direção, mas radicaliza na percepção que o movimento tem da política de segurança pública, já que defendem abertamente a utilização de armas sem calibre definido previamente. O que significa que as polícias espalhadas pelo Brasil teriam autonomia para utilizar o armamento que fosse necessário para executar a sua missão diária de proteger a sociedade, incluindo armas de grosso calibre como os fuzis 7.62 (Fal ou AK-47) e 5.56 (M-16, AR -15) que já são usados cotidianamente pela maior parte das polícias atuante no país, a exemplo, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

A defesa escancarada dessas propostas pelo movimento ganha eco nas aparições públicas de suas lideranças nacionais. A imagem acima demonstra o nível de coerência interna de seus membros, considerando que na campanha para deputado federal no ano de 2018, Kim Katagiri, diretor nacional e um dos fundadores do MBL, aponta um pacote de propostas para a segurança pública que materializava os pontos defendidos no documento de 2015 para a área. Pois a medida em que avançamos na leitura do texto percebemos que mesmo quando se trata de uma temática em que o Estado deveria assumir protagonismo, já que caberia a ele a responsabilidade exclusiva de punir, o movimento e seus líderes estão preocupados em garantir espaços de acumulação para o mercado. E proposta de privatização dos presídios, acompanhada pela ideia de que é necessário expandir o número de vagas no sistema carcerário em 10% a cada ano, demonstra que esse se transformaria em um mercado com alta rentabilidade, para ser explorado com certeza de expansão anual em pelo menos 10%. Transformando cada preso em uma cifra, quanto mais se encarcerar, maiores serão os lucros daquele que empreenderem nesse nicho de mercado. Cabe destacar, que tanto o documento quanto suas lideranças parecem desconsiderar que, segundo os dados divulgados pelo Atlas da Violência (IPEA, 2018), a população carcerária brasileira está em aproximadamente 800 mil indivíduos e a taxa de homicídio no país passou de 68 mil no último ano.

Imagem 31: Criminalização MST/ MTST.



Fonte: MBL facebook (18/02/2018)⁵¹

⁵¹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/808420435948768/?type=3&theater>

Curiosamente, ao tratar do tema da justiça, no meio de tantas proposições que apontam para as políticas de segurança no seu sentido mais restrito, aparece a defesa da mudança da classificação jurídica destinada à definição do que se entende por propriedade privada. A ideia do documento é tratar da propriedade sem dedicar a ela nenhuma função social, fazendo com que ela seja observada sempre enquanto algo privado e inalienável. Certamente parece estranho que essa discussão apareça nesse eixo, mas se considerarmos que o movimento se posicionam contrário tanto ao Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) quanto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que tem em sua prática a ocupação de terras e prédios improdutivos, argumentando em cima da função social que eles deveriam ter, então a preocupação do MBL passa a parecer legítima em um contexto de luta política maior. Criminalizando a ação dessas instituições as suas ações passam a serem passíveis de punição.

Na perspectiva dos novos donos do mundo - fiéis servidores de um sistema que, justamente por ser cego, encarna a própria dominação, e por isso mesmo funciona sempre a favor dos dominantes de turno - a reestruturação gerencial do Estado, desencadeada pela privatização inapelável de todas as suas funções nas quais não demonstra dispor de uma vantagem comparativa relevante, nada tem a ver com sua fantasia peleoliberal de um governo reduzido ao mínimo denominador de sua vocação coercitiva e garantidora do bom andamento dos negócios privados (...) (ARANTES, 2004. p. 170)

Portanto, o mito de que a redução do Estado, em todas as suas estruturas é uma defesa dos liberais contemporâneos cai por terra, já que diferente do discurso, capilarizado pelos meios de comunicação e pelas forças políticas que constituem o campo, na prática o próprio documento do MBL nos revela uma preocupação orgânica com a manutenção, expansão e fortalecimento bélico das forças de segurança, isso parece claro se observarmos que no mesmo eixo em que trata do tema aponta o direito inalienável de propriedade como uma das garantias que o Estado deve preservar, mesmo que para isso ele precise elevar suas forças até o seu limite lógico. Assim, fica claro que a defesa da redução das responsabilidades e do tamanho do Estado diz respeito apenas às suas estruturas destinadas ao regime de assistência social.

3.4.7 – Transporte e Urbanismo.

Antes de começar a argumentar sobre os pontos tratados pelo MBL no eixo que trata sobre o sistema de transporte e urbanismo cabe destacar que o comportamento da entidade acerca do tema segue a mesma linha de ação demonstrada com que trata os eixos anteriores. A palavra de ordem continua sendo o privatiza tudo, mostrando sua intencionalidade política e principalmente econômica. Assim, a imagem abaixo ilustra bem a forma como o Movimento Brasil Livre entende as soluções para o sistema de transporte das grandes cidades, como é o caso de São Paulo. A imagem lança ao público uma crítica pesada ao sistema, mas não só. Analisando de forma mais detida, a preocupação quanto à privatização consiste em eliminar todos os limites políticos que se impõe contra os processos de privatização, ou seja, a organização sindical que atua neste setor estratégico. O objetivo parece atacar duplamente o sistema e ao mesmo tempo os

trabalhadores que atuam nele, fazendo com que a opinião pública passe a desejar a privatização do serviço por sua suposta ineficiência.

Imagem 32: Metrô de São Paulo.



Fonte: MBL Facebook. (18/01/2018)⁵²

Dito isso, no que se refere ao tema transporte, o movimento, continua apresentando a privatização, terceirização e a parceria público privada como solução para resolver os problemas das grandes cidades brasileira para o setor. Propõe, além da privatização do metrô em todos os estados da federação que ofereçam o serviço, a privatização dos recém-criados sistemas de veículos leves sobre trilhos (VLTs), tendo como estratégia para ampliação da cobertura a criação de parcerias público privadas.

Além disso, inclui no sistema de transporte, que hoje comporta os meios convencionais de transporte de massa: ônibus, trem, metrô e táxis, toda as outras formas de transporte alternativos, regulamentados como as lotações e não regulamentados como os transportes de aplicativos como o Uber, por exemplo. A ideia, segundo eles, é que a livre concorrência garantiria simultaneamente uma suposta melhoria na qualidade do serviço oferecido, mas também a garantia de um preço justo.

⁵² Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/789911684466310/?type=3&theater>

Imagem 33: Uber – MBL x Dória.



Fonte: Twitter MBL oficial (23/01/2018)⁵³

Esse argumento, aparentemente novo e coerente, não aparece no documento por acaso, já que os liberais desde Adam Smith até os defensores da Escola Austríaca, como é o caso de Friedrich Hayek (2010), acreditavam na equilibrção dos preços pela livre concorrência entre produtores independentes, que deveriam se lançar ao mercado com as mesmas condições de competitividade. Isso significa que a competição entre esses agentes levaria necessariamente à garantia de um preço justo cobrado pelo serviço.

Daí vem a defesa do movimento de uma desregulamentação total do sistema que permita a livre concorrência entre os transportes regulamentares existentes e todos aqueles que desejam se lançar, de modo independente, à disputa por um espaço nesse mercado povoado por empresas privadas nacionais de grande porte que controlam os sistemas de trens urbanos, como a Supervia no Estado do Rio de Janeiro, e coletivos composto pelas empresas ligadas à Rio Ônibus, mas também recentemente ocupados pelas transnacionais de grande porte como é o caso da Uber. Para o movimento, essas empresas travariam uma disputa justa no mercado com os taxis e as lotações de todo tipo.

Com relação ao tema urbanismo o movimento é bem mais modesto, aponta a sua leitura como deveria se dar a questão do zoneamento urbano (misto, estritamente residencial, estritamente industrial e de proteção ambiental), ataca o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), apontando para uma necessidade total de desoneração das áreas centrais das grandes cidades visando a restauração desses espaços. A proposta aparentemente mais humanitária que o movimento propõe em todo documento aponta para a necessidade de garantir o direito de propriedade para os imóveis em favelas que já foram urbanizadas, percebam que a ideia não se estende a todos de modo irrestrito, mas

⁵³ Disponível em: <https://twitter.com/mblivre/status/955826010347405313>

apenas às favelas que passaram por processo de urbanização, significando que todos as demais deveriam permanecer em uma espécie de limbo marcado pela ilegalidade.

3.5 – Movimento Brasil Livre e sua atuação eleitoral.

O Movimento Brasil Livre que surge a partir dos movimentos e atos que ganharam as ruas durante os anos de 2013 e tem seu primeiro congresso nacional em novembro de 2015 parecia concentrar as aspirações de uma fração da sociedade brasileira que, ao mesmo tempo em que se situava no polo contrário aos partidos que faziam parte do jogo político, tanto aqueles de situação, quanto de oposição, mostrava que resgatava uma espécie de liberalismo mais radical, que associava sem contradições a defesa do regime de livre concorrência com uma suposta recomposição moral dos valores e princípios em crise na sociedade brasileira. A ideia de que a preservação da família tradicional, de papéis predefinidos para mulheres e homens, bem como o ataque a tudo e a todos que não estão dentro deste perfil, colocava o MBL e seu arcabouço discursivo sempre como referência nas rodas de discussão e nos aplicativos de mensagens instantâneas.

O discurso “alternativo” por se situar contrário à corrupção e na defesa dos bons costumes parecia se distanciar de tudo que representa a política partidária e institucional, mas esse distanciamento durou pouco, já que a partir de 2016 o movimento resolve institucionalizar sua atuação conectando sua atividade política nas manifestações de massa e na discussão via rede social à atividade política de seus representantes no parlamento.

Imagem 34: Candidaturas do MBL eleições municipais de 2016.

CANDIDATOS MBL					
VEREADORES					
AMAZONAS				RIO GRANDE DO SUL	
Manaus	Kleber Romão	25500	DEM	Capão da Canoa	Gabriel Neubert 11000 PP
ESPRÍTO SANTO				Caxias do Sul	Beto Maures 25000 DEM
Anchieta	Leonardo Barcellos	45022	PSDB	Porto Alegre	Matheus Sperry 30300 NOVO
Guarapari	Grasiele Rodrigues	20007	PSC	Porto Alegre	Ramiro Rosário 45678 PSDB
Santa Leopoldina	Maíke Trancoso	11123	PP	Santa Maria	Marco Jacobsen 11678 PP
GOIÁS				Sapiranga	Leonardo Braga 45111 PSDB
Goiânia	Silvio Filho	25025	DEM	SANTA CATARINA	
MINAS GERAIS				Chapeco	Caroline De Toni 11500 PP
São João Del Rei	Gil Corrêa	45444	PSDB	Florianópolis	Ramiro Zinder 25625 DEM
Uberlândia	Kenner Garcia	14000	PTB	Gatopar	Paulo Filippus 25000 DEM
PARÁ				Joacaba	Pablo Calhuans 20123 PSC
Santarém	Rodrigo Hávila	77222	Solid	SÃO PAULO	
PARABÁ				Americana	Marschelo Meche 45007 PSDB
Campina Grande	Luis Felipe Nunes	25000	DEM	Araras	Mônica Barreto 45169 PSDB
PERNAMBUCO				Campinas	Rodrigo Dos Santos 31121 PHS
Recife	Thiago Dias Pereira	45645	PSDB	Guarulhos	Ronald Tanimoto 25888 DEM
PARANÁ				Itu	Roni Stefanuto 11259 PP
Cascável	Fabricao Meios	20203	PSC	Piracicaba	Alessandro Mazaro 14007 PTB
Curitiba	Eder Borges	20002	PSC	Pirassununga	Luis Gustavo 10500 PRB
Foz do Iguaçu	Marcelo Angeli	90033	PROS	Praia Grande	Lawrence Wacławiak 14022 PTB
Itaiti	Douglas Goy	25555	DEM	Rio Claro	Roberto Da Costa 51007 PEN
Londrina	Filipe Barros	10000	PRB	São B do Campo	Caroline Gomes 45678 PSDB
Maringá	Homero Marchese	43123	PV	São Paulo	Junior Moreira 45680 PSDB
Matinhos	Mauricio Dvorak	40440	PSB	Sorocaba	Fernando Holiday 25024 DEM
Ponta Grossa	Valderson Cardoso	25123	DEM	Valinhos	Junior Alves 19888 PTN
Rolândia	Paulo Farina	20500	PSC		Gabriel Bueno 15615 PMDB
RIO DE JANEIRO					
Niterói	Bernardo Sampaio	45212	PSDB		
Rio de Janeiro	Gustavo Mota	30500	NOVO		

Fonte: Fonte: Jornal do Comércio (RS), (28/09/2016)⁵⁴

⁵⁴ Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2016/09/politica/523382-justica-proibe-campanha-do-mbl-na-internet.html>

A informação curiosa nessa guinada eleitoral do MBL consiste em revelar as opções de filiação partidária das 45 candidaturas ligadas ao movimento. Com exceção do Partido Novo⁵⁵, fundado em fevereiro de 2011 por profissionais liberais e estudantes e com corte declaradamente liberal, todas as demais legendas já participavam do jogo político a muito tempo, alguns com o nome de nascimento e outros uma fachada aparentemente renovada. Dentre as legendas que se apresentaram para participar das eleições municipais de 2016 as que concentraram maior número de representantes do MBL são: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁵⁶, fundado em junho de 1988 e que tem entre seus filiados mais ilustres Fernando Henrique Cardoso presidente do país entre 1994 e 2002, que concentra 10 candidatos ligados ao movimento; o Partido Democrata (DEM), que é uma das legendas que tiveram sua fachada reformulada, já que seu nome de batismo era Partido da Frente Liberal (PFL), foi fundado em janeiro de 1985, teve o mesmo número de representantes vinculados ao MBL que o PSDB. Cabe destacar que, a candidatura mais significativa ligada ao movimento foi o nome de Fernando Holiday que, ao lado de Kim Katagiri também filiado oficialmente à legenda, compõe o seu núcleo fundador. Cabe destacar que esses dois partidos constituem o núcleo forte de sustentação do liberalismo dentro dos espaços institucionais de realização da política, participando como parceiros das duas gestões de Fernando Henrique Cardoso à frente da presidência da república.

As demais legendas vão variar e são significativamente menores tanto na sua história quanto em seu tamanho, mas de certo modo vão revelar traços das inclinações liberais conservadoras que o movimento assume nas suas manifestações públicas. A terceira legenda com maior número de membros do movimento para disputar o processo eleitoral de 2016 foi o PSC (Partido Social Cristão) fundado em maio de 1985 e teve 5 candidaturas ligadas ao MBL. As demais representações representam uma espécie de saco de gato, considerando que comporta representantes vinculados a todo tipo de força política, como nos mostra a imagem acima. O elemento mais curioso é que dentre as representações partidárias tem um candidato a vereador, Maurício Dvorak, que disputou as eleições no município de Martinho, interior do Paraná, que seria filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁵⁷, refundado em julho de 1985 e que tem uma história de luta ligada às demandas políticas, econômicas e sociais defendidas pela esquerda.

⁵⁵ Disponível em: <https://novo.org.br/de-onde-viemos/>

⁵⁶ Disponível em: <http://www.psd.org.br/conheca/historia/>

⁵⁷ Disponível em: <http://www.psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2/>

Imagem 35: Candidaturas MBL 2018 (coordenadores).

BOLETIM DA LIBERDADE		
LISTA DE CANDIDATOS:		
COORDENADORES DO MBL CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL		
JAJÁ JAILTON	NOVO	Distrito Federal
ULYSSES MORAES	DC	Mato Grosso
LEONARDO VITOR	PSC	Minas Gerais
HOMERO MARCHESE	PROS	Paraná
BRUNO LESSA	PSDB	Rio de Janeiro
RAMIRO ZINDER	DEM	Santa Catarina
ARTHUR MAMÃEFALEI	DEM	São Paulo
COORDENADORES DO MBL CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL		
PATRÍCIA FERRAZ	PR	Amapá
CEZAR LEITE	PSDB	Bahia
HEITOR SANTANA	NOVO	Mato Grosso
PAULO MARTINS	PSC	Paraná
ROBERTO MOTTA	PSC	Rio de Janeiro
PAULA CASSOL	PP	Rio Grande do Sul
ERICSSON HEMMER	MDB	Santa Catarina
KIM KATAGUIRI	DEM	São Paulo

Fonte: Boletim Liberdade (17/08/2018)

Nas eleições seguintes o MBL montou sua tropa de choque para entrar de cabeça na disputa eleitoral, segundo o Boletim Liberdade de 17 de agosto de 2018⁵⁸, o movimento anunciou como candidatos ao pleito as suas principais lideranças espalhadas pelo país. No núcleo que disputaria as candidaturas a deputados estadual o movimento colocou para a disputa 7 coordenadores estaduais do MBL, sendo um deles também coordenador nacional como é o caso de Arthur Mamãe falei, que entrou na disputa de Democratas de São Paulo.

A estratégia para deputado federal não foi diferente, já que na linha de frente se posicionavam 8 coordenadores estaduais e o coordenador nacional Kim Kataguirí, candidato pelo Democratas de São Paulo. Além das candidaturas dos coordenadores, o MBL também lançou mais 13 candidaturas de membros vinculados ao movimento sem cargo de coordenação, entre eles: 4 candidaturas a deputado estadual, 5 para federal e mais 4 para senador. O salto qualitativo das eleições de 2016 para as eleições de 2018 foi o lançamento da candidatura de Mônica Bahia para o cargo executivo de vice-governadora do Estado da Bahia.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/08/17/mbl-divulga-listagem-dos-candidatos-apoiados-nessas-eleicoes-confira/>

Imagem 36: Candidaturas do MBL 2018.

BOLETIM DA LIBERDADE		
CANDIDATOS A DEP ESTADUAL QUE SUBSCREVEM AGENDA MBL		
HAROLDO SANTOS	PTB	Espírito Santo
VINÍCIUS SIQUEIRA	DEM	Mato Grosso do Sul
RICARDO GOMES	PP	Rio Grande do Sul
OLYNTHO NETO	PSDB	Tocantins
CANDIDATOS A DEP FEDERAL QUE SUBSCREVEM AGENDA MBL		
SERJÃO MAGALHÃES	PTB	Espírito Santo
JOSÉ MÁRIO SCHNEIDER	DEM	Goiás
CHARBEL MAROUN	NOVO	Pernambuco
SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	Rio de Janeiro
JAYME GROFF	NOVO	Rio Grande do Norte
CANDIDATOS AO SENADO QUE SUBSCREVEM AGENDA MBL		
GIRÃO FILHO	PROS	Ceará
MAYRA PINHEIRO	PSDB	Ceará
LUIS CARLOS HEINZE	PP	Rio Grande do Sul
MARCOS ROGÉRIO	DEM	Rondônia

Fonte: Boletim Liberdade. (17/08/2018)

As eleições de 2018 colocam o movimento em outra esfera e solidificam de vez a sua atuação política institucional. Aparentemente as candidaturas nacionais e estaduais seguem outros critérios no momento da sua definição, tentando minimizar as incoerências políticas e impedir que partidos com orientação distantes do liberalismo não apareçam ligados ao movimento, como foi o caso do PSB nas eleições municipais anteriores. De modo coerente a linha de frente continua com PSDB, Democratas e NOVO, outros partidos alinhados com o projeto político e ideológico defendido pelo MBL.

Analisando o perfil político de alguns candidatos a deputado federal que disputaram as eleições de 2018 e faziam parte da coordenação do MBL algumas figuras se destacaram por revelar a relação ideológica existente entre o movimento e outras instituições de caráter liberal. Na página que divulgava a pré-candidatura de Heitor Santana⁵⁹ a deputado federal pelo Partido Novo de Mato Grosso o currículo de formação e atuação política do candidato chamou a atenção, já que além de coordenador do MBL, ele indicava passagem pelos Estudantes pela Liberdade (fração nacional do Student for Liberty), era diretor do Instituto Liberal de Mato Grosso e fundador do Instituto Caminho da Liberdade.

Com Paulo Martins eleito Deputado Federal pelo PSC do Paraná as filiações não aparecem de modo tão explícito, no entanto, uma pesquisa rápida pela internet revela que as suas relações não declaradas mostram que ele também possui uma série de conexões política além de ser coordenador do MBL. Entre elas uma íntima relação com o Instituto

⁵⁹ Disponível em: <https://ilmt.com.br/entrevista-com-heitor-santana-do-mbl-e-do-partido-novo/>

Liberal de São Paulo, dirigido atualmente por Rodrigo Constantino. Em entrevista datada do dia 3 de maio de 2019, intitulada de Dia Internacional da Liberdade de Imprensa – Entrevista com Paulo Eduardo Martins⁶⁰, o deputado eleito manifesta todas as suas pretensões políticas e a defesa de um projeto declaradamente liberal que deve ser defendido no sentido de garantir, segundo eles, as liberdades individuais.

Continuando a busca por conexões entre os coordenadores do MBL que disputaram as últimas eleições para deputado federal e outras entidades de caráter liberal encontramos o perfil do coordenador Roberto Motta⁶¹, que participou das últimas eleições como candidato pelo Partido Social Cristão (PSC). No currículo do coordenador diz que ele trabalhou no Banco mundial entre 1989 e 1994, foi um dos fundadores do Partido Novo, foi filiado ao PSL/ Livres (Partido Social Liberal), além de atuar como consultor no Boletim Liberdade⁶² e no Instituto Millenium⁶³ nas temáticas que tratam da segurança pública, especialmente por tratar das questões relacionadas às liberdades individuais.

Paula Cassol vinculada ao Partido Progressista (PP) tem vinculações com o MBL coordenando ações de massa no Rio Grande do Sul, além de participar de um grupo no Facebook chamado de La banda Loka liberal⁶⁴ que atua como uma tropa de choque nas redes sociais para defender pautas ligadas ao liberalismo e as reformas liberais do Estado brasileiro. Atou como protagonista nas mobilizações anti-petista que pediam o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff e no julgamento do ex-Presidente Lula, ambos no Rio Grande do Sul.

Imagem 37: Instituto Brasil 200.



Fonte: Revista Época (15/08/2019)⁶⁵

⁶⁰ Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/dia-internacional-da-liberdade-de-imprensa-entrevista-com-paulo-eduardo-martins/>

⁶¹ Disponível em: <https://www.robertomotta.com.br/sobre/quem-e-roberto-motta/>

⁶² Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/09/26/cofundador-do-partido-novo-ao-lado-de-amoedo-motta-pede-voto-a-bolsonaro/>

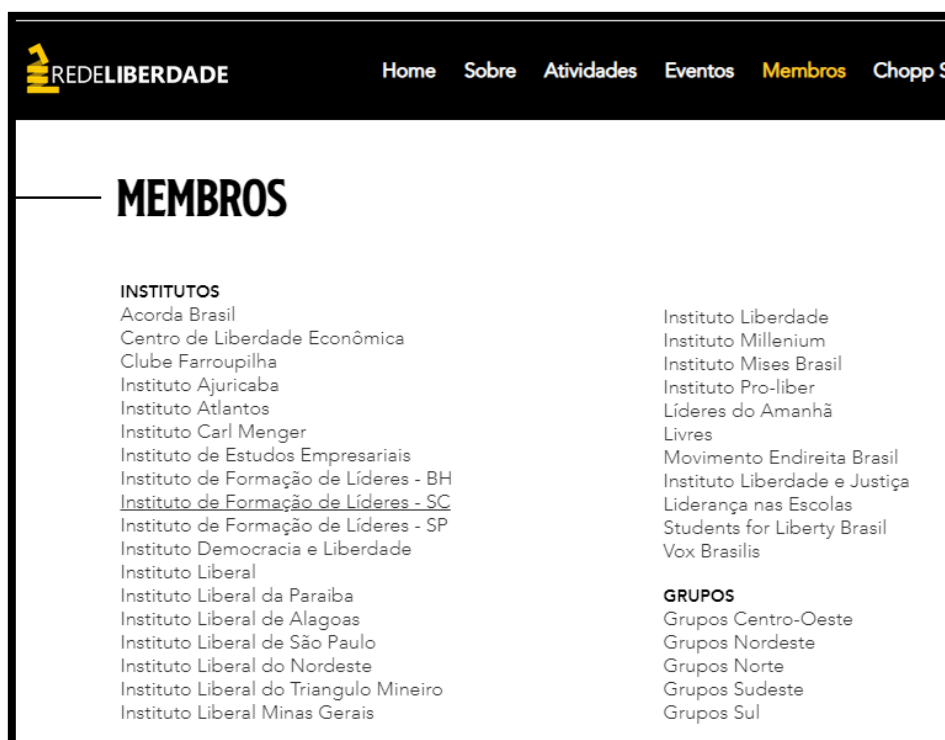
⁶³ Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/author/roberto-bezerra-motta/>

⁶⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/PaulaCassolLima/about/?ref=page_internal

⁶⁵ Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/empresarios-que-apoiaram-bolsonaro-querem-imposto-sobre-movimentacoes-financeiras-23877699>

No que se refere ao perfil de Ericsson Hemmer⁶⁶, além ser filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é herdeiro e presidente da Companhia de Alimentos Hemmes. Cabe destacar a sua vinculação ao Instituto Brasil 200⁶⁷ que concentra uma gama importante de empresários nacionais que defendem reformas liberais para o Brasil nos próximos anos, tendo como marco histórico o ano de 2022 quando o país completa 200 anos como Estado independente. Entre os empresários que fazem parte do Instituto estão: 1) Flávio Rocha (Riachuelo), 2) Luciano Hang (Havan), 3) João Appolinário (Polishop), 4) Sebastião Bonfim (Centaurus), 5) Cris Arcangeli (Shark Tank Brasil), 6) Hécio Honda (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP), dentre outros. O instituto foi lançado em Nova York no ano de 2018, a ideia é pressionar, forma de lobby, tanto o executivo quanto o legislativo nas pautas que atendam às necessidades do empresariado nacional. Cabe considerar que além da prática do lobby o Instituto visa garantir que empresários vinculados ao grupo participem do processo eleitoral para fazer pressão por dentro, esse seria o caso de Ericsson Hemmer, além disso pretendem apoiar candidaturas que apontem na mesma direção.

Imagem 38: Rede Liberdade.



Fonte: Rede Liberdade (17/09/2019)⁶⁸

⁶⁶ Disponível em: <https://www.blogdoprisco.com.br/ericsson-hemmer-um-outsider-para-mudar-o-congresso/>

⁶⁷ Disponível em: <https://www.brasil200.com.br/quem-somos/>

⁶⁸ Disponível em: <https://www.redeliberdade.org/>

A descrição do perfil de alguns coordenadores do MBL que participaram do último processo eleitoral revelou que o movimento possui uma gama de articulações com outras entidades que não podem ser reveladas a não ser por esse tipo de indícios. Assim, se institucionalmente o movimento não está vinculado a Rede Liberdade, que é uma articulação nacional entre entidades de corte liberal, quando se analisa cada perfil isoladamente percebemos como o MBL tem uma vinculação orgânica com a rede, já que seus membros são sujeitos ativos em cada dos movimentos de que participa para além do MBL. É possível perceber, por exemplo, como o movimento tem vinculação com os Institutos Von Mises Brasil, Liberal e Millenium, sem contar com o Movimento Livres e Students for Liberty Brasil, que seria a fração nacional do movimento com sede nos EUA e organizado em outros países do mundo. As candidaturas revelam ainda que o MBL possui vinculações com vários partidos políticos liberais e conservadores atuantes no país, fazendo com que ele tenha capilaridade e institucionalidade para influenciar nas ações tanto de executivo quanto do legislativo em todas as suas esferas.

CAPÍTULO IV

IMAGENS DE UM NOVO TEMPO: os limites democráticos e a renovação liberal no Brasil.

Na periferia, o neoliberalismo completou o círculo: a política se tornou irrelevante, uma conversa sem fim (OLIVEIRA, 2018; p. 78)

A partir de das mobilizações de 2013 o sistema político brasileiro parecia assumir uma outra direção. A ideia de que as ruas poderiam influenciar nos rumos que o país deveria seguir era real, já que as manifestações estavam prontas a criticar tudo o que era velho e anacrônico com o tempo que iniciava. Indivíduos e grupos de indivíduos que nunca assumiram qualquer protagonismo político aparentemente estavam comprometidos em mudar uma configuração política institucional que começava a afundar, considerando que as denúncias de corrupção e a incapacidade do Estado em gerenciar problemas de natureza política e administrativa se mostravam maiores a cada dia. Se para o geógrafo David Harvey (2014) as cidades do mundo pareciam se rebelar, para o filósofo Paulo Arantes (2014) um novo tempo do mundo estava prestes a se anunciar.

De fato, a configuração política mudou e de 2013 para cá algumas forças políticas que nunca tiveram a ousadia de se colocar no espaço público pareciam se sentir cada vez mais à vontade para tomar de assalto as ruas. No lugar das mobilizações políticas conduzidas por uma esquerda institucional, coordenada por partidos e organizações políticas que reivindicavam para si o monopólio das ruas, surgiam mobilizações cada vez mais heterogêneas, que apontavam saídas diversas para os problemas que o país atravessava. Se por um lado era possível perceber que uma parte das classes populares passava a se organizar para lutar por algo que considere válido, por outro existia uma percepção real de que a esquerda e seus princípios, valores e projetos parecia não satisfazer mais as demandas desse público múltiplo.

Por outro lado, era possível perceber que outro conjunto de valores, princípios e projetos começava a ser pautado de forma mais aberta, sem pudor. No mote de combater a corrupção organizada e institucionalizada, personificada na figura do Partido dos Trabalhadores, uma série de organizações de natureza política e ideológica liberal começam a se mostrar na cena pública, tentando pautar os caminhos que o movimento de massa deveria seguir.

As primeiras vitórias acontecem a partir de 2015, considerando que do movimento de massa que tomou as ruas pela redução da tarifa do transporte público emergiam entidades como o Movimento Brasil Livre. Se como estratégia inicial a ideia era atacar o projeto colocado em prática pelo Partido dos Trabalhadores ocupando as ruas e bombardeando as redes sociais com um discurso liberal palatável aos ouvidos mais simples, a partir de 2016 o alvo começa a mudar, ampliando o ataque para toda a esquerda e começando a ocupar cadeiras importantes no parlamento municipal, objetivando reformar o Estado por dentro.

A força maior do movimento liberal no Brasil contemporâneo, incluindo nesse campo o MBL como fração importante de organização da juventude, se revela a partir de 2016 quando o mandato da Presidenta Dilma Rousseff é interrompido. De lá para cá essa

articulação parece ter assumido um movimento mais orgânico, pois a ocupação do Estado por esses setores e o conjunto de reformas colocadas em prática parece não ter fim. O Estado começa a ser radicalmente reformado durante o governo do Presidente Michel Temer e avança ainda com mais força a partir da eleição do Presidente Jair Bolsonaro. Curiosamente de 2016 para cá as mobilizações de ruas começaram a retroceder e a esquerda, uma parte daquela que foi rechaçada durante as mobilizações de 2013, começa a recompor seu lugar. No entanto, se no período próximo as mobilizações de massa pareciam ter sentido e influenciar nos rumos que a política deveria assumir, atualmente elas parecem não ter nenhum efeito sobre as ações do Estado, já que mesmo se opondo ao pacote de reformas apontadas como necessárias pelos governos, em nada as mobilizações conseguiram mudar.

A derrota eleitoral da esquerda institucional nas eleições presidenciais de 2018 abriu a caixa de pandora para o desconhecido, considerando que não possível definir um limite lógico para diagnosticar previamente a forma que o Estado brasileiro terá quando o governo de Jair Bolsonaro terminar, já que as reformas estruturais são cada vez mais profundas, e aponta para um Estado extremamente reduzido principalmente nas suas atribuições sociais.

Diante desse cenário, nossa pretensão consiste em tentar entender que tipo de configuração possibilitou a tomada do Estado de forma tão radical pelas forças liberais que o ocupam, pensando que essa tomada pode ter sido produzida não de 2013 para cá, mas do final dos anos de 1960 quando as reformas liberais começam a acontecer no mundo, como nos fala Wolfgang Streeck (2012). Além disso, percebemos que esse movimento de reformas conduzidas pelo mercado no mundo vai reconfigurar o que nós entendemos por democracia, exigindo que na sua definição o peso da economia política seja maior que o da teoria política. Mostrando que não se trata mais de um problema relacionado à forma como os governos se organizam, mas à perspectiva que orienta a organização dos Estados e necessariamente dos direitos.

Assim, na tentativa de mostrar que existe uma limitação orgânica que pode pôr fim a ideia de democracia enquanto forma de governo, buscaremos mostrar que nesse processo o Brasil se apresenta como o laboratório perfeito. Por aqui as reformas orientadas pelo mercado vão encontrar as condições favoráveis para se solidificar. Desta forma, o percurso que faremos terá três momentos: a) o primeiro consiste em revelar que os anos de 1960 encerram a era do capitalismo democrático no mundo, mostrando que a partir dali o mercado criou uma série de elementos para se blindar das pressões da política de massa; b) soma-se a isso o fato de que o país reúne condições específicas para o aprofundamento desse processo por conta de uma crise de representatividade produzida pelo presidencialismo de coalizão; c) a continuidade do liberalismo de Fernando Collor de Mello, sem interrupção, até Jair Bolsonaro produziu um ambiente propício à consolidação de organizações de caráter liberal no Brasil, eliminando a tese de que elas tem por aqui uma história recente.

4.1- Crise da democracia liberal: financeirização da política.

Quando pensamos o Estado na sua concepção moderna existe um caminho teórico e metodológico que acompanha uma parte significativa das reflexões contemporâneas, analisando separadamente as concepções de Estado das formas de governo, permitindo que elas se combinem livremente (BOBBIO, 2005).

Quando se analisa o Estado a partir das suas concepções não estamos pensando em algo transitório, mas em princípios, valores e ideologias que orientam o Estado por um determinado tempo. Essa orientação não se resume aos pequenos ciclos de quatro ou cinco anos interrompidos por processos eleitorais, já que não depende da tomada de posição ou da execução da política por um governo específico. Assim, quando se pensa o Estado a partir das perspectivas que o orientam estamos chamando a atenção para algo mais orgânico, considerando que não se trata apenas da forma como se organiza a política, mas diz respeito ao projeto de sociedade que se pretende colocar em prática, que tipo de sociedade se pretende formar, pauta em que tipo de valores e princípios. Nesses termos, quando nos referimos às concepções de Estado fazemos referência a um conjunto complexo de ideias políticas, econômicas, culturais, sociais, ideológicas, estéticas, etc. que quando colocadas em prática não possuem a simples finalidade de transformar a estrutura política e administrativa de uma instituição (BOBBIO, 2005).

Deste modo, concepções de Estado são perspectivas de realidade, portanto, quando se pensa a natureza do Estado Liberal, por exemplo, não estamos simplesmente dizendo que a sua principal marca consiste na redução das responsabilidades sociais do próprio Estado, mas que essa redução passa a ser a visão de quem formula e põem em prática o projeto e ao mesmo tempo passa a fazer parte da vida social daqueles que vivem sob seu domínio por determinado tempo, exigindo que os indivíduos tenham que pensar e agir dentro dos limites impostos pela forma social. Assim, ao passo que se reforma o Estado imprimindo novas funções às suas estruturas se dissemina para a sociedade em geral valores como competitividade, meritocracia, empreendedorismo, liberdade econômica, etc. forjando uma espécie de consciência coletiva que tenha confluência com a concepção liberal, fortalecendo de fora para dentro e disseminando de dentro para fora.

Imagem 39: Liberalismo x Socialismo



Fonte: MLB facebook (15/02/2018)⁶⁹

⁶⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/mlblivre/photos/a.204296283027856/813895372067941/?type=3&theater>

Talvez seja por esse motivo que autores liberais como Friedrich Hayek (2010) se preocuparam em produzir reflexões que focassem muito mais na produção de uma concepção de realidade do que na produção de teoria de fato. Em uma de suas obras mais importantes, “Os caminhos da servidão”, o autor, se preocupa em mostrar como o regime de assistência social pode alimentar processos de servidão moderna, apontando que os Estados que agem dessa forma, na verdade, não estão agindo em favor do indivíduo, a medida de que produz dependência, limita a liberdade e produz servidão. Nessa perspectiva, para ele a ideia de servidão inibe as liberdades e direitos individuais considerando que permite aos Estados agir sobre os indivíduos sem qualquer limitação.

Na mesma direção o Movimento Brasil Livre teria a função de disseminar as virtudes do liberalismo como fica evidente na imagem acima. A ideia tanto da obra de Hayek (2010) quanto da disseminação desse tipo de imagem por organizações políticas de caráter liberal é fortalecer, nos corações e mentes, os princípios, valores éticos e morais, contrapondo as virtudes do liberalismo ao seu suposto opositor direto que na imagem eles chamam de socialismo e que na obra do autor austríaco aparece como sinônimo de governos totalitários, identificados inclusive com o nazismo alemão.

Na acepção mais comum dos dois termos, por liberalismo entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social; por democracia entende-se uma das mais variadas formas de governo, em partículas aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, na maior parte, como tal se contrapondo as formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras (BOBBIO, 2005; p. 07).

Além disso, segundo Norberto Bobbio (2005), durante muito tempo a teoria política tratou do liberalismo como sendo necessariamente sinônimo de democracia. O que se percebe na leitura de Norberto Bobbio é que essa não é uma relação direta, considerando que o liberalismo é uma concepção de realidade, enquanto a democracia seria uma forma de governo. Nesses termos, o que o autor italiano nos revela é que seria possível combinar livremente as concepções de estado com as mais variadas formas de governo, fazendo isso inclusive entre liberalismo e democracia. O que significa que em um período de tempo em que o Estado orienta seu comportamento pela concepção liberal de realidade os governos que se sucedem durante esse período poderão se apresentar de forma diversa, tendo momentos de democracia radical ou mais branda e até mesmo momento de ditadura.

Se a teoria política possui uma contribuição importante que dá conta das necessidades de analisar o Estado por muito tempo, o Estado contemporâneo exige uma reflexão que ultrapasse os limites de uma ciência específica, principalmente se considerarmos que dos anos de 1960 para cá as coisas mudaram radicalmente e a economia política passou a se apresentar como elemento extremamente importante para entender a forma como o Estado se manifesta, sobretudo se considerarmos que os anos de 1960 podem ter encerrado um ciclo em que o sistema capitalista ainda admitia na sua composição algum traço humanitário.

Parece contraditório, mas se considerarmos que no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e o final da década de 1960 o capitalismo produziu contradições positivas que tornavam a democracia uma possibilidade real. Durante a Era de Ouro do capital, para usar uma expressão cunhada por Eric Hobsbawm (1995), o sistema capitalista produziu um cenário reconhecido por sua excepcionalidade, fazendo com que o conflito distributivo, marcado pela relação contraditória entre os interesses do mercado e os interesses dos trabalhadores no mundo, pudessem ser equilibrados de fora para dentro, considerando sempre as proposições colocadas pelas mobilizações e organizações de massa.

Essa formula implicava essencialmente a aceitação dos mercados capitalistas e os direitos de propriedade pela classe trabalhadora organizada em troca de democracia política, o que lhes possibilitava contar com seguridade social e com melhorias constantes de seu padrão de vida. O período ininterrupto de mais de dois decênios de crescimento resultou em percepções populares, profundamente enraizadas, do contínuo progresso econômico como um direito de cidadania democrática – percepções que se converteram em expectativas políticas que os governos se sentiram coagidos a cumprir com a desaceleração do crescimento, mas cada vez menos capazes de cumprir (STREECK, 2012; p. 40)

Assim, se por um lado o mercado capitalista mundial, que concentrava os interesses de uma suposta burguesia industrial associada organicamente a atuação das forças ligadas à direita política no espaço da política institucional nos mais variados estados, por outro, a atividade política dos trabalhadores organizados, produzindo conflito e ameaça à governabilidade exige que os Estados assumissem um lugar estratégico, tendo que mediar um conflito de interesses constante (STREECK, 2018).

É evidente que além dessas condições políticas que exigiam um posicionamento diferente, tanto do Estado quanto do mercado, as condições econômicas também se mostravam positivas, associando um período de alta rentabilidade do capital, com baixa inflação e política de pleno emprego, mais qualidade de vida, seguridade social, etc. De fato, essa não é uma característica do sistema. Nesse sentido, é possível afirmar com 100% de precisão que durante esse período ele se comportou de forma atípica, admitindo a democracia de massa como condição para continuar lucrando.

Deve-se considerar que a medida que o tempo passava ficava cada vez mais difícil para os Estados manterem os direitos conquistados pelos trabalhadores nesse período de alta rentabilidade do sistema, mas de qualquer forma a manutenção de uma política anual de reajustes salariais, por exemplo, por mais que onerasse as finanças do Estado, potencializava a ação econômica dos trabalhadores no mercado. Assim, o poder de barganha conquistado pelos trabalhadores no pós Segunda guerra Mundial fez com que os Estados tivessem que arcar com os custos de manutenção do modelo democrático, na leitura de Wolfgang Streeck (2018), os Estados pagaram um alto preço pela manutenção da democracia de massa, permitindo que por um lapso de tempo a economia de mercado tivesse seus interesses particulares regulados pela política, pelo desejo, manifestado pela escolha pública de seus representantes e de um projeto político que controlasse as ações egoístas do mercado.

Enquanto a rentabilidade estava em alta e a inflação controlada a arrecadação permitia que os Estados pudessem arcar com o preço alto pago pela democracia, porém no final dos anos de 1960 essa configuração começa a mudar. O discurso liberal começa a atacar as políticas governamentais que produziam um alto custo: reajuste anual dos salários, manutenção dos empregos e dos direitos sociais e trabalhistas. A alta da inflação e a perda da capacidade de crescimento exigia, segundo eles, uma reformulação da atuação dos Estados e do mercado, mas isso passaria essencialmente por uma mudança substancial no que se refere ao papel da democracia de massa, estabelecendo principalmente limites para que ela pudesse se limitar ao plano da política institucional sem que tivesse qualquer interferência no plano da economia, afinal, de acordo com o discurso liberal, a economia estava à beira do abismo exatamente por conta dessa ingerência produzida pelo poder de barganha conquistado pelas massas (STREECK, 2018).

Para Hayek e outros teóricos libertários, a crise originava-se das elevadas despesas estatais e do excessivo poder do movimento operário, que em suas reivindicações de aumentos salariais e gastos sociais teriam minado a acumulação capitalista, ao corroer os lucros das empresas, desencadeando um processo inflacionário que colocava em risco as economias de mercado. A solução para esses pensadores estava, desse modo, na estabilidade monetária, na diminuição dos gastos sociais, nas reformas fiscais, na redução de impostos sobre rendimentos e rendas mais altas para incentivar a poupança e o investimento e na restauração da taxa de desemprego visando quebrar o poder dos sindicatos. (ONOFRE, 2014; p. 2002)

No plano do discurso liberal três pontos seriam combatidos inicialmente: a) o excesso de assistência social pelos Estados que além de aumentar o endividamento público tem o efeito negativo de inibir a concorrência entre os indivíduos; b) reduzir a capacidade de intervenção política do movimento de massa e dos Estados sobre a economia, considerando que qualquer intervenção produz desequilíbrio e gera mais crises econômicas; c) reduzir o tamanho dos Estados considerando que estados muito grandes e poderosos podem produzir saídas autoritárias ou totalitárias (STREECK, 2018).

Nesses termos, era necessário que se adotassem medidas de proteção ao mercado afim de minimizar o efeito das ações políticas sobre as decisões e ações econômicas. Algumas medidas seriam pronunciadas como mantra, entre elas: a) a garantia do direito constitucional de propriedade; b) Bancos Centrais livres de pressões eleitorais; c) Autoridades regulatórias independentes; d) Adesão às orientações colocadas pelos organismos multilaterais e; e) Política econômica normatizada.

No centro do capitalismo a reação é imediata, nos Estados Unidos da América, por exemplo, as primeiras medidas apontam para uma necessidade de reduzir a dívida pública. A estratégia inicial é reduzir simultaneamente o tamanho do Estado ao mesmo tempo que se reduz a dívida pública. No que se refere à redução do tamanho do Estado, é importante mostrar que o comportamento do governo americano inicia um processo de reformas que vai priorizar a redução do regime de assistência.

A estratégia usada é tão eficaz que vai resolver dois problemas com uma única saída. A ideia então utilizada iniciava com a facilitação do acesso ao crédito para que as famílias pudessem autofinanciar suas demandas em determinadas áreas, como educação e habitação. Assim, ao passo que as famílias começavam a recorrer às instituições

bancarias para tomar crédito e dar conta de suas próprias demandas, o Estado seria abonado de tal responsabilidade. Deste modo, a dívida pública é progressivamente reduzida, tendo em vista que as responsabilidades de garantir políticas públicas de educação e habitação que eram exclusivas do estado, por exemplo, passam a ser compartilhada com as famílias, transformando a dívida pública em dívida privada, produzindo o empobrecimento das famílias em um momento em que o regime de assistência começa a reduzir a sua cobertura (STREECK, 2018).

Além dessa medida inicial que atacava o regime de assistência social convertendo dívida pública em dívida privada, a estratégia ainda consistia em reduzir as capacidades políticas do movimento de massa em interferir nos rumos que o mercado deveria tomar. A saída mais radical teria a função de inverter o fluxos da ações, já que se no período da era de ouro do capitalismo ocidental assumia um comportamento mais democrático por conta da atuação da política de massa sobre os rumos que deveriam ser assumidos pela economia, tanto nas ações de massa organizadas quanto por meio do processo de escolha pública, já que nos processos eleitorais os eleitores tendiam a escolher aqueles políticos que pensavam e atuavam na direção de seu interesses coletivos, a estratégia agora seria conter o fluxo dessas ações. No processo de inversão a ideia era fazer com que o mercado pudesse regular o comportamento político.

Nesse sentido, duas ações seriam tomadas para conter a influência dos movimentos de massa nas ações econômicas. A primeira consiste em trabalhar com a ideia de uma política econômica normatizada, o que significa dizer que independentemente das pretensões políticas, econômicas, sociais e ideológicas dos sucessivos governos, o ponto de partida deveria levar em conta a existência de uma política econômica a priori. Colocando em prática uma espécie de política econômica certa formando oposição a todas as outras. Sendo assim, os governos poderiam fazer tudo que eles quisessem fazer menos mudar os rumos definidos pela política econômica previamente definida. Desta forma, os governos poderiam definir o seu regime de assistência social, mas teriam que manter ativas as preocupações com a preservação da economia de mercado com acirramento do regime de concorrência, controlar os gastos públicos equilibrando o orçamento, manter sob controle tanto as taxas de juros quanto a de inflação. Preservando isso os Estados poderiam fazer tudo o que quisessem (STREECK, 2018).

A segunda ação complementa o sentido da primeira, já que com bancos centrais e autoridades regulatórias independentes as oscilações econômicas seriam controladas independentemente dos fluxos assumidos pela ação política. Portanto, toda vez que a taxa de inflação oscilar para cima ou para baixo as autoridades econômicas teriam a função de ajustar sem consultar as orientações dos governos. Assim, se a inflação sobe e a moeda nacional se desvaloriza caberia às autoridades ajustar as taxas de juros para cima, aumentando os preços no mercado, reduzindo a quantidade de moeda circulando, equilibrando o valor da moeda nacional. Assim, o controle desses índices é colocado como algo impositivo, já que a não observação desses fatores por produzir crise e reduzir a credibilidade nacional em um contexto de economia global.

Essa orientação vai modificar também o papel desempenhado pelos organismos multilaterais sobretudo com relação aos países considerados emergentes, já que segundo Roberto Leher (1999), a partir da derrota humilhante sofrida pelos estadunidenses na Guerra do Vietnã, nos anos de 1960, a proposição agora apontava para necessidade de atuação dos organismos multilaterais do modo mais sutil. A ideia seria conter qualquer

tipo de ameaça ao funcionamento autônomo do mercado e ao fortalecimento dos movimentos insurgentes.

Nessa perspectiva, percebe que a estabilidade do mundo ocidental passa principalmente pela estabilização e expansão do mercado, mas para isso não dava mais para recorrer ao uso ostensivo da força militar ou das espionagens das agências de inteligência. Assim, ao invés de atacar diretamente os movimentos insurgentes, passava a enfrentar os desafios de superar a pobreza instalada nos países emergentes, já que ela poderia ameaçar a segurança do próprio sistema, abrindo espaço, no contexto de Guerra Fria, para uma espécie de adesão massiva ao pensamento opositor. A sutileza das ações coordenadas por Robert S. McNamara⁷⁰, a frente do Banco Mundial, a partir de 1968, não reduz a intensidade e agressividade das ações sobre os países em desenvolvimento, considerando que a partir de então a política de financiamento do Banco vai ser condicionada a execução de um conjunto de reformas estruturais nesses países que garantam a segurança dos mercados e consolide, entre os nacionais, o regime de livre concorrência (LEHER, 1999).

Cabe destacar que a partir de então o banco começa atuar e financiar principalmente processos de formação focados principalmente focando seu recurso na produção de uma formação que garanta o acesso das populações desses países emergentes a um conjunto de conhecimentos que o Banco e o mercado tomam como elementares, ou seja, o domínio da língua materna, das quatro operações da matemática e no desenvolvimento de princípios e valores compatíveis com as necessidades do mercado, como cooperação, colaboração, espírito competitivo, política de mérito, etc. (LEHER, 1999). Essa mudança de foco pode ser facilmente percebida com o protagonismo do Banco Mundial em Parceria com a UNESCO no processo de organização e condução da Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia em março de 1990.

Foi o insucesso na solução da crise que abriu espaço para a revolução política e intelectual do chamado neoliberalismo, a partir do final da década de 1970, com a eleição de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. Com o fracasso dos Estados de bem-estar social, o discurso liberal se impôs: impostos altos passaram a significar inibição do crescimento e ineficiência; a regulamentação governamental agora era vista como responsável por sufocar as iniciativas e o empreendedorismo. Saía de cena o Estado intervencionista e a busca do bem comum. O novo consenso ditava, nas palavras de Thatcher, que: “não existe isso de sociedade, há apenas indivíduos e suas famílias (ONOFRE, 2014; p. 202).

Esse pacote assume um sentido estratégico durante os governos de Margaret Thatcher (1979- 1990), na Inglaterra, e de Ronald Reagan (1981- 1989), nos Estados Unidos da América, a primeira assessorada por Friedrich Hayek e o segundo por Milton Friedman, dos expoentes importantes do neoliberalismo no mundo. A ideia é que as ações que apontam no sentido das reformas necessárias à preservação dos mercados sejam colocadas em prática e irradiem do centro para a periferia. Assim, o mercado mundial começava a estabelecer critérios de risco para os mais variados países considerando sempre o nível das reformas liberais que eles produziram internamente. Cabe destacar

⁷⁰ Presidente do Banco Mundial entre 1968 e 1981. Entre 1961 e 1968 o mesmo McNamara havia sido secretário de Defesa dos EUA.

que as reformas estruturais possuíam um alvo prioritário, isto é, o regime de assistência priorizando o controle e redução dos gastos públicos⁷¹, e ampliando a atuação das empresas no mercado doméstico, privatizando, terceirizando ou estabelecendo parcerias público-privadas.

O fator importante desse processo é que a partir do acirramento da crise dos anos de 1960 a inversão dos papéis da política e da economia vai revelar uma impossibilidade de adequar a democracia ao regime estabelecido pelo livre mercado. Essa afirmação vai na contramão da defesa de Jacques Rancière (2014), já que não existe um ódio inerente contra a democracia como forma de governo, o que se apresenta, na nossa concepção, corroborada pelas ideias trabalhadas por Wolfgang Streeck (2018) é uma incapacidade dos estados nacionais de comprar uma outra fração de tempo em que a forma democrática se apresente como uma forma possível.

Ao que percebemos dos anos de 1960 para cá a ideia de estado democrático que se firma como estado de direito foi inutilizada pela incapacidade das massas em produzir pressão política e redefinir os rumos da ação econômica, fazendo com que os Estados sejam forçados a redirecionar sua ação para a produção de políticas sociais públicas de caráter universal, na produção de pleno emprego e na garantia de direitos básicos ao funcionamento da vida social de modo minimamente satisfatório. Assim, o acirramento do processo de crise que ameaça diluir a forma democrática vem necessariamente com o protagonismo assumido pelo mercado para definir de dentro para fora seus próprios rumos, sem a gerência ou regulação pela atividade política das massas. Portanto, se durante o período da Era de Ouro do capital foi possível experimentar alguns traços humanitários incompatíveis com a forma sistêmica por conta de um intenso processo de politização da vida econômica, a partir de 1960, com o processo de financeirização da política, pautada na ideia de uma política econômica asséptica, supostamente livre das ideologias, os estados nacionais entraram em profundos processos de reformas para proteger o mercado frente a qualquer tipo de ação futura das massas. O que restou deste processo e ainda pode possuir alguma efetividade, mesmo com capacidade política limitada, se resume à lógica do sufrágio universal e a ideia de representatividade.

4.2 – Crise da democracia liberal: representatividade política.

De fato, a ideia de representatividade política ganha muita força no interior dos Estados de natureza política e econômica voltadas para o bem-estar. Até o final dos anos de 1960 os países desenvolvidos do capitalismo ocidental mostraram que essa ideia poderia ser algo eficaz, equilibrando os interesses contraditórios disputados entre mercado e trabalho. A ideia de escolha pública e o peso que ela desempenhou nessa fração atípica de tempo, que o sistema de mercado admitiu algum nível de ações humanitárias, revelou que essa escolha era mediada por uma conexão orgânica entre interesse, as ideias de classe social e representação política. Nesse sentido, não se trata de um comportamento natural do sistema em se comportar dessa forma, mas era fruto de um período marcado por uma série de tensões de natureza política, pautada na satisfação dos interesses de classe, sejam

⁷¹ A Lei de responsabilidade fiscal aprovado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso a importância dada pelos estados ao equilíbrio fiscal. Um detalhe é que ela limita significativamente os gastos públicos com a contratação de pessoal, ou seja, servidores públicos, e com os gastos em assistência social. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm

eles do trabalho ou do mercado, que se refletiam no resultado das urnas. Assim, o nível de articulação política dentro das categorias de trabalhadores e das categorias entre si permitia a escolha pública de partidos e candidatos que se aproximassem de suas aspirações políticas, econômicas, sociais, culturais e etc., fazendo com que a representatividade, resguardando suas contradições, pudessem se refletir em ganhos coletivos, tornando o Estado de direito uma possibilidade (STREECK, 2018).

Por aqui, o hiato produzido pela ditadura empresarial-militar torna a experiência democrática algo completamente desconhecido, já que nossa experiência com essa forma de governo remetia a um breve lapso de tempo entre a ditadura do Estado Novo e o 1º de abril de 1964. O estado de exceção instalado a partir daquele fatídico dia da mentira tiraria de possibilidade a discussão acerca de qualquer tipo de representatividade política que pudesse levar em conta as necessidades econômicas, políticas e sociais das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros organizados, considerando que as poucas representações partidárias que agiam nessa direção já estavam na clandestinidade desde 1947 (OLIVEIRA, 2018).

Vinte anos depois o trauma produzido pelo golpe certamente havia deixado muitas sequelas, uma fratura na sociedade brasileira que parecia não cicatrizar. A responsabilidade por restituir a vida democrática ficava nas mãos de muitos políticos que apoiaram o regime anterior que ainda nem havia sido sepultado. Do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que disputava o pleito com o ARENA durante a ditadura empresarial-militar, surgiria o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir de 1979 (OLIVEIRA, 2018).

O MDB formou-se heterogeneamente, por políticos de variadas extrações partidárias e ideológicas, somando desde personagens do Partido Social-Democrático oligárquico, como o emblemático conservador Tancredo Neves – que se elegeu presidente pelo colégio eleitoral em 1984, quando a ditadura “entregou os pontos”, mas não se empossou vitimado por uma doença mal escondida – passando por Ulisses Guimarães – quase obscuro deputado federal também pelo PSD de São Paulo, uma de suas seções mais fracas, que se revelou o verdadeiro condottiere da política brasileira nos longos anos até a democratização – e por políticos do PTB varguista, até uma nova geração que se formou na própria ditadura, os chamados “autênticos”, e os de esquerda, do Partido Comunista, que se infiltraram no partido opositor, como era a prática do Partidão desde que foi posto na ilegalidade, em 1947 (OLIVEIRA, 2018; p. 63)

A heterogeneidade que marcou a formação do MDB após as sucessivas derrotas eleitorais no início da ditadura, tanto no Estado de Minas Gerais quanto no Estado da Guanabara, que concentrava todo tipo de força política supostamente preocupada com a reconstrução de uma possível ordem democrática, vai se manter na construção da nova legenda. Se por um lado não podemos afirmar que o MDB se reduzia a apenas isso, por outro é possível concordar que o PMDB abrigava em seus quadros todos os tipos de políticos alinhados com o processo de abertura democrática, sendo esse o único ponto coerente entre eles.

A vitória de Tancredo Neves nas eleições de 1984 encerrava de vez o período marcado pela ditadura, no entanto, com a morte do presidente eleito e a condução de seu

vice, José Sarney, ao cargo mais importante do executivo nacional parecia que a estrutura estava passando por mudanças, mas os atores políticos permaneciam os mesmos. Superando esse nó que se forma com a condução de José Sarney ao cargo, a ideia agora era limitar radicalmente a possibilidade de que algo semelhante ao que havia acontecido no último regime voltasse a acontecer (OLIVEIRA, 2018). As proposições são inúmeras, mas existia algo comum, tanto às forças políticas liberais quanto às forças políticas de esquerda, reorganizadas após a ditadura, que se referia ao tamanho do Estado. Para os membros da esquerda era hora de limitar as ações do estado para impedir que no futuro ele voltasse a agir sobre os indivíduos de modo arbitrário, para os liberais essa arbitrariedade não se reduzia somente às capacidades punitivas do estado contra seus opositores políticos, mas também e principalmente que seu tamanho e sua capacidade de assistência tendia a torna-lo arbitrário com o tempo, recuperando um dos argumentos defendidos por Friedrich Hayek (2010).

A década de 1980 é muito longa, os efeitos das crises da dívida e do petróleo haviam chegado por aqui, as condições de vida eram as piores possíveis para os indivíduos de vida comum, mas ao mesmo tempo mostrava que a sociedade civil começava a assumir certo protagonismo no cotidiano da atividade política. Não da política partidária e institucional, mas na atividade dos novos movimentos sociais que pipocavam por aqui para levantar todo tipo de demanda que julgasse necessária. As ruas das grandes cidades e o campo brasileiro exalavam essa politização, uma série de nova instituições representativas surgem nesse período, alinhadas tanto à luta dos trabalhadores quanto dos setores liberais (GOHN, 1997). Se em fevereiro de 1980 surge o Partido dos Trabalhadores (PT)⁷², que nas décadas seguintes se transformaria em uma das maiores organizações de massa do mundo, em 1985 e 1988, respectivamente surgiam o Partido da Frente Liberal (PFL)⁷³ – denominado como Democratas a partir de 2007 – e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁷⁴. Que a partir das eleições presidenciais de 1994 polarizariam o processo eleitoral com Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores. Esse surgimento não se dá de forma espontânea, já que tanto os setores ligados às forças de esquerda quanto as alinhadas ao pensamento liberal iniciam sua organização na década anterior.

Curiosamente, no que se refere à difusão e consolidação do pensamento liberal, enquanto o centro do capitalismo começa a produzir suas primeiras reformas após a era de ouro, o principal assessor da Dama de Ferro, o economista da Escola Austríaca Friedrich Hayek, prêmio Nobel de economia de 1974, começa seu tour por terras brasileiras. De acordo com Gabriel Onofre (2014), as visitas de Friedrich Hayek começam especificamente a partir de 1977, convidado pelo empresário Henry Maksoud⁷⁵, diretor da revista Visão. O objetivo das visitas era travar uma discussão com os setores ligados ao jornalismo, ao meio acadêmico e ao empresariado nacional mais suscetíveis às ideias liberais, na tentativa de consolidar por aqui esse pensamento.

⁷² Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>

⁷³ Disponível em : <https://www.dem.org.br/o-democratas/>

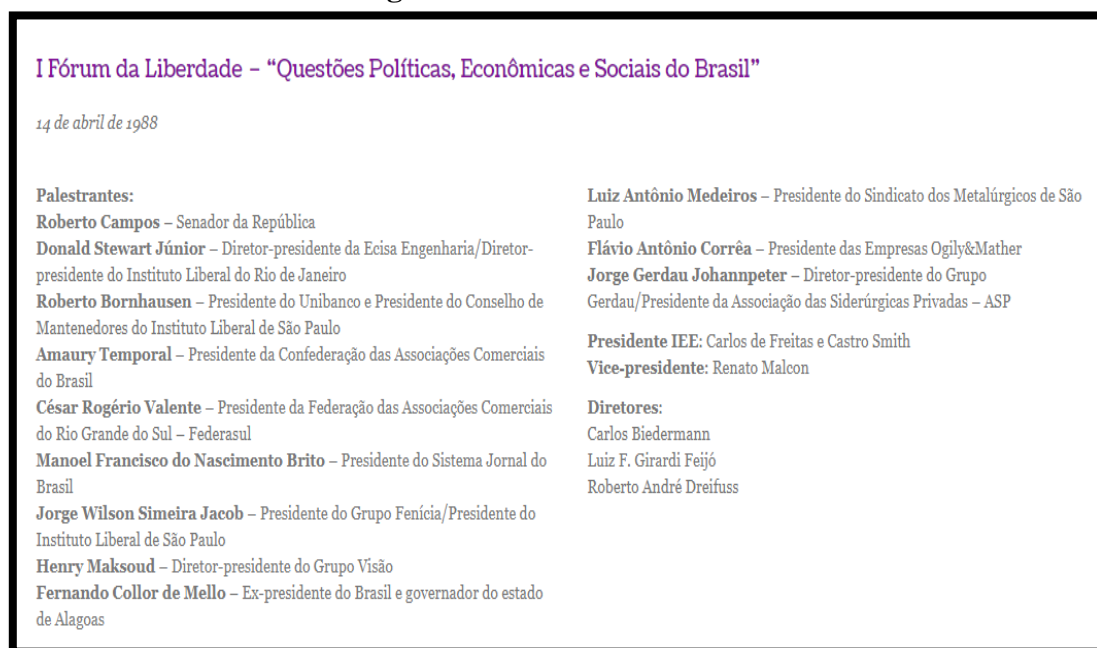
⁷⁴ Disponível em: <http://www.psdb.org.br/conheca/historia/>

⁷⁵ Em 2017 a página do Students for Liberty publicou uma matéria intitulada “O legado de Henry Maksoud”, assinada por Nathan Reginaldo. A matéria abordava a importante contribuição do empresário para a consolidação do pensamento liberal no país. Ressaltava que o engenheiro teria sido o maior liberal brasileiro de todos os tempos. Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/legado-henry-maksoud>

Interessante observar que, à exceção dos EUA, o Brasil foi a nação, fora do continente europeu, que Hayek mais visitou em sua última década de vida. Suas vindas foram a convite de Henry Maksoud, editor da revista Visão e membro da Sociedade Mont Pèlerin. Passando por São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Santa Maria no Rio Grande do Sul, suas conferências e entrevistas se voltaram a divulgar as ideias liberais no país (ONOFRE, 2014; p. 202)

Entendendo o contexto de abertura política após o período de ditadura empresarial-militar, Henry Maksoud, membro ativo da sociedade Mont Pèlerin ao lado de Friedrich Hayek, percebia na configuração política o momento ideal para colocar em prática uma espécie de projeto liberal para o país. As visitas de Hayek certamente foram o carro chefe dessa empreitada, mas certamente não foi a única estratégia usada pelo empresário para disseminar as ideias liberais por aqui. Ao longo dos anos de 1980 uma série de obras liberais foram traduzidas e lançadas no Brasil, sem contar as próprias obras de autoria do empresário que objetivavam produzir uma leitura liberal para os fenômenos de natureza política, econômica e social pelos quais a sociedade brasileira estava passando.

Imagem 40: Primeiro Fórum da Liberdade.



Fonte: Fórum da Liberdade (20/09/2019)⁷⁶

As visitas de Friedrich Hayek tinham como foco principal traçar uma espécie de diagnóstico dos problemas brasileiros e produzir saídas. Seguindo a cartilha liberal os principais temas, segundo Gabriel Onofre (2014), tratavam justamente das mudanças estruturais necessárias para colocar o Estado brasileiro em outra direção. Assim, justamente com a discussão em torno da questão democrática, começava-se a pautar um

⁷⁶ Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/> . A primeira edição do Fórum da liberdade aconteceu 14 de abril de 1988. O Fórum está vinculado ao Instituto de Estudos Empresariais (IEE) fundado por empresários liberais em 1984

debate estrutural de controle dos gastos públicos, das taxas de inflação e juros, ao mesmo tempo que repensava o papel do Estado reconfigurando teoricamente as suas responsabilidades sociais, tudo isso pensando em uma proposta de consolidação de uma política de livre mercado. Por essas e outras contribuições Henry Maksoud é considerado um dos maiores liberais brasileiros de todos os tempos.

Em um país marcado pela hegemonia de uma cultura política nacional-estatista, as palavras de Hayek não devem ser subestimadas. Muitos setores empresariais, por exemplo, que já vinham se organizando em defesa de propostas de liberalização da economia, viam no economista austríaco uma referência importante para dar credibilidade às críticas à forte presença do Estado na economia e à defesa de políticas de livre-mercado (ONOFRE, 2014; p. 204)

Na figura acima é possível perceber o grau de articulação que o movimento liberal tinha assumido depois da passagem do pensador da escola austríaca por aqui. Com a proposta de debater “Questões Políticas, Econômicas e Sociais do Brasil”, tema do primeiro Fórum da Liberdade, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fundado em 1984, reuniu um conjunto de personalidades para discutir, com corte liberal, as saídas para os problemas brasileiros. Nesse fórum, além do próprio Henry Maksoud, representando o grupo Visão, estavam o senador Roberto Campos, mais um liberal do alto escalão, além de presidentes e diretores de organizações liberais e empresariais espalhadas pelo país, como o Instituto Liberal (1983) e o Instituto Liberdade (1986)⁷⁷. Duas figuras merecem algum destaque, a primeira é o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, e o segundo, o candidato à Presidência da República que disputaria com Lula as eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Melo, na ocasião Governador do Estado de Alagoas e primeiro presidente eleito pelo sufrágio universal após o final da ditadura.

A participação de Fernando Collor de Melo parece ter sido propositiva, já que a partir de 1990, o presidente eleito, colocaria em prática a primeira agenda liberal para o país após a ditadura empresarial-militar. As reformas propostas por ele apontam para um conjunto de reformas na estrutura do Estado brasileiro e na própria leitura do que se entende por economia política.

O ciclo neoliberal teve início com Fernando Collor de Melo, em 1990. Itamar Franco preencheu os dois anos que faltaram ao primeiro devido a seu impeachment. Vieram depois dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade ao ciclo. Cardoso foi seu grande condottiere, pois seus dois mandatos foram precedidos pela sua presença no ministério da fazenda de Itamar Franco, e o mandato de Lula não se diferenciou muito em vários aspectos, sobretudo no econômico (OLIVEIRA, 2018; p. 66)

Dentre as principais características do período está o caráter antissocial que o estado assume ainda durante a gestão de Fernando Collor de Melo, colocando como pauta tudo que estivesse em oposição a ideia de que reformas sociais que apontassem para qualquer espécie de ganhos sociais para os trabalhadores. Os servidores públicos viram

⁷⁷ Disponível em: <http://institutoliberalidade.com.br/>

alvo de todo tipo de crítica descabida, na tentativa de fazer com que a opinião pública se voltasse contra o setor e admitisse o pacote de privatizações, terceirizações e parceria público-privadas que estava por vir. A ideia de que o Estado brasileiro estava inchado e por isso era pouco eficiente para cumprir seu papel ganhava força na veiculação diária, pelos setores da imprensa nacional, de imagens que comprovavam essa realidade com velhos na porta das agências superlotadas do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) ou na porta dos hospitais de todo país. Assim, além de não realizarem seu serviço com excelência esses servidores ainda haviam conquistado muito poder de barganha para as negociações com o Estado, realizando greves periódicas em torno de melhorias salariais e de trabalho, interrompendo o funcionamento das agências (OLIVEIRA, 2018).

Imagem 41: Posto da Previdência Social 1988.



Fonte: o Globo – Previdência, Prédios e Greves (23/09/2019)⁷⁸

Observando essa problemática o ataque ao servidor público mataria dois coelhos com uma cajadada, considerando que, como o apoio da opinião pública influenciada diariamente pela mesma mídia que divulgou ativamente as visitas de Hayek ao país, era possível atacar os servidores públicos, desqualificando e desmoralizando suas ações, e colocar em prática o pacote de privatizações de empresas estatais estratégicas e o regime de assistência vinculado ao Estado. Percebe-se que o argumento por aqui é muito parecido com os que foram utilizados para iniciar as reformas no centro do sistema ainda nos anos de 1960, como apontou Wolfgang Streeck (2018), o primeiro passo seria desqualificar o funcionalismo para diminuir consideravelmente as forças de resistência ao conjunto de reformas que seriam colocadas em prática.

Cabe destacar que, além da política de confronto com os servidores públicos das três esferas de governo, as orientações adotadas por aqui recuperam o mesmo fluxo assumido pelos países centrais. Em primeiro lugar, caberia blindar a política econômica como única política científica e racionalmente viável e, portanto, devendo ser colocada

⁷⁸ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/previdencia-predios-greves-20438987>

acima do bem e do mal, protegida da força política das ideologias e das paixões que regulam o movimento social de massa, principalmente aqueles supostamente ligados ao pensamento e luta da esquerda. Assim, os defensores da política econômica de corte liberal argumentam que “não há política econômica de direita, de esquerda ou de centro. Existe política certa, tecnicamente fundamentada, neutra; e existe a política errada, irresponsável, utópica, ingênua e populista” (PAULANI, 2008; p. 16).

Os traços dessa política supostamente certa, por ser, segundo os liberais, científica e tecnicamente fundamentada apontam para a necessidade de profundas reformas na estrutura econômica. Sendo assim, a única política economicamente viável deveria superar progressivamente os limites impostos tanto pela ideologia quanto pela democracia e política de massa adotando medidas duras de ajuste fiscal, com o objetivo de controlar os gastos públicos (PAULANI, 2008; STREECK, 2018). A ideia seria estabelecer limites de gastos aos executivos, reduzindo progressivamente a cobertura dos serviços oferecidos, do regime de assistência e da contratação de novos servidores, já que seriam esses últimos os principais responsáveis pela resistência às reformas de orientação liberal. Uma das ações mais importantes nessa direção foi, sem dúvida, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal⁷⁹, assinada em maio de 2000, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Associada a essa dura política de ajuste das contas públicas viriam, de acordo com Leda Paulani (2008), um conjunto de outros remédios amargos, mas, segundo os liberais, necessários à saúde da economia nacional. O controle das taxas de juros e inflação associando diretamente uma a outra, considerando a possibilidade de juros altos para o controle e diminuição da moeda nacional circulante, controlando desta forma o seu grau de valorização ou desvalorização em relação ao Dólar. Essas medidas seriam necessárias a uma suposta recuperação econômica para qualquer tipo de economia em qualquer tempo e para qualquer governo independente das ideologias que orientam as forças políticas que fazem parte da administração do Estado.

Essa cartilha se faz tão eficaz que por aqui todos os governos desde Fernando Collor de Mello até o governo de Jair Bolsonaro vão conduzir o estado enfatizando suas preocupações sempre com os mesmos pontos. É preciso ter um controle rígido do orçamento público, das taxas de juros e das taxas de inflação para garantir a credibilidade do mercado internacional na economia nacional, aumento com isso o fluxo de capital circulando no país. Cabe destacar, que não existe nenhuma preocupação em garantir que o capital que entra e sai do país tem alguma finalidade produtiva, eles podem ser atraídos apenas pela alta rentabilidade pelas altíssimas taxas de juros existentes por aqui. A afirmação de que o liberalismo e a política econômica de corte liberal está presente em todos os governos de Collor a Bolsonaro, passando ativamente inclusive por Lula e Dilma, não significa que estamos dizendo que sua manifestação se deu da mesma forma, mas que as preocupações e remédios utilizados para resolver os problemas relacionados à política econômica seguiu a mesma cartilha.

⁷⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm

Imagem 42: Trecho da Carta ao Povo Brasileiro

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo **Fernando Henrique Cardoso** que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Fonte: Partido dos Trabalhadores (22/06/2018)⁸⁰

Um dos momentos de maior instabilidade e de desconfiança dos investidores internacionais acontece na segunda metade do ano de 2002. O risco Lula colocava o governo de Fernando Henrique Cardoso em maus lençóis, já que a posição de liderança de Lula nas pesquisas eleitorais abria espaço para uma incógnita, que tipo de política econômica se poderia esperar com a vitória do Partido dos Trabalhadores? Tratando de deixar a crise nas costas de Fernando Henrique Cardoso e seus efeitos futuros como herança maldita do passado, em 2 de julho de 2002, o Partido dos Trabalhadores lança a Carta ao Povo Brasileiro, assinada pelo próprio candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora a opinião pública tratasse a carta como uma correspondência direta entre o presidencial e o “povo” brasileiro, no seu sentido mais genérico, na verdade o recado era remetido diretamente ao mercado, afirmando principalmente que a mesma agenda deveria ser cumprida dali para frente. No trecho acima ficam claras algumas preocupações com a recuperação da confiança pelos mercados, pois a crise produzida durante os anos de FHC, segundo o documento, era gerada por conta de uma série de decisões irresponsáveis no que se refere ao orçamento público e supostamente ao crescimento das dívidas interna e externa, aumentando o risco de que o país não tivesse condições de arcar com suas responsabilidades junto aos investidores. Nesses termos, a afirmação esperada pelo mercado era de que, se o Partido dos Trabalhadores lograsse êxito e vencessem as eleições, que os compromissos assumidos junto aos mercados seriam mantidos e que adotariam uma política mais responsável que pudesse garantir crescimento, mas ao mesmo tempo mantendo as preocupações e a responsabilidade com os gastos públicos e com o controle das taxas de juros e inflação. A partir daí, observando essas variáveis, talvez fosse possível investir em programas assistenciais e na política de geração de empregos.

Não é demais lembrar que essa política macroeconômica, considerada a única correta porque a única verdadeiramente científica, implica, particularmente no caso de economias como a brasileira, extinta do espaço em si da política econômica: a política monetária fica atrelada às metas inflacionárias, a fiscal aos superávits e a cambial é comandada

⁸⁰ Disponível em: <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>

pelo próprio mercado. Nesse contexto, aliás, não há rigorosamente nenhuma diferença entre independência do Banco Central e a sua “autonomia Operacional” (PAULANI, 2008; p. 16).

Nesses termos, é importante pensar que, da mesma forma que foi executada nos países centrais, a proteção de uma política econômica livre das pressões do movimento de massa aconteceu por aqui. A blindagem da economia e sua liberação para se movimentar sem nenhum controle social estão expressas na necessidade de responder ativamente à política de credibilidade instituída pelos investidores internacionais e pelos organismos multilaterais ligados ao setor. Sendo assim, a primeira preocupação de qualquer governo de Collor para frente consistia em garantir a estabilidade dos índices, pois dessa forma talvez se conseguisse governar com alguma estabilidade política, tendo, ao menos por um tempo, níveis aceitáveis de governabilidade. Assim, percebe-se claramente a forte tendência de financeirização dos processos políticos.

4.3- Crise da democracia liberal: indeterminação política e colapso das ideologias.

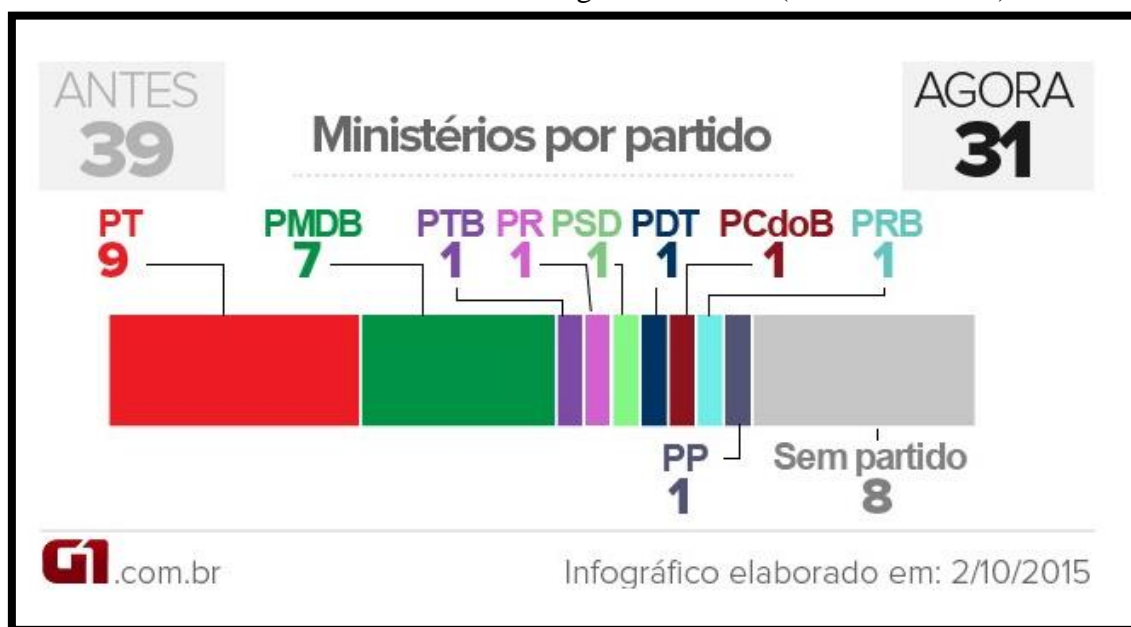
Percebe-se, portanto, que a financeirização da política tem um duplo sentido em sua aplicação discursiva, já que se por um lado ela produz uma blindagem importante do mercado frente a ação dos movimentos massa existentes e futuros, por outro, ela dissemina a ideia de que no plano da organização da economia e necessariamente da política seria possível agir negligenciando a força das ideologias. Promovendo uma ruptura drástica entre a ideia de representatividade política e a relação entre classes sociais e seus respectivos interesses.

Assim, se ao olharmos para o cenário macroeconômico é possível perceber com clareza que algo parece invertido, pois submete as ações políticas ao resultado obtido pelos índices econômicos, quando observamos a sociedade brasileira a coisa parece produzir um grau de dramaticidade maior, revelando que por aqui a nossa forma peculiar de organizar a política institucional no coloca em uma situação de mais instabilidade, considerando que o presidencialismo de coalisão aponta para uma crise ainda maior da ideia de que a forma de governar exige necessariamente algum grau de coerência que articula, do modo simbiótico, entre para quem e para quem governar. Essa coerência deveria produzir uma forma de governar projetada a priori, já que a falta dela produz uma política que se resolve apagando cotidianamente seus incêndios sem ter clareza de para onde devemos ir e onde desejamos chegar.

O mote de que o estado precisa governar para todos, como se todos fossem exatamente iguais, permite que os governos, de Collor de Mello até Jair Bolsonaro, estabelecessem todo tipo de alianças políticas coerentes e incoerentes na sua composição. Essa incoerência não aparece da mesma forma em todos os governos de lá para cá, já que, na maior parte do tempo, se constituiu articulações de centro direita, atendendo com maior regularidade aos interesses de um grupo específico da sociedade brasileira que sempre se beneficiou com a ação do Estado nacional. Assim, as composições lideradas por Fernando Henrique Cardoso 1 e 2, por Michel Temer após o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff e por Jair Bolsonaro apontaram sempre para uma direção muito clara de assumir o discurso oficial de proteção dos mercados e aprofundar as reformas de redução do tamanho do Estado brasileiro a qualquer custo, sem se preocupar com os efeitos sociais de tais medidas.

Por outro lado, existe um hiato de 14 anos em que as coisas parecem não serem tão coerentes, considerando que no período governado pelo Partido dos Trabalhadores, tanto nos governos em que a composição foi liderada por Lula quanto no período em que foi liderada por Dilma, a orientação da política parecia produzir sempre duas saídas possíveis, tentando mediar os interesses do mercado com os dos demais seguimentos da sociedade. Para dar conta desse exercício, nada fácil, as composições organizadas nos governos Lula e Dilma abarcavam representações dos mais variados setores que compõem a sociedade brasileira. Só para se ter uma ideia na composição que formava o governo quando a Presidenta Dilma teve seu mandato interrompido observe a figura abaixo.

Gráfico 3: Reforma ministerial do governo Dilma (outubro de 2015)



Fonte: G1.com.br (05/10/2015)⁸¹

Aparentemente a reformulação ministerial representava o último do governo que seria interrompido no ano seguinte. No entanto, observando a composição é possível perceber com alguma clareza que não existia nenhuma coerência ideológica entre as forças política que deveriam lhe dar sustentação. A começar pelos partidos mais fortes dentro do governo, o Partido dos Trabalhadores (PT) reduziu sua influência política diminuindo o número de ministérios, reduzindo de 13 para 9 os ministérios sob seu comando, na outra ponta, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), aumenta sua influência aumentando de 6 para 7 os ministérios sob seu comando, cabe destacar que quase toda fração do PMDB ligada ao vice-presidente Michel Temer começava a deixar o governo.

Além desses dois partidos maiores, 7 outros partidos concentravam um ministério cada: 1) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁸² – liderado por Roberto Jeferson que em 2005 havia produzido o escândalo do mensalão petista; 2) Partido da República (PR), que a partir de 2019 passa por uma reconfiguração que altera seu nome para PL (Partido

⁸¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/reforma-ministerial-da-mais-equilibrio-coalizacao-de-governo-diz-dilma.html>

⁸² Disponível em: <https://ptb.org.br/>

Liberal)⁸³, ligado ao Instituto Fundação Álvaro Valle, que atua com formação política de quadros liberais para atuar na política brasileira; 3) Partido Social Democrático (PSD)⁸⁴, que tem como um dos fundadores o ex-prefeito da cidade de São Paulo Gilberto Kassab, que seria ministro da ciência e tecnologia do governo Temer; 4) Partido Democrático Trabalhista (PDT), que liberou seus parlamentares para votar de acordo com sua consciência durante o processo de impedimento; 5) Partido Comunista do Brasil (PC do B); 6) Partido Republicano Brasileiro (PRB)⁸⁵, que a partir de 2019 passou a se chamar de Republicanos, mas que foi fundado em outubro de 2005 pelo então vice-presidente José Alencar e que tem entre seus quadros Marcelo Crivela e Rosângela Gomes; 7) Partido Progressista (PP)⁸⁶ que a partir de 2017 passou a se chamar apenas de Progressistas, que tem como presidente de honra Francisco Dornelles.

Essa incoerência não é algo acidental, mas compõe a forma brasileira de organização da política institucional, a perspectiva da coalisão é tão instável politicamente que da abertura política para cá apenas dois presidentes conseguiram cumprir integralmente os mandatos para os quais foram eleitos, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Isso significa que além das estratégias de proteção externas, que garantem ao mercado maior mobilidade em suas ações, internamente as composições incoerentes sempre comportavam em seu interior forças políticas de natureza política e social distinta, produzindo nos governos que pretendiam governar supostamente para todos uma espécie de incoerência interna, tendo que lutar cotidianamente para manter os níveis de governabilidade, rompendo gradualmente com qualquer projeto de realidade que seja orientado organicamente por uma linha ideológica.

Se de fato a discussão da crise das ideologias joga peso e se apresenta como uma espécie de argumento geral e coerente toda vez que pretendemos analisar a contemporaneidade, também é possível perceber que a ideologia não entre em crise na sua integralidade, já que a própria defesa da política sem ideologia se apresenta como uma ideologia reproduzida aos quatros ventos e com um importante efeito prático, considerando que se tornou eficiente, inclusive, para garantir que durante todo o período dos governos de centro-esquerda de Lula e depois de Dilma os argumentos fossem exatamente os mesmos quando o assunto era a política econômica que os governos deveriam seguir.

A ideia de uma prática política institucional sem vinculações com a política enquanto atividade humana parece bastante tentadora e comprova exatamente as teses levantadas por Leda Paulani (2008), revelando que o neoliberalismo enquanto política econômica, regulada integralmente pelos mercados, encontrava sucesso exatamente na sua capacidade de despolitizar a política à medida que se colocava como uma alternativa cientificamente comprovada e livre das ideologias.

Sendo assim, ao que nos parece, a ideia de que existe uma crise generalizada das ideologias é mais um argumento confortável e ficcional que não encontra respaldo científico quando analisamos as ideologias a partir de uma conceituação genérica. Percebe-se, nessa perspectiva, que a crise das ideologias é uma ideologia que ataca frontalmente a concepção de política e de representatividade política que se firmam em uma definição a priori de interesses, vinculadas a um grupo social específico. Em outras

⁸³ Disponível em: <http://www.pl22.com.br/index.html>

⁸⁴ Disponível em: <https://psd.org.br/linha-do-tempo/>

⁸⁵ Disponível em: <https://republicanos10.org.br/historia-do-prb/>

⁸⁶ Disponível em: http://www.progressistas.org.br/2056/Documentos/NossaHistoria_261182/

palavras, a atual crise das ideologias é na verdade o momento de ruptura entre a prática política e os princípios, valores e interesses que lhe deveriam orientar. A ruptura desses laços orgânicos coloca em risco não só a política institucional, mas também e principalmente a política enquanto prática humana utilizada na resolução de seus conflitos, considerando que sem a ideologia deixaria de existir a própria política.

O argumento da crise, no entanto, não é de todo falso, já que se por um lado o ataque às ideologias e a defesa de uma política sem ideologias se tornou uma importante estratégia de proteção dos mercados, sendo essa a ideologia dominante, por outro, quando observamos o campo da esquerda, sobretudo nos referindo à sua atuação institucional, partidária, no contexto da representação política, a coisa parece se confirmar. O que nos leva a crer que a crise das ideologias se expressaria com uma crise de representatividade que ganha escopo no campo da esquerda, à medida que nos períodos em que teve a capacidade de governar pautadas nos princípios e valores compatíveis com as necessidades e interesses das forças que deveria representar, adotou como horizonte uma perspectiva econômica pensada e trabalhada pelo mercado para sua auto proteção, que inibiria ao longo dos 14 anos em que governou o país qualquer possibilidade de construção de uma democracia de massas, ou mesmo, de uma democracia que fosse permeável às ações da ação política de massa.

Assim, sem a ação política não existe espaço para a formação política, considerando que segundo a própria teoria clássica marxista (MARX, 1984) ou a partir das definições pensadas por de Rosa Luxemburgo (2009), a formação política e a adesão a um determinado projeto de realidade se inicia pela ação política. Nesse sentido, o conceito de ideologia vai nos ajudar a entender melhor essa problematização.

Na obra “O 18 Brumário”, Karl Marx (1984), apresenta o processo que levou Luiz Bonaparte, uma figura improvável ao poder. Simultaneamente ele pensa o lugar da classe operária naquele processo. Na tentativa de entender o lugar dessa classe naquela trama histórica, o autor (MARX, 1984), vai conceituar o que ele entende como classe, levando em consideração duas formas determinantes, segundo ele.

A primeira conceituação, que leva em consideração apenas a natureza objetiva do sujeito, a sua materialidade, expressada por seu nascimento, seria, de acordo com ele (MARX, 1984), a classe em si. Nessa composição não existe nenhuma aderência social e política entre os indivíduos que compõe esse segmento. Já que as condições de nascimento não produzem naturalmente nenhuma consciência subjetiva, fazendo com que a única particularidade que os articula seja tratada como algo fluído, sem solidez, já que compartilhar das mesmas condições sociais não seria suficiente que esse segmento se comportasse enquanto classe.

Ao mesmo tempo, Karl Marx (1984), mostra-nos que a classe não se constitui levando em conta apenas a sua natureza objetiva, o nascimento, o compartilhamento das mesmas condições sociais. Segundo ele, o conceito de classe em si precisa ser superado pelo conceito de classe para si. Nesse momento, essa fração de indivíduos se moveria com base não apenas em questões de natureza objetiva, mas também e principalmente em função de um projeto político de emancipação de toda a classe. A diferença da primeira para a segunda perspectiva, é que na segunda para que os indivíduos se movam enquanto classe, com objetivos políticos comuns, se faz necessário que eles participem ativamente dos processos de luta social. Assim, a medida em que luta se tornam mais aptos para lutar, ao passo que produzem entre si uma perspectiva de realidade, um lugar sólido que teria a função de orientar a ação política.

Esse processo descrito por Marx (1984), mais tarde é aprofundado por Rosa Luxemburgo (2009) quando reflete sobre o movimento revolucionário com que tem contato em uma de suas visitas a Rússia pré-Revolucionária. De acordo com ela os movimentos autônomos tinham um papel fundamental nessa construção, haja vista que era a partir deles que a massa de trabalhadores atuava coletivamente nos processos de luta, produzindo adesão. Na perspectiva, com que ela trabalha, percebemos que o lugar da greve de massas ocupa no processo de formação dos trabalhadores enquanto classe, que se move coletivamente, com um projeto político minimamente alinhado. Esse projeto pode tomar por base as questões econômicas, inerentes ao bem-estar dos trabalhadores que fazem parte da categoria, mas também político quando aponta para a necessidade de produzir processos de transformação social mais profundos.

Rosa (2009) revela que embora o movimento de massa seja necessário o partido político, que assume o papel de organizar os trabalhadores, precisa ter clareza dos projetos que defende, para que nos momentos em que for necessário assuma o seu lugar de organização política da classe, sustentando a classe técnica e politicamente, já que é capaz de analisar a realidade em sua radicalidade, revelando os limites e as potencialidades que o movimento acumula enquanto luta.

Esse conceito de classe está intimamente ligado a um outro conceito desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels (2009), que é a ideologia. De acordo com Terry Eagleton (1997) esse conceito assumiu vários sentidos ao longo do tempo, dentre eles o significado de falsa verdade. Esse conceito de ideologia enquanto falsa verdade tem origens na própria reflexão de Marx e Engels (2009), fazendo referência a uma espécie de verdade incompleta. Nesses termos, a ideologia assume o significado de falsa verdade por considerar que o conceito de verdade, na observação da realidade, exige que o observador perceba a realidade a partir do seu lugar social. Em outras palavras, a falsa verdade não é sinônimo de mentira, mas o reconhecimento de que a nossa forma de enxergar a realidade leva em consideração a nossa condição social de classe. Assim, quando o trabalhador observa a realidade, levando em conta a sua condição real, deveria produzir uma reflexão com o intuito de transformá-la. Em contrapartida, a classe dominante, ao analisar a realidade, percebendo que a atual conjuntura lhe favorece, pretende garantir a conservação das coisas como estão.

A produção de ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a vida material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência, nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. (MARX e ENGELS, 2009, p. 31)

Sendo assim, a ideologia se realizaria exatamente a partir do momento em que, mesmo não sendo parte da classe dominante, o trabalhador, agiria no sentido da conservação das estruturas que lhe oprimem, atentando cotidianamente contra seus próprios interesses de classe. Isso acontece exatamente porque esse agir está pautado em uma observação distorcida da realidade, pois a analisar sua condição, mesmo sendo trabalhador, age e pensa como se fosse patrão. Essa distorção do olhar não se aplica apenas às ideias que esse indivíduo formula sobre a sua realidade, mas também e principalmente na forma como ele se move e se organiza para participar da vida social.

Essa problemática fica evidente na obra *Tempos Modernos*, produzida por Charlie Chaplin, na década de 1930, contemporânea tanto de Benjamin quanto de Adorno. Na reflexão de Chaplin (1930), mostra, nos mínimos detalhes, não só a ideologia do progresso, que condiciona o tempo e os movimentos que o trabalhador desenvolve durante o tempo em que está no espaço da produção, mas também revela que a forma como a produção está organizada tira do trabalhador tanto o conhecimento sobre o processo quanto sobre o resultado integral de seu trabalho. Além disso, evidencia como as contradições que marcam a estrutura de produção extravasam para o âmbito da vida social geral. Se esse processo produz movimentos de resistência por parte dos trabalhadores, a maior parte do tempo esses trabalhadores são regulados pela necessidade de garantir sua existência material, sendo obrigado a se submeter a condições sociais e funcionais cada vez mais insalubres.

Assim, o sucesso da ideologia consiste em ofuscar essa realidade, fazendo com que os trabalhadores enxerguem a realidade a partir daquilo que esperam seus dominadores. Para garantir que isso se capilarize os processos de dominação são cada vez mais aprimorados. Em contrapartida, o trabalhador precisa estar mobilizado o tempo todo para não correr o risco de atentar contra suas próprias demandas.

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início e predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura (...) (OLIVEIRA, 2008, p.35)

Se a ideologia do progresso conseguiu sobreviver na Europa do final do século XIX, nos países de desenvolvimento tardio, como é o caso do Brasil, essa perspectiva vai começar a ganhar espaço no pós Segunda Guerra Mundial. No entanto, alguns movimentos nessa direção podem ser sentidos por aqui ao longo dos anos de 1930, após a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, quando Brasil é obrigado a recompor suas relações comerciais com outros parceiros e substituir as importações de produtos manufaturados por bens de capital, a fim de produzir em solo brasileiro aquilo que os parceiros comerciais europeus não podiam dar conta durante os anos de conflito (OLIVEIRA, 2008).

Eleito com um programa nacionalista, Kubitschek abriu as portas ao capital estrangeiro, utilizando para isso um estratagema de Eugênio Gudín, o papa do pensamento econômico liberal no Brasil do século XX. A estratégia de Gudín, que havia sido ministro de Café Filho, consistiu em incentivar, via desburocratização e desoneração, as

importações de bens de capitais por parte das empresas estrangeiras, como mecanismo de industrialização; foi a chamada importação sem cobertura cambial. O subsídio às importações de bens de capital continuou forte, o que implicava uma transferência de renda dos exportadores para os importadores. (OLIVEIRA, 2018, p. 48)

A partir do governo Juscelino Kubitschek (1956- 1961) essa perspectiva ganha ainda mais substância, a meta de desenvolver em 5 anos aquilo que demoraria 50 anos fez com que a cena política e econômica nacional assumisse outro fluxo. As grandes obras iniciadas pelo governo geravam empregos, a exemplo da construção de Brasília, que promoveu uma migração em massa de trabalhadores das regiões norte e nordeste do país para trabalhar nas obras. Segundo Francisco de Oliveira (2008), o processo de desenvolvimento, seguindo a cartilha do que já havia acontecido no mundo desenvolvido mais de um século antes, combinava desenvolvimento técnico e tecnológico com trabalho precário. Mas a ideia de urbanização do país ganhava mais defensores a cada dia. Sobretudo pelo fato de que a ideologia do progresso colocava em fronts opostos o campo brasileiro, apontado como lugar do atraso, em oposição ao urbano industrial que representava o desenvolvimento e o futuro. Além disso, essa perspectiva se espalhava amplamente entre os populares, já que a proposta de desenvolvimento dependia de um amplo pacto firmado entre todos os setores da sociedade brasileira. Assim, se por um lado a ideologia do progresso construía seu percurso, por outro ela se capilarizava ampara em uma outra ideologia, ou seja, em uma ideia de povo sem contradição, na qual cada segmento da sociedade deveria dar a sua parcela de contribuição e sacrifícios na construção do país do futuro.

No plano ideológico, resultava uma noção de “povo” apologética e sentimentalizável, que abraçava indistintamente as massas trabalhadoras, o lumpesinato, a intelligentsia, os magnatas nacionais e o exército. O símbolo desta salada está nas grandes festas de então, registradas por Glauber Rocha em *Terra em transe*, onde fraternizavam as mulheres do grande capital, o samba, o grande capital ele mesmo, a diplomacia dos países socialistas, os militares progressistas, católicos e padres de esquerda, intelectuais do partido, poetas torrenciais, patriotas em geral, uns em traje de rigor, outros em blue jeans. (SCHWARZ, 2014, p. 13)

Essa razão dualista, que tratava o campo como o lugar de relações arcaicas, também apontava para uma suposta associação escusa entre esse campo e o Imperialismo dos países centrais, principalmente os Estados Unidos da América do Norte. Assim, na contramão dessa associação com os países imperialista se colocava a perspectiva de desenvolvimento da indústria nacional, como algo autenticamente brasileiro, mesmo que fosse realizado por empresas estrangeiras que recebiam subsídio do Estado para importar bens de capital (OLIVEIRA, 2008).

Para compreender o conteúdo, a implantação e as ambiguidades dessa hegemonia, é preciso voltar às origens. Antes de 1964, o socialismo que se difundia no Brasil era forte em anti-imperialismo e fraco na propaganda e organização da luta de classes. A razão esteve, em parte ao menos, na estratégia do Partido Comunista, que pregava aliança com a burguesia nacional. Formou-se em consequência uma espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico, um complexo

ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes, facilmente combinável com o populismo nacionalista então dominante, cuja ideologia original, o trabalhismo, ia cedendo terreno. O aspecto conciliatório prevalecia na esfera do movimento operário, onde o PC fazia valer a sua influência sindical, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica. E o aspecto combativo era reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária (SCHWARZ, 2014, p. 10)

A oposição se fortalece ao longo dos anos de 1960 e, embora no plano político institucional a esquerda fortalecesse o campo da perspectiva desenvolvimentista, amparada pelas ideias sociológicas de Caio Prado Júnior de que a revolução social necessitava do cumprimento de etapas, esperando primeiro acontecer a revolução burguesa para daí então pensar na possibilidade de uma revolução proletária, esse erro de leitura produziu contradições na forma de organização política do PCB, fazendo com que buscasse aliança com setores da burguesia nacional a fim de garantir que esta caminhasse na direção de sua revolução. Por outro lado, no campo da cultura e da arte, bem como no estudo do marxismo na universidade o fluxo era outro. Segundo Roberto Schwarz (2014), o campo e a cidade começavam a respirar outra atmosfera, na porta das fábricas, nos locais de moradia, ou no campo brasileiro a teoria crítica marxista consolidava seu espaço.

Em 1964 instalou--se no Brasil o regime militar, a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo. O governo populista de Goulart, apesar da vasta mobilização esquerdizante a que procedera, temia a luta de classes e recuou diante da possível guerra civil. Em consequência, a vitória da direita pôde tomar a costumeira forma de acerto entre generais. O povo, na ocasião, mobilizado mas sem armas e organização própria, assistiu passivamente à troca de governos. Em seguida sofreu as consequências: intervenção e terror nos sindicatos, terror na zona rural, rebaixamento geral de salários, expurgo especialmente nos escalões baixos das forças armadas, inquérito militar na Universidade, invasão de igrejas, dissolução das organizações estudantis, censura, suspensão de habeas corpus etc. Entretanto, para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. (SCHWARZ, 2014, p. 08)

No campo da cultura, as peças de Brecht eram representadas tanto pelo Teatro do Oprimido quanto pelo Teatro de Arena, sem contar nas produções cinematográfica produzidas pelo Cinema Novo, representado por Glauber Rocha, ou pelos Centros Populares de Cultura (CPCs), da União Nacional dos Estudantes, dirigidos na época por Eduardo Coutinho, que na ocasião filmava o *Cabra Marcado Para Morrer*. Os Centros Populares de Cultura além de produzir peças e filmes ainda desenvolviam um trabalho de alfabetização com trabalhadores do campo e da cidade, fazendo uso da metodologia desenvolvida por Paulo Freire (SCHWARZ, 2014). Os anos que antecederam ao golpe empresarial-militar, sobretudo entre os anos de 1961 e 1964 marcam um período atípico na produção cultural do país, mesmo com toda ofensiva da direita, baseada no mote de

conter o avanço comunismo no país, a esquerda ocupa a cena pública, tomando de assalto os espaços culturais.

Segundo Roberto Schwarz (2014), a interrupção dessa experiência progressista se deu de modo traumático, pois a instalação de um Estado autoritário, representado por uma ditadura empresarial-militar que se alongou por 20 anos impossibilitou a construção de uma história diferente.

Durante os anos de Ditadura Empresarial-militar, a perspectiva nacional desenvolvimentista ganha novo fôlego. Segundo Francisco de Oliveira (2007), foi nesse período que se constituiu o que ele chama de tripé desenvolvimentista. Com base nesse tripé a economia nacional deveria ser sustentada por um conjunto de empresas estatais, associada a um conjunto de empresas privadas nacionais e por fim, em uma fração menor, por um grupo de empresas privadas internacionais. As altas taxas de crescimento econômico do final dos anos de 1960 e do início da década de 1970 pareciam apontar para o sucesso dessa forma de organização. No entanto, logo se percebe que as altas taxas de crescimento eram financiadas por empréstimos internacionais que na década seguinte cobraria um alto preço.

A abertura política, lenta, gradual e segura, iniciada no final da segunda metade dos anos de 1970 e consolidada em meados dos anos de 1980, levanta uma controvérsia, segundo Florestan Fernandes (1979) é que embora os militares tenham deixado o poder, o pacto estabelecido garantia que a estrutura política se mantivesse inalterada, já que os demais agentes políticos, não fardados, permaneciam em seu devido lugar, gozando do status de fazer parte agora de um governo democrático. Embora o momento fosse outro e, de acordo com Francisco de Oliveira (2007), a perspectiva de uma plataforma de desenvolvimento nacional não fosse mais possível, a sua retomada ainda se apresentava como ideologia. O projeto de desenvolvimento havia ficado para trás, mas o poder dessa ideologia continuava a garantir que os sacrifícios fossem feitos esperando que o futuro reservasse ao país um destino melhor.

A diferença é que agora, em nome do bem comum, o Estado precisava ser reformado, já que depois da experiência da ditadura empresarial-militar, não podíamos mais correr o risco de que essa figura, que concentrava tamanho poder se voltasse novamente contra seu próprio povo. Baseado nesse argumento, liberais e uma importante fração da esquerda concordam, cada grupo por conta de seus motivos particulares de que a melhor saída para frear as ações arbitrárias do Estado era reduzir seu tamanho. Assim, enxugando a máquina estatal sobriariam mais recursos para investir em outras áreas da administração pública. O problema para consolidação do pacto é que a antiga ideologia já havia sido substituída.

Dito isso, é importante pensar que compreendendo o colapso das perspectivas nacionais de desenvolvimento no início dos anos de 1980 e considerando o cenário que aponta para um processo de construção de uma coalizão política democrática que conduziria o país a abertura política, o ataque ao Estado começa com força. É importante lembrar, como já trabalhamos acima, que esse ataque não se restringe à realidade brasileira, já que o Estado começa a ser reformado em todo mundo ocidental. De acordo com Asa Cristina Laurell (1997), as reformas atacariam de frente os resquícios que ainda restavam de um Estado de bem-Estar.

A ação política, nessa direção, vai atuar em duas frentes que se completam. Em primeiro lugar, é importante produzir um discurso com capilaridade social que aponte o

Estado como uma figura retrógrada, incompatível com às necessidades políticas e administrativas de um novo tempo, mostrando sua ineficiência em administrar serviços elementares (LAURELL, 1997). No Brasil isso é levado a sério e os meios de comunicação, cumprindo seu papel estratégico no processo de difusão do discurso, atacam diariamente o Estado e a suposta baixa qualidade de seus serviços. Não era cena rara que nos telejornais fossem mostradas as filas cotidianas nas unidades de saúde ou nas agências do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ainda assim, eram evidenciadas as denúncias de corrupção que afetavam todo o sistema.

Essa retirada desenfreada de direitos sociais, flexibilização da legislação trabalhista associada a uma profunda redução do tamanho do Estado, privatizando, terceirizando ou estabelecendo parcerias público-privadas com todo tipo de organização tem uma finalidade meramente econômica, afinal o mercado precisava se recuperar do período de perdas. É importante destacar que essa ofensiva revela que o campo liberal se articulou bem por mais de uma década para iniciar suas reformas em um período de tempo que a ação de massas já não mais tanta efetividade em influenciar os rumos que os Estados deveriam tomar, já que além da ideia de que existe uma política econômica a priori que está acima do bem e do mal, supostamente livre tanto das pressões da esquerda quanto da direita, por aqui ainda ganhava força o argumento de que a nação precisava de unificar para superar as dificuldades que o Brasil precisa enfrentar.

Para Francisco de Oliveira (2007), no Brasil, a crise dos conceitos de direita e esquerda tem origem exatamente no processo de abertura democrática. A ideia de que é necessário um esforço coletivo para reconstruir o país, faz com que no plano político institucional as forças políticas de esquerda e de direita compartilhem valores, colocando suas discordâncias apenas no plano das ideologias, rompendo com as particularidades de cada força política no cotidiano da atividade prática. O surgimento de três grandes forças políticas na década de 1980 pretendia recompor o elo entre luta de classes e representação política no período pós ditadura. Na teoria o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) deveriam representar frações específicas da sociedade. O primeiro, como o próprio nome já define deveria focar sua atuação na defesa dos interesses dos trabalhadores, o segundo teria mais entrada entre os setores do agronegócio e do empresariado e o terceiro supostamente garantiria representatividade à classe média.

Era necessária coesão para superar as heranças deixadas pela ditadura empresarial-militar, mas também para garantir que o Brasil conseguisse contornar os efeitos das crises do petróleo e da dívida que desembarcaram por aqui nos anos de 1980. Como afirmamos anteriormente, a formação do tripé desenvolvimentista, que garantiu altas taxas de crescimento durante o período da ditadura, foi pautada em uma série de empréstimos internacionais que foram cobrados nos anos de 1980.

As tensões sociais marcaram o período, pois a medida que o contexto de crise econômica se aprofundava, as classes populares se organizaram para garantir direitos sociais mínimos. Uma série de movimentos populares se espalharam pelo país, as bandeiras levantadas eram as mais diversas dada a gravidade da situação. A medida que a dívida era cobrada pelos credores dos países centrais, ficava cada vez mais evidente que a situação econômica era mais grave do que parecia, com endividamento externo para subsidiar o período de milagre econômico, a realização da acumulação de capital no Brasil ficou subordinada à acumulação de capital no cenário internacional, fazendo com

que as decisões no campo da política fossem subordinadas aos interesses do mercado mundial.

As reformas do Estado se aprofundam no sentido de responder às demandas levantadas pelo capital financeiro. A partir do governo de Fernando Collor de Mello, passando por Itamar Franco, e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso os processos de redução da máquina pública se aprofundam, as privatizações, terceirizações e parcerias público privadas ganham lugar de destaque no vocabulário político nacional. A estratégia era desregulamentar o mercado, abrindo-o indiscriminadamente às exportações, abrindo mão do controle cambial, mas também de qualquer forma de regulamentação dos juros das dívidas públicas tanto externa quanto interna. Na verdade, o que estava em jogo agora era a desconstrução total do discurso corporativista de Estado, pautado em qualquer espécie de nacionalismo. Se no período anterior o tripé desenvolvimentista (empresas estatais, privadas nacionais e transnacionais) garantia que parte dos lucros da produção permanecesse no país, agora com grande fluxo de privatização das empresas públicas e a abertura do mercado às transnacionais o fluxo de capital parece funcionar sem nenhum controle do mercado nacional para os países sede das transnacionais que atuavam por aqui.

Daí por diante, com a política altamente financeirizada, as decisões de Estado passaram a girar em torno de ajuste de natureza fiscal, com os objetivos de reduzir os custos da máquina pública e o controle das taxas de inflação. Esse seria um novo campo de invenções, ou seja, o capital retomava o controle da situação, delimitando o espaço em que as forças políticas que ocupassem o Estado deveriam se movimentar. Nesses termos, seria sempre possível prever o próximo movimento (OLIVEIRA, 2007). Estabelecido o campo, inclusive os governos de Lula e Dilma, caminhariam na mesma direção, produzindo contradições, mas se deslocando pelos mesmos trilhos.

Se o liberalismo de Lula e Dilma pareciam mais amenos, considerando que mesmo mantendo as preocupações com a manutenção da credibilidade nacional no cenário internacional e com o controle das finanças públicas, das taxas de juros e inflação, existia a realização de políticas sociais públicas que minimizavam o impacto da ação do mercado sobre a população. É importante destacar que não se tratam mais de política públicas de caráter universal, a estratégia seria garantir que os serviços ofertados chegassem exclusivamente aos mais pobres, àqueles que não teriam condições arcarem com as suas necessidades básicas de existência, todos os demais deveriam sobreviver com seus próprios meios.

Observando dessa forma a ação do Estado naquele período parece nobre considerando que mantém o regime de assistências destinada aos mais pobres. Agindo assim, era possível garantir assistência sem estourar os gastos públicos. O que não fica perceptível a olho nu é que a estratégia usada por aqui é semelhante a que foi utilizada no Estados Unidos da América ao longo dos anos de 1970. A ideia era estabelecer um público focal e linhas de crédito para todos aqueles que estavam fora da faixa de assistência. Se por um lado foi possível construir universidades e institutos federais em todo país, e talvez seja essa a maior virtude desses governos, por outro a ampliação do FIES (Financiamento Estudantil), a criação do Minha Casa Minha Vida, apresentados respectivamente como parte da política de expansão do acesso ao ensino superior e a criação de uma política habitacional, que prometia resolver o déficit habitacional no país, nada mais eram do que a criação de novas linhas de crédito, transferindo a responsabilidade pela garantia desses serviços para o orçamento das famílias. De acordo

com Wolfgang Streeck (2018), essa seria uma estratégia de controle dos gastos públicos, já que converte dívida pública, reduzindo os gastos sociais do Estado, em dívida privada, delegando a responsabilidade por arcar com esses financiamentos para as famílias. Isso justificaria os altos lucros obtidos pelos bancos tanto nos governos de Lula quanto nos governos de Dilma.

Imagem 43: Lucro dos Bancos nos governos petistas



Fonte: Veja (12/10/2019)⁸⁷

Tabela 1: Lucro dos Bancos.

Governo	Total acumulado	Média anual
Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)	R\$ 63,63 bilhões	R\$ 7,95 bilhões
Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)	R\$ 254,76 bilhões	R\$ 31,84 bilhões
Dilma Rousseff (2011 - 2013)	R\$ 115,75 bilhões	R\$ 38,58 bilhões

Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Créditos (12/10/2019)⁸⁸

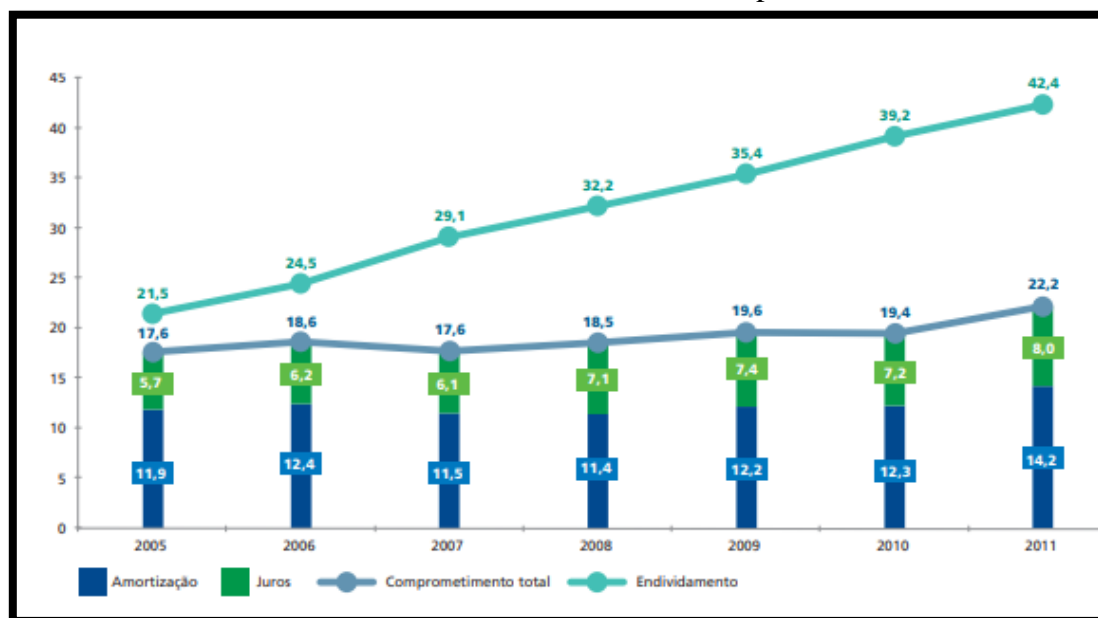
De fato, existe uma sensação de que a vida melhorou, pois além das linhas de crédito criadas pelos governos petistas nos bancos públicos, associada a uma redução das

⁸⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>

⁸⁸ Disponível em: <https://www.contec.org.br/attachments/article/12220/Boletim%20Econ%C3%B4mico%20da%20CONTEC%20N%C2%BA%2082.pdf>

taxas de juros para os empréstimos e financiamentos tomados, a inflação estável e a credibilidade do mercado internacional por conta da continuidade na condução da política econômica, tudo isso se reverti em mais poder de compra, mesmo que esse fosse garantido na base do endividamento privado.

Gráfico 4: Endividamento das famílias e comprometimento da renda.

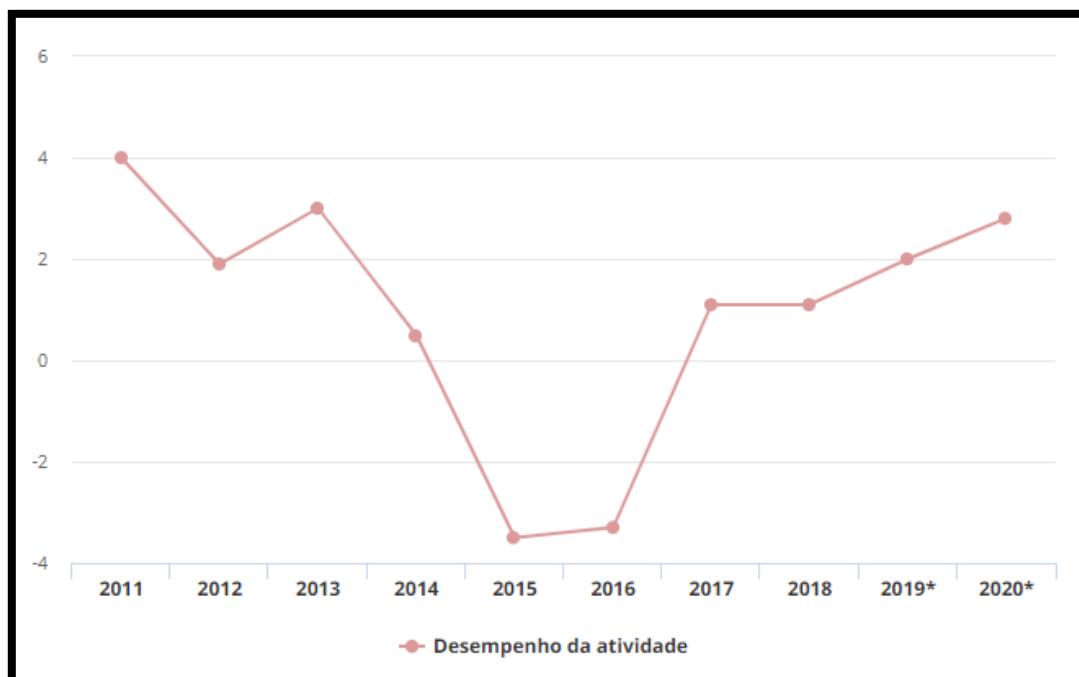


Fonte: BNDES 60 anos – perspectivas setoriais (12/10/2019)⁸⁹

Durante os anos de crescimento econômico dos governos do Partido dos Trabalhadores foi possível manter os incentivos voltados tanto para o financiamento estudantil quanto para programas tipo Minha Casa Minha Vida, no entanto, quando os efeitos da crise econômica mundial de 2008 chegam por aqui o panorama começa a mudar. Os índices medíocres de crescimento econômico a partir de 2011 agravados pelas perdas de crescimento nos anos de 2015 e 2016 exigiram uma série de medidas de ajuste na tentativa de minimizar o efeito de tais perdas no orçamento público. Mesmo iniciando o segundo governo sob o lema da pátria educadora a educação vai ser, junto com a saúde, as duas áreas em que o governo Dilma vai realizar os maiores cortes ainda no ano de 2015.

⁸⁹ Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20 P-final BD.pdf> (página 26)

Gráfico 5: Produto Interno Bruto (2011 – 2019).

Fonte: G1 (12/10/2019)⁹⁰

Gráfico 6: Cortes no orçamento governo Dilma.

Fonte: APUFPR- SSIND (09/05/2019)⁹¹

⁹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/brasil-caminha-para-decada-com-crescimento-mais-fraco-em-120-anos.ghtml>

⁹¹ Disponível em: <https://apufpr.org.br/mandato-de-dilma-ja-inicia-com-corte-de-31-na-educacao/>

4.4- Reformas do Estado e o protagonismo da Juventude Liberal do MBL.

Associado a esse turbilhão econômico, marcado pela queda de crescimento em 2014 e a recessão de 2015, com a mesma projeção para 2016, a partir de 2013 o movimento liberal começa a se mostrar no espaço público, polarizando a correlação de forças e evidenciando a incapacidade política do governo Dilma em garantir a retomada do crescimento econômico e a recuperação da confiança dos investidores nacionais e internacionais.

Sob o mote de que era necessária união para que o país conseguisse superar os efeitos da crise financeira mundial sobre a população, ainda no governo Dilma, o ministério da fazenda, liderado por Joaquim Levy⁹², elaboram o projeto de orçamento para o ano de 2015 com cortes robustos em áreas estratégicas, inclusive nas áreas sociais que sempre foram o carro chefe dos governos petistas.

Imagem 43: Corte no orçamento Dilma (2015)



Fonte: Câmara dos Deputados (12/01/2019)⁹³

A intenção dos cofres era enxugar os gastos públicos, aumentar o superávit primário e recuperar a credibilidade junto ao mercado. O efeito esperado com essas medidas não meramente econômico, mas principalmente político, pois os efeitos da crise haviam chegado por aqui e a instabilidade política começava a crescer. As alianças estabelecidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do vice-presidente da República, Michel Temer, começava a ruir. Assim, o cenário de instabilidade estava completo, o governo não

⁹² Cabe destacar que antes de assumir o cargo de ministro no governo Dilma, Joaquim Levy trabalhou entre 2011 e 2014 como Diretor Superintendente da Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, braço do Banco Bradesco S.A., o segundo maior grupo bancário privado do Brasil, administrando uma carteira superior a US\$ 130 bilhões. Quando sai do governo em 2016 assume cargo estratégico na estrutura do Banco Mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/about/people/j/joaquim-levy>

⁹³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/459596-governo-anuncia-bloqueio-de-r-699-bilhoes-no-orcamento/>

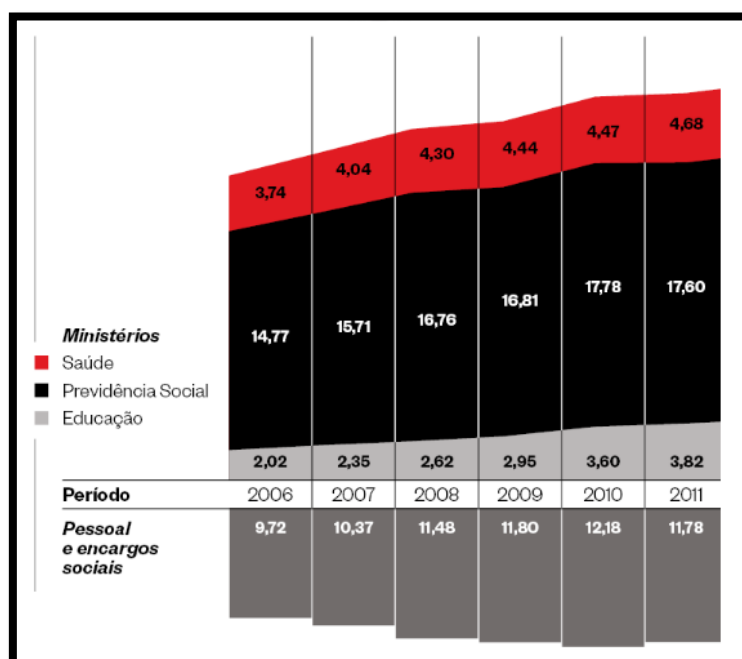
conseguia retomar o ciclo de crescimento do período anterior, além de sofrer com pressões políticas internas, por parte de seus aliados políticos, e externas pela ação de novas forças políticas que pipocam no país a partir de 2013, mas que ganham corpo institucional a partir do segundo semestre de 2015, como foi o caso do Movimento Brasil Livre.

Aparentemente, as primeiras observações apontavam para uma onda de corte liberal conservador que passariam assim que a situação política e econômica se estabilizasse. Nesse sentido, esses movimentos eram vistos inicialmente como reativos aos efeitos negativos que a economia brasileira entrara e a uma suposta crise moral produzida pelos anos de governo do Partido dos Trabalhadores.

Nesse sentido, a crise enfrentada por Dilma, como nos fala Francisco de Oliveira (2018), não possui apenas elementos exógenos, mas também e principalmente endógenos, já que teria que conviver o tempo todo sendo bombardeada por fogo amigo, pois além do vice-presidente outras figuras importantes do então PMDB começavam a se posicionar contra o governo, dentre elas, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A Narrativa desse período seria disputada anos mais tardes por duas produções cinematográficas que retratariam o processo de afastamento da Presidenta Dilma.

A instabilidade política produzida pela oposição dá início a um processo jurídico-político que terminaria com o impedimento da Presidenta da República e a nomeação de Michel Temer para ocupar o cargo. De fato, as reformas liberais levadas a cabo durante os anos de governo do Partidos dos Trabalhadores pareciam brincadeira de criança frente a avalanche de pautas levantadas pelo seu sucessor. Nesse processo, o Movimento Brasil Livre joga peso, já que, embora tivesse sido empossado presidente, Michel Temer, não gozava de nenhum carisma, no sentido weberiano do termo, que lhe facilitasse a articulação com as demais forças políticas, mas ao mesmo tempo a frente liberal que se organizara desde o final dos anos de 1970, como nos falou Gabriel Onofre (2014), percebia que era hora de radicalizar.

As mudanças mais significativas do período atacam quase que simultaneamente três frentes, a necessidade de reformar a escola básica, pensando necessariamente na formação de um indivíduo permeável às necessidades e imposições levantadas pelo mercado, e na redução do poder de barganha que o movimento de trabalhadores havia conquistado ao longo do último século, fazendo com que os direitos sociais e trabalhistas tivessem que ser repensados de modo mais flexível possível. Além disso, correndo por fora, mas não menos importante, o Estado começava a ser reformado para se tornar necessariamente menor, pois o projeto de emenda constitucional 241 (na Câmara dos Deputados) e 55 (no Senado), conhecida popularmente no campo da esquerda como PEC do fim do mundo, visava estabelecer um teto mais radical que limitasse os gastos públicos por 20 anos.

Gráfico 7: Gastos públicos áreas sociais e com o funcionalismo público.

Fonte: Revista Época (14/10/2019)⁹⁴

Cabe destacar, que as alianças no bloco liberal a partir de agora eram mais propositivas. De forma alguma é possível afirmar que esse bloco se movimentava de modo unívoco, e que as alianças se sustentariam após a materialização das reformas, mas temporariamente ele parecia se comportar como se fosse. O MBL abraça não só as pautas liberais, como também se lança em defesa de uma moralidade que congrega os valores conservadores em relação à família e ao suposto ataque à corrupção estatal, aproveitando-se necessariamente para estabelecer uma relação entre essas distorções de caráter e as pautas, lutas e atuação institucional da esquerda e principalmente do Partido dos Trabalhadores.

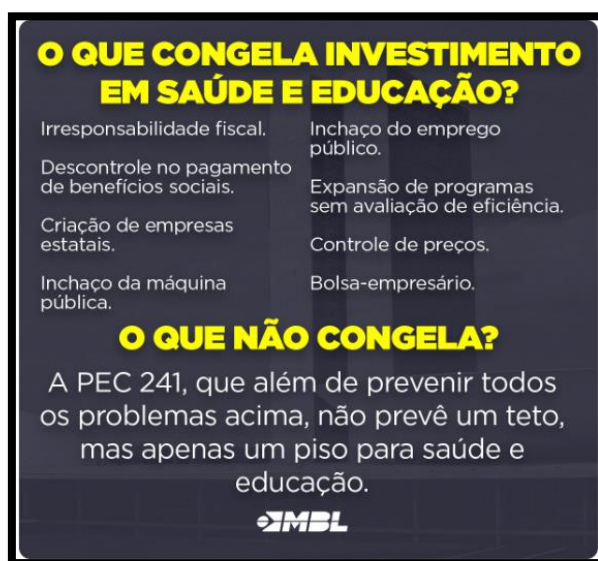
A ideia era enfrentar esses desafios morais e ao mesmo tempo reformar o estado de modo que no futuro ele estivesse livre dos esquemas de corrupção, esse discurso assume certa potência na defesa da reforma do ensino médio e da aprovação da lei que estabelece um teto para os gastos público. A campanha do bloco liberal ataca inicialmente os custos sociais de manutenção do Estado de direito, alegando que os gastos não poderiam ser sustentados em médio e longo prazo, necessitando que se realize um conjunto justificado de cortes no orçamento público, reduzindo potencialmente a capacidade de assistência com qualidade por parte dos serviços sociais oferecidos pelo Estado. Percebe-se que a ideia era restringir ainda mais o público que deveria ser assistido, já que reduzindo os gastos públicos em áreas estratégicas, como saúde, educação e previdência social, os indivíduos que gozassem de recurso para buscar esses serviços no mercado assim o fariam, criando uma série de nichos para a exploração do mercado e, ao mesmo tempo, transferindo a dívida pública para as famílias, já que as mesmas a partir de então deveriam arcar com responsabilidades sociais que no período anterior eram exclusivas do estado,

⁹⁴ Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/pec-241-tudo-sobre-o-teto-de-gastos.html>

como nos alertou Wolfgang Streeck (2014) sobre as reformas nos Estado Unidos da América nos anos de 1970.

Além de atacar os serviços públicos voltados às áreas sociais, o pacote de reformas visava atacar também o funcionalismo público ainda existente, evidenciando o quanto a sua manutenção pesa no orçamento público. A estratégia assume um movimento agressivo, colocando para a sociedade como se o funcionalismo público fosse a principal causa para o descontrole orçamentário, devendo ser por isso atacado, e progressivamente reduzido.

Imagem 44: PEC 241.



Fonte: MBL Twitter (14/10/2019)⁹⁵

A aprovação do chamado “Pacote de Maldades”, composto pelas reformas trabalhistas, do ensino médio e pela lei que estabelece um teto mais radical aos gastos públicos, que deveria servir para retirar o país de uma crise que se alongava desde 2011, na verdade se transforma no principal objetivo estabelecido pelo governo de Michel Temer. A ponte para o futuro parecia conduzir rapidamente o país em direção a um passado não muito próximo, já que uma parte considerável dos direitos que começavam a ser flexibilizado e necessariamente capitalizado com as reformas, fazem referências às lutas travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras na primeira metade do século passado, como é o caso da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Como nos países centrais, o mercado, percebeu por aqui que a manutenção do Estado democrático de direito custa caro e alguém precisa pagar a conta e ele não pretende mais arcar com sua parte em troca de perda da sua capacidade de rentabilidade. Parece claro que a democracia, que se materializa em um conjunto de direitos sociais, trabalhistas, civis, penais e humanos, não tem mais lugar nessa fase do desenvolvimento do mercado, mas esse posicionamento só é possível por conta das décadas de preparação, de produção das condições necessárias à aprovação de um processo profundo de reforma

⁹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/mblivre/status/785614675064958977>

dos estados em todo o mundo, já que tais medidas não se apresentam apenas na nossa configuração política.

É importante destacar que esse movimento aparentemente novo para a nossa conjuntura já estava sendo colocado em prática de modo menos radical, considerando que no período de baixa rentabilidade do mercado os direitos sociais sempre foram uma estratégia eficiente para continuar capitalizando, haja vista que saúde, educação e previdência social custam caro para os estados, mas quando vendidos no livre mercados são produtos com alta rentabilidade como nos mostra David Harvey (2005). Essas reformas não podem ser vistas como um acidente de percurso e que os direitos perdidos tendem a se recompor no futuro, pois o sistema tem uma natureza destrutiva e quando não encontra o que consumir fora dele, expandindo as suas capacidades de capitalização, ele tende a se auto consumir, capitalizando tudo o que ele julga produtivo e passível de gerar valor, isso serve para os direitos sociais e, nas suas formas mais radicais, para a própria vida humana.

O fluxo de reformas não reduz com o fim do governo de Michel Temer e o Movimento Brasil Livre segue alinhado com a direção liberal que o Estado brasileiro assume. Esse posicionamento mais agudo em defesa das reformas estruturais do Estado vai ficar mais evidente com a chamada feita em torno das discussões que envolvem a organização do 3º Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre: privatizações, redução do Estado, gestão da máquina pública, propostas para 2018 e valores da civilização ocidental.

Imagem 45: 3º Congresso Nacional do MBL



Fonte: MBL facebook (27/10/2017)⁹⁶

⁹⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/720671978056948/?type=3&theater>

Como as reformas estruturais do Estado já estavam em andamento era hora de se concentrar no que realmente importa, ou seja, o modo como o movimento deveria se comportar no processo eleitoral do ano de 2018. O primeiro passo consistia em tornar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inelegível, e que se encontrava preso na sede da polícia federal de Curitiba, por ordem expedida pelo juiz Sergio Moro. A prisão de Lula aprofundava, na percepção do movimento, o massacre público das forças de esquerda, abrindo espaço para que outros atores sociais ligados à frente liberal e aos conservadores pudessem se lançar nas candidaturas tanto aos cargos executivos quanto aos cargos que compõem o legislativo em todo país. O primeiro objetivo eles já tinham alcançado, já que Lula se encontrava preso desde abril de 2018.

Imagem 46: Chamada para o ato pró-prisão de Lula.



Fonte: MBL facebook (03/04/2018)⁹⁷

Superado o desafio de garantir que Lula não disputasse o processo eleitoral o movimento começa a construir suas articulações para participar das eleições gerais de 2018, a primeira eleição nacional que o movimento participou após a sua criação no final de 2015. O desafio ainda parecia duro, considerando que embora a candidatura tivesse sido impugnada pela justiça eleitoral, existiam uma série de candidaturas de centro-esquerda e de esquerda. O Cenário não se mostrava muito fácil, pois mesmo tendo grandes chances de eleger suas principais lideranças aos cargos do legislativo tanto estaduais quanto nacional, no que se referem ao executivo nacional a possibilidade de eleger um liberal genuíno não era grande, já que as vésperas do primeiro turno das eleições os candidatos declaradamente liberais que concentravam as maiores intenções de voto eram, Geraldo Alckmin (8%), João Amoedo (3%) e Henrique Meirelles (2%), bem atrás dos principais candidatos, Jair Bolsonaro (41%), Fernando Haddad (25%) e

⁹⁷ Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/886095414847936/?type=3&theater>

Ciro Gomes (13%)⁹⁸. Nesse contexto nebuloso para as candidaturas declaradamente liberais a única opção que se distanciava da esquerda institucional, representada pelas composições de centro-esquerda lideradas por Fernando Haddad e Ciro Gomes, era Jair Bolsonaro, candidato liberal-conservador e que liderava as intenções de voto.

No segundo turno o cenário é ainda pior, os liberais que representariam os anseios do movimento foram derrotados nas urnas. Nessa direção, as lideranças do movimento começam a declarar publicamente um movimento em torno do voto útil em Bolsonaro, único candidato capaz de derrotar a esquerda e o PT. E se por um lado as suas posições conservadoras atentavam contra alguns dos principais valores liberais, como as liberdades individuais, por outro existia uma grande possibilidade que as suas ações à frente do Estado pudessem apontar para uma continuidade ainda mais radical do que a que havia sido colocada em prática por Michel Temer, já que o candidato conservador parecia ter muito mais carisma, no sentido weberiano do termo, que o seu antecessor, o que se expressava tanto na sua base social, conquistando uma votação expressiva para o principal cargo do executivo nacional em primeiro turno, quanto sua base parlamentar, que no seu rastro havia elevado o status do PSL (Partido Social Liberal) de mero desconhecido membro do centrão à segunda força política da Câmara dos Deputados, com 53 parlamentares, ficando atrás apenas da bancada do Partido dos Trabalhadores que tem 54 deputados.

Imagem 47: Voto útil de Kim em Bolsonaro.



Fonte: UOL notícias (07/10/2018)⁹⁹

Nessa perspectiva, a decisão das lideranças do MBL em se aproximar da composição liderada por Jair Bolsonaro não foi tão difícil, pois mesmo que ele se

⁹⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/06/ultima-pesquisa-ibope-do-1-turno-bolsonaro-haddad-ciro.htm>

⁹⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/eleito-deputado-federal-kim-kataguiiri-declara-voto-util-em-bolsonaro.htm>

distanciasse da defesa das liberdades individuais pregadas por liberais como Friedrich Hayek (2010), ele se aproximava de suas ideias por conta da de seu entendimento acerca de como o Estado precisa proceder, que tipo de responsabilidade precisa assumir e que tamanho precisa ter. Afinal o fluxo de reformas estruturais do Estado precisavam continuar e o foco agora consistia em reduzir ainda mais o seu tamanho, reduzindo o número de servidores, terceirizando, privatizando, estabelecendo parcerias público-privadas, mas também concentrando a atenção na redução da capacidade de assistência por parte do Estado, lançando-se de cabeça na defesa da reforma que faltava, a reforma da previdência.

Continuando no sentido de promover uma desqualificação moral do servidor público que, segundo os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, são privilegiados por receberem os maiores salários tanto na ativa quanto na aposentadoria, a ideia da reforma proposta por Bolsonaro e confeccionada por Paulo Guedes, fundador do BTG Pactual e membro ativo e fundador do Instituto Millenium. Ao que parece o ministro da fazenda seria o elo de ligação entre os liberais tradicionais e os liberais conservadores. Isso se dá por sua adesão integral à ideia de continuidade do liberalismo que seguia seu fluxo sem interrupção de Fernando Collor de Melo.

Se a reforma da previdência era colocada como fundamental para a redução dos gastos públicos e aumentar o nível credibilidade do mercado em relação ao Brasil, a primeira vitória de fato, com apoio da bancada ligada ao Movimento Brasil Livre, foi a aprovação da Medida Provisória da Liberdade Econômica pela Câmara dos Deputados por 345 votos a favor e apenas 76 contra. O ponto central da medida consiste em reduzir a burocracia e garantir a livre iniciativa, fazendo com que o Estado influencie cada vez menos nas decisões e ações tomadas pelo mercado.

Imagem 48: Paulo Guedes.



Fonte: Instituto Liberal (21/01/2019)¹⁰⁰

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/nao-abriremos-mao-do-liberalismo-de-paulo-guedes/>

Nesses termos, a adesão à plataforma defendido pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro foi por subtração. No que diz respeito à defesa dos princípios liberais que sustentam o governo, compatíveis com os valores defendidos pelos pensadores da escola austríaca de economia, o MBL se lançou de cabeça. Com o mote de uma suposta crise que rodeia constantemente o orçamento público, o movimento, propunha a reforma da previdência como elemento central à resolução do problema, alegando que essa despesa levava uma parte significativa de tudo que era arrecadado pela administração pública. O problema é que, embora a base parlamentar, que congrega os partidos que compõe o Centrão, os partidos alinhados ao pensamento liberal e o MDB, já estivesse imbuída em pautar e aprovar a reforma, isso só aconteceria se as ruas não produzissem grandes resistências ao projeto. Sendo assim, a ideia era produzir um sentimento de comprometimento público, difundindo o discurso de que a reforma era um mal necessário, considerando que se não fosse realizada poderia impossibilitar o futuro. Condenando as próximas gerações a sobreviver sem nenhum regime de assistência possível, pois os recursos públicos seriam corroídos pelo custo de manutenção do sistema previdenciário como está.

O efeito da campanha parece ter sido positivo, as mobilizações de rua foram pontuais e nas redes sociais isso aparentava ter um efeito ainda maior e melhor para aqueles que esperavam reformar o sistema de previdência o mais breve possível. Os apelos morais foram fortes, acusando alguns coletivos de trabalhadores, com mais ênfase aos servidores públicos, de atentarem contra o futuro. Restando aqueles que nascerem agora uma vida marcada pela escassez e por uma espécie de escravidão moderna, tendo que sustentar os privilégios daqueles que se aposentaram jovens e gozam de altos salários pagos pelo Estado. Assim, a única saída viável para garantir a continuidade da vida, com futuro viável e com liberdade seria a realização de uma reforma da previdência que não deixasse ninguém de fora, estabelecendo as mesmas regras tanto para os trabalhadores da iniciativa privada quanto para os servidores públicos.

A proposta apresentada pelo ministro Paulo Guedes¹⁰¹ era uma das mais radicais, já que além de estabelecer idade mínima e tempo de contribuição, ainda apresentava a criação de fundos de pensão para administrar as aposentadorias. Mesmo sendo agressiva, estabelecendo 40 anos de contribuição para que os trabalhadores pudessem se aposentar com o benefício integral a oposição não conseguiu mobilizar grandes atos públicos capazes de provocar uma quebra temporária da estabilidade política. A imagem abaixo representa bem o tom da campanha, que consiste em fazer com que os contemporâneos aceitem a reforma para que o ônus da dívida pública não recaia sobre os ombros de seus descendentes.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/2019/05/paulo-guedes-nova-previdencia-e-reforma-de-estado/>

Imagem 49: reforma da previdência.

Fonte: MBL instagram (24/02/2019)¹⁰²

As mais de 32 mil curtidas revelam que a campanha estava surtindo efeito e as imagens veiculadas pelo movimento indicavam um tom mais emocional, com forte apelo moral, transformando a imagem política em um importante elemento de adoração para aqueles que seguem os passos do movimento, considerando que diante de tanta carga emocional ninguém conseguiria passar e sair ileso.

¹⁰² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BuWj129nSZr/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A proposta da tese foi estabelecer uma relação entre o Movimento Brasil Livre e as demais organizações liberais que atuam no país, evidenciando que as associações entre elas não ficam restritas às vinculações institucionais como estamos acostumados a pensar. Assim, tratamos o movimento não apenas como uma continuidade das organizações políticas que colocam em prática o liberalismo no país, mas também apresentando a organização como uma espécie de renovação dos quadros políticos que atuam nesse campo.

Por se tratar de um movimento novo, seus indícios não estão sempre disponíveis, mas à medida que se move vai deixando pelo caminho os rastros que só poderiam ser identificados com uma metodologia apropriada para isso. Por se tratar de uma pesquisa que tratar a imagem em sua particularidade, nossa intenção foi evidenciar a sua importância enquanto documento histórico que pretender dar conta do tempo em que foi produzida. A ideia foi então colocar as imagens produzidas pelo movimento como se fossem a citação da leitura que ele faz da realidade em que está inserido. Então em muitas partes do texto, as fotografias produzidas pelo movimento e pelas organizações, que de alguma forma estão ligadas a ele, vão ser utilizadas para substituir as citações tradicionais a que nós estamos acostumados. Evidenciando que a imagem assume nesse tempo uma capacidade interpretativa e de difusão do discurso político mais potente do que em qualquer outro tempo histórico.

Assim, entendemos que isso só acontece por que existem algumas rupturas importantes ao longo do caminho, passando necessariamente pelas mudanças que o ser humano produz nos seus mecanismos de comunicação e expressão. Nesses termos, ao mesmo tempo em que percebemos o lugar da imagem do sagrado na antiguidade e suas aproximações com as imagens produzidas e que tem a função de difundir o discurso político, sobretudo no que se referem aos seus efeitos no interlocutor, por outro, percebemos também que a capacidade de comunicar ultrapassa radicalmente seus limites locais quando os meios de comunicação começam a ser utilizados como o fim de informar.

Do jornal impresso à televisão, a evolução dos instrumentos garantiu a quem pretendia ser lido, ouvido ou visto a capacidade de chegar a indivíduos e grupos cada vez mais distantes, rompendo necessariamente com a lógica de que o discurso teria sempre uma função local. Para o político profissional isso teria todo sentido, já que a partir de então as palavras proferidas no parlamento poderiam ganhar o mundo. Esses meios de comunicação não teriam um sentido apenas discursivo, pois eles poderiam se transformar em uma espécie de lente pela qual os indivíduos enxergam o mundo que os cerca, produzindo discurso que seria sua principal finalidade, mas ao mesmo tempo materializando esse discurso na produção de uma forma de vida cada vez mais espetacularizada, capaz de transformar tudo em um grande show.

Se a televisão por vezes se fez confundir com o cinema, rompendo de vez com os limites entre ficção e realidade. Com a chegada da internet as experiências com a realidade se ampliaram, estendendo completamente seu sentido. A partir de então a realidade passava a contemplar a sua materialidade integrada a sua virtualidade, ampliando potencialmente a possibilidade de estabelecer novas relações e associações. Explodindo para sempre os limites existente na relação espaço-tempo. Dali em diante da sala ou do quarto da sua casa o indivíduo poderia se relacionar e se associar com os

indivíduos de outras partes do mundo, sem a necessidade de conhece-los pessoalmente, e sem a necessidade de ter estado no mesmo lugar físico.

Para muitos autores, entre ele Manuel Castels (2013), essa característica de descolar o espaço e o tempo, além da incapacidade dos estados nacionais em estabelecer limites para ação no espaço virtual, revelava uma potencialidade na internet que poderia e deveria ser usada no processo de mobilização política, fazendo com que as convocações e associações acontecessem sem a necessidade de que os indivíduos estejam no mesmo espaço físico. Além disso, a internet, especialmente as redes sociais, ampliariam o sentido do discurso integrando no mesmo ambiente vários recursos midiáticos, fazendo com que texto escrito, imagem e som sejam integrados em um único texto com a finalidade de transmitir aquilo que se pretende comunicar. Na lógica do discurso político isso se transforma em um recurso extremamente importante, já que amplia significativamente a amplitude do discurso. Assim, ao invés de falar exclusivamente para seus pares o político profissional, o militante político, ou qualquer pessoa comum pode do conforto e segurança da sua casa veicular um texto, um som ou uma imagem que vai viralizar ou não no espaço virtual.

As juventudes, por serem nativas desse tempo, sem dúvida, imprimem mais sentido para as relações que são travadas nesse espaço. Sem contar que fazem uso de seus recursos de modo muito mais natural. E se para as demais gerações esse ambiente ainda se apresenta com algo inexplorado e explorado com limitações, as gerações que nascem nesse tempo conseguem transitar pelas redes sociais com quem transita entre os mais variados grupos de amigos e conhecidos que ele tem na materialidade da realidade. Assim, para Jon Savage (2009), a juventude havia se transformado em uma categoria potencialmente explorada pelo mercado a partir dos anos de 1950, sendo o principal público alvo das campanhas de publicidade, se transformando em um nicho de mercado importante que deveria ser alcançado pelo mercado, mas não por qualquer fração do mercado, considerando que sendo este um segmento peculiar deveria ser tratado levando em conta a sua peculiaridade.

A peculiaridade da juventude, de acordo com o autor, estava ficada tanto no seu vigor físico, inclinado à prática das atividades esportivas, e na sua capacidade de fazer uso e consumir os produtos produzidos pela indústria cultural. Sendo assim, a juventude enquanto consumidora, focava seu consumo tanto na compra de produtos esportivos quanto no consumo de produtos culturais. Entendendo que a indústria cultural se move como qualquer indústria, a ideia era formular uma ideia de a juventude tem uma aptidão e uma necessidade natural para consumir esse tipo de produto, observando a juventude como sendo sempre inclinada a participar desse tipo de atividade e consumir esse tipo de produto.

Mas esse não seria o único conceito de juventude a que demos ênfase. Se na perspectiva de Jon Savage (2009), a juventude, embora concentre muitas particularidades, acaba sendo vista pela sociedade enquanto consumidora de um grupo de produtos que respondem a sua especificidade, é importante destacar que para muitos autores, dentre eles Karl Mannheim (In: FORACCHI, 1982), a juventude precisa ser observada na lógica de um encontro de gerações, cabendo a ela garantir a continuidade e as rupturas com aquilo que é necessário à manutenção da vida social. Um detalhe importante é que para ele caberia a cada geração vivenciar as suas próprias experiências, dando a elas os sentidos que lhes cabe. Portanto, se cabe a cada geração experimentar o mundo e dar a essa experiência o seu sentido particular, as experiências da juventude não podem, de

forma alguma, serem tratadas com constantes ou como modelos que devem ser seguidos sempre.

O que nos leva a crer então que o que está em jogo seria uma discussão profunda sobre o que seria juventude ou o que seriam as juventudes, entendendo essa problemática dentro de um debate mais profundo sobre que sentido dar para a ideia de identidade. Percebemos então, a partir das reflexões de Stuart Hall (2006), que o próprio significado de identidade se transformou ao longo do tempo, rompendo de vez com os padrões sociais e culturais fixos estabelecidos pela modernidade para uma forma mais efêmera que se manifesta nesse tempo. Sendo a fluidez sua característica fundante, podendo o indivíduo ou grupo de indivíduos incorporar livremente as características e particularidades que lhe convém, levando em conta as contradições e limitações estabelecidas pelo seu lugar e tempo histórico.

Partindo dessa afirmação, a juventude, ou as juventudes precisam levar em consideração uma série inumerável de definições e determinações na hora de significar o que ela de fato é. O que nos mostra que o conceito genérico de juventude se apresenta na verdade como um grande fetiche, que esvazia mais do que dá sentido ao que os indivíduos que fazem parte desse grupo necessariamente são. Em outras palavras, não é possível determinar que a juventude é um coletivo coeso de indivíduos definidos por suas características gerais, considerando que, levando em conta a complexidade que marca esse tempo, existem várias juventudes que se aproximam e se distanciam.

Os jovens de classes populares são diferentes dos jovens mais ricos, os jovens negros diferentes dos jovens brancos, as meninas jovens diferentes dos meninos jovens, e assim por diante. Isso vai se refletir na forma como se portam e se relacionam com o mundo, definindo o grau de importância daquilo que é importante e confirmando aquilo pelo qual vale a pena lutar. Nesse sentido, se os jovens não são iguais na sua integralidade as suas demandas também não são iguais, diferenciando substancialmente a forma como eles se posicionam diante do mundo, tanto nos aspectos culturais, sociais e políticos. Assim, é perfeitamente possível afirmar que a juventude não se movimenta sempre no sentido da mudança, mas por vezes, dependendo do interesse do grupo social que ela faz parte, ela pode se posicionar na defesa da constância, da conservação de valores sociais, culturais e econômicos, rompendo radicalmente com a ideia de que os jovens estão sempre inclinados a protestar e a mudar independente dos interesses gerais do grupo que ele está contido. O que nos leva a acreditar que é perfeitamente possível que os jovens se manifestem em torno de valores compatíveis com os princípios que apontam tanto para a mudança quanto para a conservação.

Por outro lado, existem alguns autores, e neste conjunto está contido Luís Antonio Groppo (2000), que nos mostra que entre os jovens de classe média, na modernidade europeia, sempre foram necessariamente dos jovens de classes populares, confirmando nosso argumento defendido acima. Segundo ele, a juventude era observada como um segmento etário que carregava uma série de particularidades. Para a sociedade, caberia a ela enquanto grupo garantir que os mais jovens tivessem um tempo exclusivo para se formar e se preparar para a vida adulta. Esse período, entendido como uma espécie de moratória social, já que servia de atenuante às atitudes impulsivas dos mais jovens, deveria ser suficiente para que o sujeito em formação tivesse o tempo necessário para deixar de ser criança e se preparar para a vida adulta sem grandes traumas.

A ideia de moratória social para classificar a juventude parece contraditória, pois nem todos os jovens contam com um espaço de tempo suficiente e necessário para fazer

a transposição da infância para a vida adulta. Em um país que tem como marca a grande concentração de renda, que se capilariza pela sociedade na forma de desigualdade social, uma fração cada vez maior dos jovens é obrigado a interromper esse espaço dedicado à formação e preparação. No entanto, mesmo considerando essa contradição fundamental, é possível perceber que a condição social de estudante serve para classificar, ao menos transitoriamente, a juventude de nosso tempo.

Essa constatação também nos mostra que mesmo considerando a juventude por sua condição social de estudante, seus interesses e aspirações não são gerais, pois as contradições que envolvem o cotidiano da vida prática fazem com que os estudantes também se apresentem de modo segmentado, já que as demandas dos jovens estudantes de classes populares e necessariamente diferente e algumas vezes contraditório com aquilo que é defendido pelos jovens estudantes dos demais segmentos.

No Brasil, partir de 2013, algumas contradições ficariam mais agudas. As mobilizações organizadas pelo Movimento Passe Livre, sob a bandeira de lutar contra o aumento do preço da tarifa do transporte coletivo começam em São Paulo para em seguida se ramificar para outros Estado. Nesse cenário tudo parecia possível, as mobilizações de rua ganhavam cada vez mais apoiadores e movimento de massa começa a fazer muito barulho, reunindo nos seus principais atos políticos mais de 100 mil pessoas.

Desse contexto de mobilizações heterogêneas, descoladas principalmente das pautas levantadas pela esquerda institucional uma série de possibilidades se apresentam. Se por um lado, existia um sentimento generalizado de insatisfação com os rumos que a política institucional havia tomado, por outro, também havia um sentimento de que só com as mobilizações de massa o cenário poderia mudar. No entanto, nessas mobilizações se encontrava de tudo, e as contradições da sociedade brasileira também acabavam por definir a falta de coesão sobre aquilo que se pretendia construir (MOURA, MOTTA e SANTOS, 2017). E nas mesmas mobilizações não era impossível encontrar aqueles que pediam a volta da ditadura empresarial militar lado a lado com os que criticavam e apontavam os crimes cometidos pelas forças policiais ligadas ao Estado.

Se as mobilizações políticas de junho de 2013 revelam o alvorecer de um novo tempo, como nos fala Paulo Arantes (2014), apresentando uma série de possibilidades e potencialidades, também revelam que as forças liberais que se organizavam desde os últimos anos da ditadura empresarial militar percebiam o momento com sendo propício para se posicionar no espaço público sem nenhum pudor. Agarrados na bandeira de combate à corrupção aproveitavam o momento para estabelecer uma polarização mais clara entre eles e os outros. Os outros seriam todos aqueles que, durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores, estiveram de alguma forma vinculados ao projeto, mas também a todas as forças da esquerda institucional ou não, tratando todo mundo como se fosse a mesma coisa. A ideia de transformar a esquerda institucional em uma coisa só associada ao PT era propositiva, pois vinculavam todas elas aos supostos escândalos de corrupção que deveriam ser varridas da administração pública. O aparelhamento do Estado não havia surtido o efeito deseja, portanto, as forças liberais reivindicavam o momento de deixar o mercado agir, reduzindo necessariamente o tamanho da máquina pública, pois somente dessa forma era possível combater esses desvios de ordem moral que a esquerda havia cometido.

Da luta contra a corrupção uma série de organizações surgiram, entre elas o Movimento Brasil Livre, que na ocasião concentrava os anseios políticos de uma fração da juventude mais inclinada a buscar no mercado as virtudes que a sociedade brasileira

precisava. Paralelamente, no mesmo período em que surge institucionalmente o MBL, que realizou seu primeiro congresso nacional em novembro de 2015, um outro coletivo de jovens começa a se mobilizar. A única convergência que eles pareciam ter entre si era a condição social de estudante que lhe caracterizava, considerando que também em São Paulo, um conjunto de jovens estudantes começavam a ocupar suas escolas. Necessariamente estamos falando de dois movimentos de corte juvenil, mas que se reconhecem enquanto jovens travando suas lutas específicas. Os encontros entre eles não serão aleatórios, pois a medida que o movimento de ocupação estudantil ganhava peso, na outra ponta o MBL começava a organizar coletivos para desocupar as unidades.

Nesses termos, à medida em que se desenvolve, o Movimento Brasil Livre, ganha capilaridade e força, mas isso só acontece por se tratar de uma organização que, com a sua atuação no ambiente virtual, priorizando a difusão de ideia, princípios e valores do liberalismo, conquista cada vez mais espaço entre os jovens, mas não apenas entre eles. Um bloco de forças liberais se formou, no primeiro momento, para tentar garantir a eleição de Aécio Neves a Presidência da República, depois o mesmo movimento se mobilizou para derrubar o mandato de Dilma Rousseff.

Nessa configuração caótica todas as forças do campo da esquerda pareciam se surpreender com a capacidade de articulação da corrente liberal, muitos afirmando que existia naquele momento uma onda conservadora que começara a passar pelo país. No entanto, poucas reflexões tentavam entender essa articulação como algo maior, que já vinha se organizando antes mesmo das mobilizações iniciadas em 2013. Do congresso que funda o MBL é tirado um documento norteador que entra num campo de confluência com os projetos e interesses defendidos por outras organizações de caráter liberal ortodoxo. E embora o movimento não estivesse institucionalmente vinculado às instituições que compõe a Rede Liberdade – Instituto Liberal de São Paulo, Instituto Von Mises Brasil, Instituto Millenium, Student for Liberty, dentre outras, seus membros já possuíam atuação na maioria delas como mostramos nos capítulos anteriores.

O que estava em jogo a partir daí era a aplicação de uma cartilha iniciada no final dos anos de 1960 nos Estados Unidos da América, após o fim da Era de Ouro do capitalismo mundial. Se existia alguma barreira a transpor ela se materializava no governo do Partido dos Trabalhadores, não por se tratar de um governo substancialmente diferente daqueles que haviam sido colocadas em prática por Fernando Collor de Melo ou Fernando Henrique Cardoso, mas pelo fato de ter que responder às suas contradições internas o mesmo não estaria disposto a radicalizar no fluxo das reformas que o mercado exigia, arriscando perder completamente sua base eleitoral. Afinal o governo do PT já havia contribuído para que reformas mais profundas pudessem ser colocadas em prática.

A opção do Partido dos Trabalhadores pela manutenção dos acordos firmados nos governos anteriores não revela apenas que o PT havia mudado suas perspectivas políticas, mas que ele estava disposto a sedimentar o terreno para que a cartilha imposta pelo mercado no final dos anos de 1960 fosse colocada em prática. As defesas públicas do PT e do MBL se apresentavam de modo polarizado, porém quando analisadas friamente, fazendo uso do arcabouço teórico produzido pela teoria crítica, percebemos que as aproximações são tão propositivas quanto aos distanciamentos.

A perspectiva da política econômica colocada em prática nos primeiros anos de governo do Partido dos Trabalhadores revela uma preocupação orgânica em satisfazer as demandas apresentadas pelo mercado. Segundo Leda Paulani (2008), a adesão à cartilha liberal se materializa em três preocupações que o governo vai focar atenção durante todo

período. A primeira, diz respeito à defesa de que existe apenas uma perspectiva economicamente viável e cientificamente confirmada. Esse reconhecimento acerca da viabilidade e confiabilidade teórica da perspectiva liberal não é novo, já que a comunidade internacional respalda esse conjunto de teorias contemplando, ao longo dos anos de 1970, dois liberais ortodoxos com o Prêmio Nobel de Economia, primeiro Friedrich Hayek (1974) e posteriormente Milton Friedman (1976), ambos vinculados a Sociedade Mont Pèlerin, fundada em 1947 e que reunia liberais de todo mundo, inclusive o empresário brasileiro Henry Maksoud, de acordo com Gabriel Onofre (2014). Assim, a defesa do modelo liberal de justificava por se tratar de um conjunto de teorias que supostamente haviam superado o limite das ideologias por conta de seu reconhecimento tanto científico quanto por sua aplicação prática. Nesse ponto, infelizmente é possível pensar que não existe contradição entre o projeto colocado em prática pelo governo do Partido dos Trabalhadores e as aspirações reformistas defendidas pelo MBL e seus aliados.

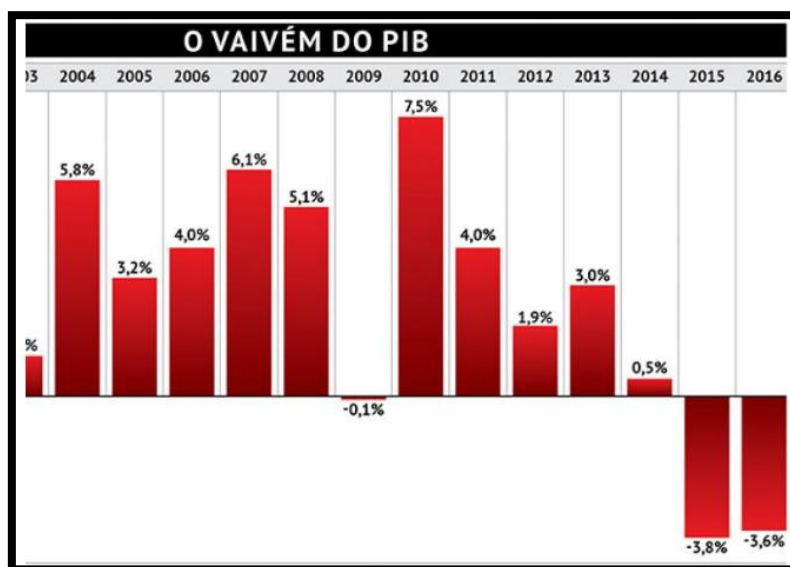
O segundo e o terceiro ponto são complementares e só tem sentido se observados de forma orgânica. Além da preocupação de garantir que a política econômica colocada em prática tivesse respaldo social e acadêmico, o governo do PT, ainda nos anos de gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu como meta o controle rigoroso de dois índices: a) a taxa de inflação e; b) a taxa de juros. A preocupação com esses dois índices se dava principalmente por conta de ter que responder positivamente as exigências do mercado internacional, fazendo com que o mercado nacional fosse atraente para os investidores estrangeiros. Sendo assim, caberia ao Estado controlar esses índices para garantir que o fluxo de capital para o país fosse maior do que para forma, sustentando sempre a taxa de juros em um nível aceitável de modo que o capital financeiro conseguisse lucrar comprando títulos da dívida pública.

Imagem 50: Superávit Primário.



Fonte: G1 (29/10/2019)¹⁰³

¹⁰³ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/superavit-primario-e-o-maior-da-historia-e-paga-todo-juro-da-divida.html>

Gráfico 8: PIB (2004- 2016)

Fonte: Sindicato dos Bancários (29/10/2019)¹⁰⁴

Associado a esse segundo argumento está a preocupação do governo em garantir a credibilidade para os investidores que pretendem investir no mercado interno. Essa credibilidade aumenta ao passo que o Estado brasileiro consegue arcar com os seus compromissos com os investidores, por isso a excessiva preocupação do governo em manter um superávit primário cada vez maior, considerando que esse recurso seria o a diferença entre as receitas e despesas do Estado, ou seja, o excedente após arcar com todas as despesas, excetuando apenas os juros da dívida pública. O que faz com que esse recurso seja usado para arcar com os custos gerados pela dívida pública, amortizando, vez por outra, os juros embutidos no valor total da dívida.

Para garantir que o superávit primário conservasse sempre uma parcela razoável de recursos do Produto Interno Bruto (PIB) era necessária um aumento significativo de produtividade gerando mais receitas ou redução progressiva dos gastos públicos, já que reduzindo os recursos destinados às áreas estratégicas do governo se conseguia manter a poupança desse valor sempre no mesmo nível. A opção pelo controle das contas públicas fica evidente na comparação da fotografia com o gráfico acima, já que se o PIB de 2013 foi menor, como poderia o superávit ser maior? Isso significa que nesse ano os cortes de investimentos em áreas produtivas foram necessariamente menores do que nos anos anteriores. O que confirma a nossa constatação de que, embora o discurso apontasse para o governo do PT como sendo uma alternativa neodesenvolvimentista isso não se confirmava na prática (PAULANI, 2008).

Assim, percebemos que o projeto liberal colocado em prática da abertura política para cá está sendo gestado, em nível global, desde o ano de 1947, e no contexto nacional ganha força no final dos anos de 1970, quando Friedrich Hayek passa nos visitar, deixando como herança um conjunto de instituições de caráter liberal. Dentre essas instituições liberais que surgem no início dos anos de 1980, especificamente em 1985, como falamos nos capítulos anteriores, nasce o Partido da Frente Liberal, atual

¹⁰⁴ Disponível em: <https://spbancarios.com.br/03/2017/pib-cai-36-com-menos-consumo-e-investimento>

Democratas, e onde estão filiados e ocupando cargos eletivos no legislativo, os fundadores do MBL, Kim Kataguiri, deputado federal, Fernando Holiday, vereador e um dos quadros mais importantes do movimento o deputado estadual Arthur Mamãe falei, todos eleitos por São Paulo. Além do Democratas, partido que concentra parte da direção nacional do movimento, a sua militância está espalhada por outras legendas, transitando pelo Partido Novo, Partido Social Cristão (PSC), Partido Progressista (PP), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), dentre outros que se alinham com os princípios e valores do liberalismo, mas também com as pautas conservadoras.

Imagem 51: Encontro Estadual MBL/SP (maio de 2019)



Fonte: Congresso em Foco (29/10/2019)¹⁰⁵

De fato, o Movimento Brasil Livre não é mais o mesmo, já admite em seus quadros não apenas jovens liberais, o movimento que assumiu a disputa por cadeiras nos parlamentos (municipais, estaduais e federal) como sua linha de ação, entendendo sempre que o Estado é reformado de dentro para fora, já vislumbra a possibilidade de se tornar ele mesmo uma agremiação partidária que visa representar os anseios por mudanças de caráter liberal defendidas por seus futuros filiados. Sua representatividade entre os jovens é significativa, ao ponto de o Deputado Federal Kim Kataguiri ter sido o 4º candidato mais votado no Estado de São Paulo.

O liberalismo defendido pelo movimento se manifesta por aqui na sua versão mais agressiva, acompanhando um movimento de articulação mundial que emerge após o fim ciclo incomum ao sistema, que agregou organicamente crescimento econômico com democracia de massa, materializando-se na figura do que o mundo ocidental conheceu

¹⁰⁵ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/critico-a-base-bolsonarista-mbl-quer-criar-partido-para-2022/>

como Estado democrático de direito. O fim desse ciclo decretou não só a separação entre crescimento econômico e democracia de massas, mas pulverizou de vez a possibilidade de que qualquer Estado pautado nesse tipo de conceito pudesse existir. As reformas liberais levadas a cabo pelos liberais do nosso tempo são a constatação de que o mercado não pretende mais financiar qualquer tipo de direito social em troca de perda da sua margem de rentabilidade, pelo contrário, chegou a hora do mercado reincorporar todas as décadas de direitos acumulados para garantir a rentabilidade de um sistema que não para de se dissolver, mas a medida em que se dissolve vai deixando um rastro de destruição pelo caminho que agora já é possível identificar a olho nu.

Os liberais formaram seus quadros sem interrupção por mais ou menos quatro décadas e agora renovam suas forças capilarizando suas ideias pelos corações e mentes de uma geração que foi formada para acreditar que a salvação é individual, que deve se lançar ao mercado sozinho, não podendo carregar consigo nem aqueles seres humanos mais próximos, que foi formada para acreditar que a disputa está na natureza de um ser que só se reconhece enquanto tal na relação que trava com os outros e com o mundo à sua volta. O cenário está colocado, os liberais se formaram e se renovaram. O Estado hoje aparenta ser muito menor do ontem, mas as suas forças de repressão e punição se mostram ainda maiores, fazendo com que tenhamos a sensação de que a democracia que conhecemos não foi capaz de realizar, por aqui, as suas promessas de liberdade e felicidade, nem mesmo nos momentos de maior rentabilidade do sistema.

As reformas liberais continuarão até que a vida humana não seja mais uma possibilidade e um direito geral, mas apenas um serviço para aqueles que podem pagar por ela? A tradição liberal, representada pelo Movimento Brasil livre e todos os seus aliados estão se organizando para continuar o processo de reforma e nem mesmo o movimento de massa vai ser capaz de conter se continuar a acreditar e usar os mesmos recursos. Uma parte do mundo parece ter entendido o recado, mas e nós?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Nº 05, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (org). **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

ADORNO, Theodor W. **Teoria da Semi-Cultura**. Porto Velho, Primeira Versão, 2005. Ano IV. Nº 191.

_____. **Indústria Cultural e Sociedade**. Tradução Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura I**. Tradução Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

_____; HORKHEIMER, Max. Conceito de Iluminismo In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. Tradução José Lino Grünnewald. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores)

AMARAL, Mariana. **A Roupa nova da direita**. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> (06/2015)

ARANTES, Paulo. **O Novo Tempo do Mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Zero à Esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 1936.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAGA, Amanda. **Paradigma Indiciário na Análise do Discurso: de Monalisa a Mandela**. Revista Letras Raras, 2014. Volume 04. nº 1.

BRINGEL, Breno. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013**. Insight Inteligência, n. 62, p. 43-51, jul.-ago.-set, 2013.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: o uso da imagem como evidência histórica**. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Zahar, 2013.

CARLOS, Antônio. **Quem está por traz do protesto do dia 15**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/quem-esta-por-tras-do-protesto-no-dia-15-3213.html> (consulta realizada em 13/03/2015).

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. In: COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista**. Tradução José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (coleção Os Pensadores).

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Tradução Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Paulo: Claraluz, 2006.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Giles. **Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle**. Tradução Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Conversações, 1992. (34ª edição)

DESCARTES, Rène. **Discurso sobre o método**. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1978.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **Paulo Freire e a Educação “Bancária Ideologizada”**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/382-paulo-freire-e-a-educacao-bancaria-ideologizada> (setembro/ 2015).

DREIFUSS, René. O jogo da direita. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Métodos Sociológico**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo. Martin Claret, 2004.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma Introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Boitempo, 1997.

ELLER, Johanns. **Governo federal libera mais 42 agrotóxicos no Brasil e amplia recorde desde a posse de Bolsonaro**. Rio de Janeiro: O Globo, 20/06/2019. (Edição Digital).

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. (3a. edição), São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. **Em Busca do Socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramellete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIXA, Carles e LECCARDI, Carmem. **O conceito de Geração nas teorias sobre juventude**. Revista Sociedade e Estado. Volume 25. Maio - agosto, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Eduardo. **Táticas e Truques do MBL.** Edição On Line da Revista Veja (Eleições), 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/as-taticas-e-os-truques-do-mbl/>

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude:** ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. **Teorias Críticas da Juventude:** geração, moratória social e subculturas juvenis. Florianópolis: Revista em Tese. volume 12. Nº 1, janeiro/julho de 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferso Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O Novo Imperialismo.** Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão.** Tradução Anna Maria Copovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX (1914- 1991). Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPEA. **Atlas da Violência.** Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é Iluminismo?** (1784) Tradução Artur Morão. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1784/mes/resposta.pdf> (consulta realizada no dia 22/05/2018)

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise.** Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** São Paulo: Cortes, 1997.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro, fevereiro/ 1999. Edição 3. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o governo civil**. Tradução Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Rio de Janeiro: Clube do Livro Liberal, 2018. Disponível em: [http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo tratado Sobre O Governo.pdf](http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo%20tratado%20Sobre%20O%20Governo.pdf)

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** In: Textos escolhidos. Tradução Isabel Loureiro (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O Lobby da Indústria no Congresso Nacional:** empresariado e política no Brasil. São Paulo: Humanitas, EdUSP, 2007.

MANNHEIM, Karl. “O problema sociológico das gerações”. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). **Mannheim**. Col. Os Grandes Cientistas Sociais, n. 25, São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MARX, Karl. [1852]. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1984.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009. (1ª edição).

MBL. **Propostas Aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre**. São Paulo: Novembro de 2015. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia:** razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Brasil uma Biografia não Autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____; RIZEK, Cibele. (org.) **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ONOFRE, Gabriel. **Friedrich Hayek e os Liberais Brasileiros na Transição Democrática**. Niterói: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 10, dezembro de 2014.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery:** servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. Tradução Mariana Schalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

RODRIGUES, Odiombar. **Ensino, educação e doutrinação.** Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/554-ensino-educacao-e-doutrinacao> (setembro/2015)

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SANTOS, Leandro dos; MOURA, Georgete; MOTTA, Flavia. **Educação e Demandas Populares: os populares e a luta por educação no Brasil (1980- 1990).** Nova Iguaçu (RJ): REPECULT, 2017.2. Volume 3.

_____; REZENDE, Karine. **Potencialidades Político-Pedagógicas na Ocupação Estudantil no Instituto de Educação Rangel Pestana.** São Paulo: Revista Juventude.br, 2018. 16ª edição. Ano 13.

SAVAGE, Jon. **A criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX.** tradução Talita Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SECCHI, Leonardo; ITO, Letícia Helena. **Think Tanks e Universidades no Brasil: análise das relações na produção de conhecimento em política pública.** Revista de Planejamento e Políticas Públicas. Nº 46. Janeiro/ junho, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/observatorio/images/ppp_n46_art12.pdf

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados.** São Paulo: Penguin Classics / Companhia das Letras, 2014.

SPÓSITO, Marília; CARRANO, Paulo. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. Set/ out/ nov/ dez, 2003. Nº 24.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **O Desencantamento do Mundo: seis estudos sobre Max Weber.** Tradução Carlos Eduardo Sell. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

STREECK, Wolfgang. **As crises do capitalismo democrático.** Tradução Alexandre Morales. Novos Estudos nº 92: março, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a04.pdf>

_____. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático.** Tradução Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAVARES, Flávia; AMORIN, Daniele. **Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu.** Revista Época, 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>

WEBER, Max. A psicologia social das religiões mundiais: In: **Ensaio de sociologia.** 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 309-346.

_____. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.** In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber – Sociologia.** Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXO 1

Sites Liberais Consultados.

Acorda Brasil. **Facebook.** Disponível em: <https://www.facebook.com/GrupoAcordaBrasil/photos/a.475563829197511/836079299812627/?type=1&theater> (consulta realizada em: 21/10/2019)

Blog do Prisco. **Ericsson Hemmer, um outsider para mudar o Congresso.** Disponível em:

<https://www.blogdoprisco.com.br/ericsson-hemmer-um-outsider-para-mudar-o-congresso/>

Blog do Reinaldo Azevedo. **Pagina Pessoal.** Disponível em: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/blog/reinaldo/?s=liberalismo>

_____. **Primeiro Congresso Nacional do MBL.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/mbl-faz-seu-primeiro-congresso-nacional-nos-dias-28-e-29-veja-como-participar/> (consulta realizada em: 17/11/ 2015)

Boletim Liberdade. **Conheça os Think Tanks liberais mais influentes da internet em novembro.** Disponível em:

<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2016/12/08/conheca-os-think-tanks-liberais-mais-influentes-na-internet-em-novembro/> (consulta realizada em: 08/12/2016)

_____. **MBL divulga a listagem dos candidatos apoiados nessas eleições:** confira. Disponível em:

<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/08/17/mbl-divulga-listagem-dos-candidatos-apoiados-nessas-eleicoes-confira/> (consulta realizada em: 17/08/2018)

_____. **Cofundador do Partido Novo ao lado de Amoedo, Motta pede voto a Bolsonaro.** Disponível em:

<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/09/26/cofundador-do-partido-novo-ao-lado-de-amoe-do-motta-pede-voto-a-bolsonaro/> (consulta realizada em: 26/09/2018)

DEM (Democratas – antigo Partido da Frente Liberal). **Princípios Democratas.** Disponível em: <https://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>

ESP (Escola Sem Partido). **Facebook** (página oficial). Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.346888065462191/1308629069288081/?type=3&theater> (consulta realizada em: 16/05/2019)

Gazeta do Povo. **Vozes – Francisco Razzo.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/francisco-razzo/>

_____. **"Ex-aluno de Olavo, liberal e reformista: o deputado do Novo que causa ciúmes no PSL".** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/marcel-van-hattem-deputado-novo-rs/>

Instituto Brasil 200. **Quem Somos**. Disponível em: <https://www.brasil200.com.br/quem-somos/>

IEE (Instituto de Estudos Empresariais). **Fórum da Liberdade**. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/iee/>

Instituto Liberdade. **Sobre o Instituto**. Disponível em: <http://institutoliberalidade.com.br/o-instituto/sobre/>

IL (Instituto Liberal). **Dia Internacional da Liberdade de Imprensa – Entrevista com Paulo Eduardo Martins**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/dia-internacional-da-liberdade-de-imprensa-entrevista-com-paulo-eduardo-martins/>:

_____. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoliberal/photos/a.283086181833786/1384011335074593/?type=3&theater> (consulta realizada em: 20/10/2019)

_____. **Não abriremos mão do liberalismo de Paulo Guedes**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/nao-abriremos-mao-do-liberalismo-de-paulo-guedes/>

_____. **Perfil- Paulo Eduardo Martins**. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/autor/paulo-eduardo-martins/>

ILP (Instituto de Líderes Empresariais). **Direita nas Ruas e Sem Partido**. Disponível em: <http://iee.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Maio-Junho-2015-Voto-Pol%C3%ADtica-Cultura-e-Neg%C3%B3cios-120-pg-51-Especial.jpg>

ILMT (Instituto Liberal de Mato Grosso). **Entrevista com Heitor Santana do MBL e do Partido Novo**. Disponível em: <https://ilmt.com.br/entrevista-com-heitor-santana-do-mbl-e-do-partido-novo/>

IMB (Instituto Von Mises Brasil). **Primeiro Congresso Nacional do MBL**. 2015. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Event.aspx?id=98>

_____. **Privatize tudo**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/BlogPost.aspx?id=1708> (consulta realizada em: 09/10/2013)

Instituto Millenim. **O que significa um think tank no Brasil de hoje**. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/artigos/o-que-significa-um-think-tank-no-brasil-de-hoje/>

_____. **Perfil Roberto Motta**. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/author/roberto-bezerra-motta/>

Jornal do Comércio (RS). **Conheça os candidatos do MBL**. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2016/09/politica/523382-justica-proibe-campanha-do-mbl-na-internet.html> (consulta realizada em: 28/09/2016)

MBL (Movimento Brasil Livre). **Página inicial**. Disponível em: <http://mbl.org.br/>

_____. **Facebook** (página oficial). Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/sim-o-impeachment-trouxe-muitas-vit%C3%B3rias-para-o-pa%C3%ADs-a-principal-delas-o-fim-do-/672036659587147/> (consulta realizada em: 31/08/2017)

_____. **Instagram** (página oficial). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BMhXJEPjL9M/> (consulta realizada em: 7/11/2016)

_____. **Twitter** (página oficial). Disponível em: <https://twitter.com/mblivre/status/955826010347405313>

MBL – **Estudantil. Como funciona.** Disponível em: <https://www.mblestudantil.com/comofunciona/>

_____. **Página oficial facebook.** Disponível em: <https://www.facebook.com/MBLestudantil/photos/a.518867971949490/631834467319506/?type=3&heater> (consulta realizada em: 21/10/2019)

MOTTA, Roberto. **Página Pessoal.** Disponível em: <https://www.robertomotta.com.br/sobre/quem-e-roberto-motta/>

O Antagonista. **Movimento Brasil Oportunista.** Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/movimento-brasil-oportunista/> (consulta realizada em: 23/10/2019)

PL (Partido Liberal). **História.** Disponível em: http://www.pl22.com.br/historia_do_pl.html

Partido Novo. **De onde viemos.** Disponível em: <https://novo.org.br/de-onde-viemos/>

Progressistas (antigo Partido Progressista- PP). **Nossa história.** Disponível em: : http://www.progressistas.org.br/2056/Documentos/NossaHistoria_261182/

PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). **Quem somos.** Disponível em: : <http://www.psdb.org.br/conheca/historia/>

PSD (Partido Social Democrático). **Linha do Tempo.** Disponível em: : <https://psd.org.br/linha-do-tempo/>

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). **Via 14.** Disponível em: <https://ptb.org.br/via-14/>

Paula Cassol. **Facebook** (página pessoal). Disponível em: https://www.facebook.com/pg/PaulaCassolLima/about/?ref=page_internal

Rede Liberdade. **Membros / sobre nós.** Disponível em: <https://www.redeliberdade.org/> (consulta realizada em: 10/10/2019)

Republicanos (Antigo Partido Republicano Brasileiro – PRB). **História do PRB**. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/historia-do-prb/>

SFL (Students for Liberty). **O Legado de Henry Maksoud**. Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/legado-henry-maksoud>

Vem Pra Rua. **Linha do Tempo**. Disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/#linha-do-tempo> (consulta realizada em: 21/10/2019)